



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA

BOLETIM DE SERVIÇO

Boletim Oficial de Atos Administrativos

(Art. 1º da Lei nº 4.965, de 05 de maio de 1966)

ANO V - Nº 72

Segunda-feira, 22 de abril de 2024



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA

Luiz Inácio Lula da Silva
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Camilo Sobreira de Santana
MINISTRO DA EDUCAÇÃO

João Paulo Sales Macedo
REITOR

**PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA**

PORTARIAS

PORTARIA Nº 117, DE 19 DE ABRIL DE 2024

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFDPAr, no uso de suas atribuições delegadas por meio da Portaria nº 122, de 09 de fevereiro de 2023 da UFDPAr, considerando o processo: 23855.002763/2024-91.

Resolve:

Art.1º Remover o servidor BRENO COELHO VERAS, SIAPE: 3392706, Cargo: Assistente em Administração, da Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação para a Pró-Reitoria de Administração da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, a partir de 24 de abril de 2024.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

AURÉLIO VINÍCIUS ARAÚJO SILVA
PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 118, DE 19 DE ABRIL DE 2024

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFDPAr, no uso de suas atribuições delegadas por meio da Portaria nº 122, de 09 de fevereiro de 2023, considerando o processo: 23855.002779/2024-49.

Resolve:

Art.1º Designar a servidora SAMARA SOUSA VASCONCELOS GOUVEIA, SIAPE nº 19522160, para exercer em substituição a CD-02, de Pró-Reitor de Extensão, da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, no período de 22.04.2024 a 25.04.2024, em virtude de afastamento do titular FRANCISCO JANDER DE SOUSA NOGUEIRA, SIAPE nº 2140658.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

AURÉLIO VINÍCIUS ARAÚJO SILVA
PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 119, DE 19 DE ABRIL DE 2024

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFDPAr, nomeado pela Portaria Nº 168, de 27 de Março de 2024, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Art. 24 do Estatuto da UFDPAr, e o Memorando Eletrônico nº68/2024/GR/UFDPAr, RESOLVE:

Art. 1º Designar Gilvana Pessoa de Oliveira, Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, SIAPE: 1553330, para substituir João Paulo Sales Macedo, Reitor desta Universidade, nos dias 23 a 25/04/2024, por motivo de viagem a serviço.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AURÉLIO VINÍCIUS ARAÚJO SILVA
PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 120, DE 19 DE ABRIL DE 2024

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFDPAr, no uso de suas atribuições delegadas por meio da Portaria nº 122, de 09 de fevereiro de 2023 da UFDPAr, considerando o Processo nº 23855.000846/2024-52, resolve:

Conceder PROGRESSÃO FUNCIONAL POR MÉRITO PROFISSIONAL, nos termos do Decreto nº 5.824/2006, de 29/06/2006; da Resolução nº 034/2007 do Conselho de Administração da UFPI, que institui o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Cargos da Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação-PDIC/TAE, da Universidade Federal do Piauí; dos artigos 11 e 12, o Anexo XV da lei nº 11.091, de 12/01/2005, com alteração da MP 431/08, publicada no DOU de 14.05.2008 e convertida na Lei nº 11.784 de 22/09/2008, publicada no DOU de 23/09/2008, ao servidor técnico-administrativo desta IFES informada na tabela abaixo, cujos efeitos financeiros retroagem à respectiva data.

MAT. SIAPE	NOME	CARGO	NIV/CLAS/CAPACITAÇÃO/PADRÃO DE VENCIMENTO		DATA
			ATUAL	ALMEJADO	
1371763	JOSE EUDES BATISTA RODRIGUES	701001	E-2-13	E-2-14	13/08/2023

AURÉLIO VINÍCIUS ARAÚJO SILVA
PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 121, DE 19 DE ABRIL DE 2024

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFDPAr, nomeado pela Portaria Nº 168, de 27 de Março de 2024, no uso de suas atribuições legais, e considerando o processo nº 23855.001859/2024-55

Resolve:

Art.1º Remover o servidor HENRIQUE CESAR MELO RIBEIRO, SIAPE: 1662747, Cargo: Professor do Magistério Superior, da Coordenação do Curso de Bacharelado em Administração para a Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

AURÉLIO VINÍCIUS ARAÚJO SILVA
PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

**PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA**

PORTARIAS

PORTARIA Nº 02, DE 19 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre a constituição da Comissão de Apuração Interna da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

A PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFDPAr, nomeada pela Portaria nº 80 de 02 de fevereiro de 2023 - UFDPAr, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Constituir a Comissão Interna da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UFDPAr) para, no prazo de 30 dias a contar da data de publicação desta portaria, apurar ocorrência de postagem irregular na página de Instagram da PRAE, na data de 15 de abril de 2024. A Comissão será composta pelos seguintes membros:

Ariane da Costa Melo, SIAPE nº 1901541 (presidente);

Patrícia Xavier Chaves, SIAPE nº 1584077 (membro); e

Matheus Vieira dos Santos, SIAPE nº 3405858 (membro).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILVANA PESSOA DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

**CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA**

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 202 DE 19 DE ABRIL DE 2024

Ratifica e retifica a Resolução nº 163/2023, que aprovou o PPC do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da UFDPAr (1ª Licenciatura), a ser implementado junto ao PARFOR EQUIDADE.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO -

CONSEPE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 17/04/2024 e, considerando:

o Processo Nº 23855.008046/2023-43

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar a Resolução Nº 163/2023- CONSEPE, emitida ad referendum deste Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 18.12.2023, que aprovou o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva (1ª Licenciatura), da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr, a ser implementado junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR EQUIDADE, vinculado ao Edital Nº 23/2023 CAPES.

Art. 2º Retificar o Projeto Pedagógico do Curso- PPC, que passa a vigorar com alterações, conforme documento anexo a esta resolução e processo acima mencionado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme disposto no Parágrafo Único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, tendo em vista que a matéria foi objeto de deliberação ad referendum em 18 de dezembro de 2023.

VICENTE DE PAULA CENSI BORGES
VICE-REITOR, NO EXERCÍCIO DA REITORIA

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 203 DE 19 DE ABRIL DE 2024

Ratifica e retifica a Resolução nº 164/2023, que aprovou o PPC do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Área: Ciências da Natureza, a ser implementado junto ao PARFOR EQUIDADE.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 17/04/2024 e, considerando:

o Processo Nº 23855.008045/2023-70

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar a Resolução Nº 164/2023- CONSEPE, emitida ad referendum deste Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 18.12.2023, que aprovou o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Área: Ciências da Natureza, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba -UFDPAr, a ser implementado junto ao Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR EQUIDADE, vinculado ao Edital Nº 23/2023 CAPES.

Art. 2º Retificar o Projeto Pedagógico do Curso- PPC, que passa a vigorar com alterações, conforme documento anexo a esta resolução e processo acima mencionado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme disposto no Parágrafo Único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, tendo em vista que a matéria foi objeto de deliberação ad referendum em 18 de dezembro de 2023.

VICENTE DE PAULA CENSI BORGES
VICE-REITOR, NO EXERCÍCIO DA REITORIA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA



**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO:
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA**

PARNAÍBA- 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO:
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA**

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva (1ª Licenciatura) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba a ser implementado junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - Parfor no segundo semestre de 2024 conforme Edital No. 23/2023 CAPES

PARNAÍBA - 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA

REITORIA

João Paulo Sales Macedo - Reitor

Vicente de Paula Censi Borges - Vice-Reitor

ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

Moyses Barbosa da Silva Filho - Prefeito Universitário

Cátia Regina Furtado de Costa - Biblioteca Central Cândido Athayde

Arethusa Dantas Pereira - Escola de Aplicação Ministro Reis Velloso

PRÓ-REITORIAS

Antonio Liuésjhon dos Santos Melo - Pró-Reitor de Planejamento

Leonardo Costa e Silva - Pró-Reitor de Administração

Aurélio Vinicius Araujo Silva - Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo - Pró-Reitora de Ensino e Graduação

Jefferson Soares de Oliveira - Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e
Inovação

Francisco Jander de Sousa Nogueira - Pró-Reitor de Extensão

Gilvana Pessoa de Oliveira - Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

Valberto Barroso da Costa - Pró-Reitor de Tecnologia da Informação e
Comunicação

**PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR**

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Coordenação Institucional do Parfor

Profa. Dra. Maria Patrícia Freitas de Lemos

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Profa. Dra. Maria Patrícia Freitas de Lemos

Prof. Dr. Cleidivan Alves dos Santos

Profa. Dra. Clóris Violeta Alves Lopes

Profa. Dra. Francisca Maria de Sousa

Profa. Dra. Heloisa Marques

ATO DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO

Portaria n.626 de 07 de dezembro de 2023

(Comissão Geral para Proposta do Edital Equidade)

Portaria n.628 de 07 de dezembro de 2023

(Comissão Educação Especial Inclusiva do Edital Equidade)

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: Universidade Federal do Delta do Parnaíba

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Delta do Parnaíba

SIGLA: UFDPAR

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 33.519.114/0001-00

ENDEREÇO: Campus Ministro Reis Veloso

Avenida São Sebastião, 2819

Bairro Nossa Senhora de Fátima

CEP 64202-020

CIDADE: Parnaíba - Piauí

TELEFONE: (86) 99451-0372 Reitoria

E-MAIL:

PÁGINA ELETRÔNICA: WWW.UFDPAR.EDU.BR

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Educação Especial Inclusiva

CÓDIGO DO CURSO:

CRIAÇÃO DO CURSO:

Resolução N°

Publicação:

RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria MEC N°

Publicação:

TÍTULO ACADÊMICO: Licenciado (a) em Educação Especial Inclusiva

MODALIDADE: Ensino Presencial Modular

DURAÇÃO DO CURSO: Mínimo: 04 anos Máximo: 05 anos

ACESSO AO CURSO: Cadastro na Plataforma Capes de Educação Básica e de acordo com Edital No.23/2023 específico PARFOR Equidade

REGIME LETIVO: Créditos (Disciplinas ofertados semestralmente no período de férias dos professores cursistas (janeiro/fevereiro e julho).

TURNOS DE OFERTA: Integral

VAGAS AUTORIZADAS e-MEC: 100 vagas por turma e semestre, conforme cadastro na Plataforma Capes de Educação Básica e de acordo com Edital

específico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

ESTRUTURA CURRICULAR:

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	2.160	144
Disciplinas Optativas	120	08
Trabalho de Conclusão de Curso	120	08
Atividades Complementares	120	08
Atividades Curriculares de Extensão	330	22
Estágio Supervisionado Obrigatório	420	28
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.270	

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

1.1 . Justificativa

1.2 Contexto regional e local

1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFDPAR e do Curso

2 CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso

2.2 Objetivos do curso

2.3 Perfil do egresso

2.4 Competências e Habilidades

2.5 Perfil do corpo docente

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 Estrutura e organização curricular

3.2 Fluxograma

3.3 Estágio, atividades complementares, extensão e TCC

3.4 Metodologia

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão

4.2 Apoio ao discente

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Avaliação da aprendizagem

5.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)

6.1 Disciplinas obrigatórias

6.2 Disciplinas optativas

7 INFRAESTRURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

7.1 Local de funcionamento e infraestrutura física

7.2 Infraestrutura acadêmica

7.3 Biblioteca

REFERÊNCIAS

ANEXOS

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a proposta de criação e implementação do Curso PARFOR de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva no *Campus Ministro Reis Veloso* da cidade de Parnaíba-PI, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). Neste projeto pedagógico são apontados os objetivos que nortearam a criação desta licenciatura e serão também apresentados os elementos que estruturarão o funcionamento do curso: o perfil do profissional a ser formado, definição do egresso, descrição e articulação dos componentes curriculares, metodologia e avaliação curricular, matriz e ementas das disciplinas, regulamentação do estágio, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares para o plano de implantação do curso.

Esses elementos do projeto tiveram como base teórica as referências da área específica e dos documentos legais da Legislação brasileira e diretrizes consideradas com o disposto na “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008), que tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades /superdotação. Também são consideradas nesta proposta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96); as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB n.02, de 11 de fevereiro de 2001); as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena (Resolução CNE/CP, n.1, de 18 de fevereiro de 2002) e a Resolução que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena e de formação de professores da Educação Básica em nível superior (Resolução CNE/CP n. 2, de 19 de fevereiro de 2002).

A idéia de implementar um curso de Educação Especial Inclusiva de natureza Parfor na segunda maior cidade piauiense, decorre da urgente importância de contribuir para que se concretize no estado e seu redor, o Direito à Educação preconizado na Constituição Brasileira desde 1988. Características sociais e epidemiológicas regionais contribuem para as condições desfavoráveis

ao sistema educacional da população, desde o modo como os serviços de atendimento especializado para indivíduos com necessidades especiais são organizados e disponibilizados com inúmeras dificuldades no acesso, destaca-se também a carência de profissionais da educação especial, fator determinante que tem contribuído para a não resolutividade do sistema de educacional inclusivo, resultando no aumento constante na precarização e baixa qualidade do sucesso escolar e na permanente insatisfação dos próprios indivíduos com o sistema educacional.

Desta forma, a UFDPAr atenta a realidade da região em que está posicionada e de sua população, propõe este projeto afim de minimizar esta problemática no sistema educacional. Por meio da articulação de parcerias com os gestores das Secretarias de Educação no âmbito dos municípios que se encontram vinculados à área de abrangência da universidade, visando desenvolver com a rede educacional publica existente os cenários de prática da formação, especialmente com as Prefeituras Municipais.

Conscientes da dimensão desta proposta quanto a sua complexidade e do desafio a que se propõe a Universidade Federal do Delta do Parnaíba, o desenvolvimento da proposta deste projeto foi um grande desafio para a comissão docente que produziu o material, com o olhar no futuro pela concretização da missão da universidade que visa produzir e tornar acessível o conhecimento científico para todos sem distinção.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Justificativa

O homem historicamente foi reconhecido como membro social por meio do trabalho e sua capacidade de força laboral sendo então, considerado adequado ou inadequado socialmente, a partir de sua capacidade produtiva. Aqueles indivíduos que não conseguiam se desempenhar na denominada “cadeia produtiva” de forma satisfatória aos valores sociais característicos de sua época, em decorrência de alguma deficiência ou necessidade específica, estes eram segregados e privados de qualquer forma de instrução ou participação social. Tempos de grande desigualdade e segregação que ainda refletem em muitas partes ao redor do mundo e ao redor do próprio Brasil, uma realidade dura e condenatória.

A garantia de direitos humanos básicos para todas as pessoas, sendo as mesmas com necessidades educacionais específicas (pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades) e/ou com transtornos funcionais específicos (pessoas com dislalia, discalculia, dislexia e disgrafia) demorou historicamente muitos séculos para se consolidar na sociedade como algo aceitável e possível e só aconteceu mediante intensa luta política e mobilização da sociedade civil organizada.

Dispositivos legais brasileiros como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº9.394 de 20 de dezembro de 1996, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2003), deram o início oficialmente a democratização do acesso à educação regular para as pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.

Com a implementação do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Especiais na Rede Federal de Educação Tecnológica - TEC NEP, pudemos observar que o número de matrículas de estudantes com necessidades educacionais específicas na Rede de Ensino cresceu gradativamente, conforme os dados

dos últimos Censos escolares, contudo de maneira aquém as necessidades de nossa sociedade.

Nesta crescente demanda e contexto educacional de estudantes com necessidades educacionais específicas nas salas de aula regulares, fruto do sucesso das políticas públicas de educação na intenção de garantir o acesso garantido a este alunado à educação, evidencia-se igualmente a necessidade da garantia de espaços e implementação de ações formativas para toda a comunidade escolar, tendo em vista a construção de práticas realmente inclusivas, uma vez que apenas garantir o acesso não assegura a permanência nem a conclusão com êxito destes estudantes no sistema educacional brasileiro.

Dessa forma, uma instituição como a UFDPAr, comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania, com a produção e a socialização do conhecimento, com a garantia do direito de todos à educação e com a política de formação continuada, necessita da oportunidade de ofertar o curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva para graduados que atuam ou pretendem realizar estudos, desenvolver pesquisas e demais atividades no campo da educação especial e/ou inclusiva. Nessa perspectiva, a instituição será capaz de contribuir efetivamente para a produção e socialização de conhecimentos e conseqüentemente, contribuir para o crescimento pessoal e profissional dos sujeitos como seres históricos e cidadãos de direito reconhecido.

1.2 Contexto regional e local

O Piauí está localizado na Região Nordeste do país e ocupa quase 3% do território brasileiro, sendo o terceiro maior estado nordestino em área territorial (251.611.929 km²). Limita-se com cinco estados brasileiros: Ceará e Pernambuco, a leste; a Bahia, a sul e sudeste; o Tocantins, a sudoeste; o Maranhão, a oeste; e ao norte é delimitado pelo Oceano Atlântico (Vide Figura 1).

Em face das grandes dimensões territoriais do Estado faz-se necessária a criação de cursos de distintas naturezas em outras cidades além da capital, a fim de ampliar a oferta de serviços à população de maneira logística viável.

Do ponto de vista físico, o território piauiense constitui-se numa área homogênea, apresentando três características distintas: 1) do Planalto Central, pela presença de características dos cerrados; 2) da Amazônia, pelo tipo de clima e caudais fluviais perenes; e 3) do Nordeste semiárido, pelos cursos de água intermitentes. Juntamente com o Maranhão formam, fisiograficamente, uma região independente denominada Meio-Norte ou Nordeste Ocidental.

Figura 1: Mapa do território geográfico do Estado do Piauí



Fonte: <https://www.pi.gov.br/>

De acordo com o IBGE (2010), o Piauí possui características socioeconômicas, ambientais e culturais distintas da média do país e ecossistema exclusivo em relação a outros estados. O nome Piauí deriva de um dos primeiros rios atingidos pela colonização, subafluente do rio Parnaíba, cuja bacia oriental é ocupada pelo atual Estado. Nesse entendimento, Piauí significa rio dos piaus, rio dos peixes pintados (SEPLAN, 2023).

Para fins de planejamento governamental, o estado do Piauí está dividido em 4 Mesorregiões (Norte Piauiense; Centro-Norte Piauiense; Sudoeste Piauiense; e Sudeste Piauiense), subdivididas em 12 Territórios de Desenvolvimento (TD) - Planície Litorânea, Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale do Sambito, Vale do Guaribas, Vale do Canindé, Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueiras, Serra da Capivara, Tabuleiros do Alto Parnaíba, Chapada das Mangabeiras e Chapada Vale do Rio Itaim-, 15 Microrregiões (Baixo Parnaíba Piauiense; Litoral Piauiense; Teresina; Campo Maior; Médio Parnaíba Piauiense; Valença do Piauí; Alto Parnaíba Piauiense; Bertolândia; Floriano; Alto Médio Gurguéia; São Raimundo Nonato; Chapadas do Extremo Sul Piauiense; Picos; Pio IX e Alto Médio Canindé) e 224 municípios, cabendo destacar os mais populosos: Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri, Floriano, Campo Maior, Barras, União, Altos, Esperantina, Pedro II, José de Freitas, Oeiras, São Raimundo Nonato.

A região onde hoje se localiza o Piauí era originalmente habitada por diversas etnias indígenas, principalmente pelos Tremembés, Tabajaras, Timbiras, Gueguês, Acroás, Jaicós e Pimenteiras. Começou a ser povoado pelos colonizadores europeus no começo do século XVII quando fazendeiros, principalmente da Bahia, chegaram à procura de pastagens para expandir suas criações de gado. A província pertencia à Bahia e em 1718 passou a fazer parte do Maranhão. Em 1811, o príncipe Dom João VI, cinco anos antes de ser coroado rei de Portugal, elevou o Piauí à categoria de capitania independente e sua capital era a cidade de Oeiras, que fica situada na Mesorregião Sudeste Piauiense, na Microrregião de Picos.

Contudo, mesmo após a independência do Brasil, o Piauí, assim como algumas outras províncias, continuou sendo colônia de Portugal. Em 1823, os cearenses e maranhenses se juntaram ao povo do Piauí e enfrentaram as tropas portuguesas, lideradas pelo Major João José da Cunha Fidié, numa batalha pela independência do Brasil: a Batalha do Jenipapo. A Batalha do Jenipapo ocorreu no dia 13 de março de 1823, às margens do riacho de mesmo nome e foi uma das mais sangrentas batalhas, porém decisiva para a independência do Brasil, pois apesar de os brasileiros terem perdido o combate, fizeram os portugueses mudarem seu trajeto e se refugiarem no Maranhão, que ainda era controlado pelos portugueses.

Em agosto de 1852, 41 anos depois de o Piauí virar uma capitania independente, o governo provincial transferiu a capital do estado para Teresina, também conhecida por cidade verde, codinome dado pelo escritor maranhense Coelho Neto, em virtude de possuir ruas e avenidas entremeadas de árvores.

De acordo com último censo demográfico, a população do Piauí totaliza mais de três milhões de habitantes (3.118.360) e a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017 foi de mais de três milhões e duzentos mil habitantes (3.219.257) no estado.

No ranking do país é o 18o estado mais populoso, o 17o em número de matrículas efetivadas no Ensino Fundamental e 11o em área territorial. Entretanto, o Piauí ainda possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo (0.646), ocupando a 25a colocação, à frente apenas do Maranhão e Alagoas. Assim, em termos de indicadores sociais, o estado do Piauí apresenta um cenário menos favorável quando comparado com as médias nacionais, 34,1% da população piauiense encontra-se em situação de pobreza, estando bastante acima do dobro da média nacional que é 15,2%.

A situação é ainda mais grave em relação aos piauienses extremamente pobres, que são 18,8%, percentual quase três vezes maior do que a média nacional, que é de 6,6%. Certamente, esses indicadores de pobreza piores que a média brasileira reflete em outros indicadores sociais, como a expectativa de vida, de aproximadamente 71 anos no estado, em comparação a 74 anos da média do país; outro dado é a expectativa quanto ao número de anos de estudo da população piauiense, que é de média 9 anos, também menor que a média do Brasil de 9 anos, sendo o estado brasileiro com o índice mais baixo de expectativa da população em relação aos anos de estudos.

Quadro 1-Região Geográfica Meio Norte, com distribuição de dados sobre área, população e densidade demográfica

REGIÃO	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO (habitantes)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab./ km ²)
Maranhão	28.311	506.032	17,87
Lençóis Maranhenses	10.717	159.238	14,86
Alto Munim	9.287	174.894	18,83

Piauí	23.623	638.978	27,05
Delta do Parnaíba	5.921	263.790	44,56
Planície Litorânea	8.306	171.900	20,7
Cocais	17.702	375.188	21,19
Ceará	14.063	710.663	50,53
Litoral Oeste	9.326	373.908	40,09
Ibiapaba	4.736	336.755	71,1
Total Geral	65.997	1.855.673	28,11

Fonte: IBGE. Estimativa Populacional, 2008.

As principais atividades econômicas do estado são: a) indústria - química, têxtil e de bebidas; b) agricultura, com as culturas de algodão, arroz, cana-de-açúcar, soja e mandioca; c) pecuária, com a produção de rebanhos de bovinos e caprinos e a produção do mel de abelhas (apicultura), produto importante na atividade pecuária do Piauí.

Parnaíba, é a cidade mais populosa da Região Norte do estado e constitui-se em polo educacional de atendimento a outras cidades do Maranhão, do Ceará e outros territórios do Piauí, configurando a Região Geográfica Meio Norte. Para o Grupo de Trabalho Interministerial criado para elaborar o Plano de Desenvolvimento Turístico da Região, que trabalhou com dados anteriores ao Censo de 2010 (Brasil, 2008), a área abrangia uma população de 1.855.673 habitantes (Vide Quadro 01).

O referido curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva também se justifica pelo ideal da UFDPAr de ter como desafio impulsionar o crescimento do cenário educacional e cidadania piauiense, seguindo com sua identidade institucional, baseada nas características e expectativas da realidade local e sociedade.

É neste contexto de dificuldades socioeconômicas importantes que a Universidade Federal do Delta do Parnaíba está inserida, numa sociedade piauiense que acalenta por décadas o sonho de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade no estado do Piauí, assim reconhecida como uma universidade de excelência na construção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e artístico, sendo comprometida com o desenvolvimento socioeconômico de modo inovador e sustentável. Para isto a UFDPAr define a sua missão em promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuarem

em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional, por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na extensão.

Essa pretensão de alto grau de complexidade é traduzida em seus princípios filosóficos e metodológicos que reforçam a função social da UFDPAR e o seu papel como instituição pública, representando assim os seus valores em cinco pilares, a saber:

I – Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

II – Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

III – Difusão do conhecimento científico e tecnológico, suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais e aprofundamento do processo de internacionalização;

IV – Inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, dentre outros, pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado;

V – Respeito à pluralidade de pensamento e natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

No atendimento às demandas da sociedade contemporânea, a UFDPAR entende que existe necessidade de uma formação no âmbito de cada curso de graduação que articule com a máxima organicidade, a competência científica e técnica a fim de garantir que os alunos consolidem os conhecimentos necessários para o exercício da plena cidadania.

1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFDPAR e do Curso

A Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR), instituição de ensino superior, de pesquisa e extensão, é pessoa jurídica de direito público mantida pela União, criada pela Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI), com integração do Campus Ministro Reis Velloso, sede e foro no município de Parnaíba, Estado do Piauí. É uma Autarquia Educacional, vinculada ao Ministério da Educação, dotada de autonomia didático-pedagógica e científica, administrativa e de gestão financeira, orçamentária e patrimonial, nos termos da Constituição, regendo-se pela

legislação federal, pelo presente Estatuto, pelos Regimentos e Resoluções emanadas de seus Conselhos Superiores.

A UFDPAr fica situada no extremo norte do Estado do Piauí, distando, por via rodoviária, de 354 quilômetros de Teresina. É localizada à Av. São Sebastião, nº 2819, CEP 64202-020, em Parnaíba-PI. O município de Parnaíba possui uma população de mais de 140 mil habitantes, sendo o segundo mais populoso do Estado. É um dos quatro municípios litorâneos (além de Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia) do estado, sendo possuidor de belezas naturais, algumas dotadas de grande valor histórico para o Piauí. Nas proximidades do centro da cidade, na região denominada de Porto das Barcas, existem inúmeros imóveis históricos. O município desponta como importante centro turístico piauiense, sendo a principal base de apoio para quem deseja conhecer o litoral do Piauí, o Delta do Rio Parnaíba, os Lençóis Maranhenses e a Costa Oeste do Estado do Ceará.

A região do Delta do Parnaíba unifica regiões pertencentes aos estados do Ceará, Piauí e Maranhão, por suas características históricas geográficas, biológicas e sociais, econômicas e culturais. Nesta região a cidade de Parnaíba ocupou historicamente uma posição de destaque quando ocorreram dois ciclos econômicos de significado nacional, o primeiro baseado na produção de charque e o segundo na produção da cera de carnaúba. Hoje, apesar da perda da posição de destaque econômico nacional, Parnaíba ainda é a cidade motora do desenvolvimento desta região por meio de suas escolas, feiras, hospitais, órgãos governamentais, bancos e seu comércio, que servem e sustentam esta comunidade de tríplice subordinação territorial.

Parnaíba é a maior cidade da região do delta, considerada o centro receptor e difusor do desenvolvimento da região. Possui uma boa infra-estrutura urbana com hospitais, escolas, comércio variado, uma singela rede hoteleira, um campus da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Outros municípios como Luís Correia, Ilha Grande, Cajueiro da Praia, Joaquim Pires, Bom Princípio, Buriti dos Lopes, Murici dos Portelas (no Estado do Piauí), Araiões, Tutóia, Paulino Neves, Magalhães de Almeida e Água Doce (no Estado do Maranhão), Chaval, Barroquinha, Granja, (no Estado do Ceará) dependem da infraestrutura já implantada em Parnaíba para a manutenção das necessidades de vida diária de suas populações.

Cumprindo seus princípios e visando cumprir sua missão, incorporando valor e resultados à sociedade a qual serve, a UFDPAr norteia-se pelos seguintes princípios:

- a) é a educação superior um bem público e gratuito, a ser incorporado à sociedade com qualidade acadêmica e pertinência social;
- b) do reconhecimento da universalização do conhecimento e da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- c) do apoio às tecnologias e inovações sustentáveis;
- d) do pluralismo (da pluralidade) de ideias, de pensamento e da interculturalidade;
- e) da democratização da educação e da equidade na oportunidade de acesso e na permanência;
- f) da liberdade acadêmica sem discriminação de qualquer natureza, da promoção da cultura de paz, dos direitos humanos e da democracia, como elementos pedagógicos e organizativos da universidade;
- g) do respeito à diversidade e combate a todas as formas de intolerância e discriminação;
- h) da valorização da cultura, manifestações artísticas e populares;
- i) da responsabilidade socioambiental e da sustentabilidade;
- j) da laicidade, da liberdade religiosa, de credo e não credo;
- k) da adequação em prioridade, do desempenho da Universidade às demandas regionais;
- l) da integração da Universidade, através de atividades acadêmicas, com todas as ofertas educacionais desenvolvidas por outros sistemas de ensino;
- m) da integração da Universidade aos sistemas produtivos, no âmbito das políticas públicas, setores da sociedade civil e de desenvolvimento comunitário;
- n) da interdisciplinaridade das áreas de conhecimento; o) do avanço do conhecimento e atualização em todos os campos do saber.

Conforme estabelecido pela lei de criação da UFDPAr, está orientada ao seguinte objetivo: ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, promover extensão universitária e concretizar sua inserção regional. Deste objetivo primordial a UFDPAr derivou objetivos com maior nível detalhamento que constam em seu Estatuto.

Em reunião ordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal do Delta do Parnaíba foi aprovado como sendo sua missão, valores e visão:

- Missão: Formar profissionais, produzir e socializar conhecimento científico com ética e inovação comprometidos com o desenvolvimento da excelência no ensino, pesquisa e extensão para atuar com qualidade na sociedade e promover transformações sociais, políticas, inclusivas e sustentáveis, constituindo-se como instituição estratégica para as questões regionais, nacionais e internacionais;
- Visão: Ser referência no ensino, pesquisa e extensão de qualidade, capazes de gerar e transferir conhecimentos que atuem e se integrem aos diferentes contextos sociais, encontrando soluções sustentáveis e inovadoras que contribuam no desenvolvimento local, regional e global;
- Valores: Ética, Coletividade, Desenvolvimento, Integridade, Respeito, Trabalho em Equipe, Equidade e Ciência.

O curso proposto de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva terá como alicerce toda a experiência e todo aprendizado que acompanham o histórico de sucesso do curso de graduação de Pedagogia de nossa instituição. A licenciatura em Pedagogia do Campus Ministro Reis Velloso (UFPI-CMRV) em Parnaíba, nasceu na década de 1980 e contou com a participação da classe trabalhadora diante de uma realidade contraditória, num campus universitário que surgiu da necessidade industrial, uma afirmação empresarial piauiense da década de 1970. Esse curso foi direcionado para formação em Licenciatura Plena - Magistério de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental e para disciplinas pedagógicas do Curso Normal (Currículo nº 4014-7).

Em 1994, o curso de Licenciatura em Pedagogia necessitou reformular seu currículo para atender à necessidade de aprofundamento teórico e prático nas áreas de formação e habilitação profissional. Desse modo, foi apresentada à universidade uma proposta de reformulação respaldada legalmente pela Portaria MEC nº 399/89, pela Resolução nº 02/69 do CFE e pela Portaria MEC nº 12/94.

A Resolução nº 093/94 aprovou as mudanças no curso de Pedagogia em Parnaíba. O documento foi aprovado e contém informações relativas às necessidades do curso de Pedagogia e sua inserção na instituição. Em 2004 e 2005, com aprovação em 2006, foi novamente reformulado, modificando a área

de formação, incluindo além da Docência nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental a Gestão Educacional (currículo nº 4150-1). Essas alterações fundamentaram-se nas diretrizes e linhas de ação da política de formação dos profissionais da educação definidas pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE, pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96 e pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, Resoluções 01 e 02/2002 do Conselho Nacional de Educação e Documento Norteador elaborado pela Comissão de Especialista de Pedagogia – SESU – MEC para Autorização e Reconhecimento do curso de Pedagogia.

É muito importante mencionar a relevância de instalar o Curso de licenciatura em Educação Especial Inclusiva no contexto em que está inserida a UFDPAR, em relação a educação e as demandas locais da área de conhecimento especificamente e contextualizar como ele está articulado às políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFDPAR.

A Educação Especial Inclusiva tem se solidificado de forma paralela ou independente dos movimentos da educação regular em todo território brasileiro, visto a necessidade urgente de universalização do acesso do sistema educacional para todos, pretendendo ser democrática e sem mecanismos de exclusão e seletividade social. Para alcançar este objetivo necessitamos da construção de uma escola brasileira pública de melhor qualidade para todos, garantindo que as especificidades da educação de pessoas que vivem em situação de deficiência sejam respeitadas. A realidade atual da educação de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais na região que abrange a UFDPAR está caracterizada por um sistema dual, com um frágil sistema marcado pelo assistencialismo filantrópico com patrocínio difuso de várias instâncias do poder público e, por um sistema educacional ainda mais fragilizado, que vem sendo incitado a abrir espaço para a educação escolar desta parcela da população sem a formação necessária dos profissionais envolvidos.

Este contexto em nossa região representa um razoável desafio para o avanço das políticas educacionais direcionadas a crianças e jovens que vivem

em situação de deficiências, bem como desafio também para os futuros profissionais da Educação Especial, que deveriam ser preparados para uma atuação comprometida e com uma visão crítica da política educacional, respaldados com a ideologia da educação inclusiva, com o espírito de luta pelo fortalecimento da escola pública e pela universalização do acesso à escola para todos sem barreiras.

2 CONCEPÇÃO DO CURSO LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

2.1 Princípios curriculares e especificidades do curso

Os princípios curriculares que nortearão o curso estão em conformidade com o Projeto de Desenvolvimento Institucional da UFDPAR, no qual se destaca a importância de que a proposta pedagógica de cada curso deve ser baseada nos seguintes princípios que reforçam a sua função social e o seu papel como instituição pública:

a) Concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana, levando em consideração os pressupostos axiológico-éticos, a dimensão sócio-política, a dimensão sociocultural, a dimensão técnico-científica e técnico-profissional.

b) Observância à ética e respeito à dignidade da pessoa humana e ao meio ambiente, por meio da construção de projetos coletivos dotados de sustentação ética e respeito à dignidade e às diferenças, procurando responder à complexidade das relações sociais e minimizar as desigualdades e tensões decorrentes de um contexto social em permanente transformação.

c) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão, relaciona os processos de ensinar e aprender com a pesquisa científica e as atividades de extensão e organiza a síntese entre teoria e prática.

d) Interdisciplinaridade e multireferencialidade, a complexidade do fenômeno educativo requer um eixo que trate das experiências que envolvem a abordagem integrada de várias áreas do conhecimento como concepção curricular, considerando suas implicações no ensino. A interdisciplinaridade não nega a existência das disciplinas. Ao contrário, ela deve ser compreendida enquanto estratégia conciliadora dos domínios próprios de cada área com a necessidade de alianças entre eles no sentido de complementaridade e de cooperação para solucionar problemas, encontrando a melhor forma de responder aos desafios da complexidade da sociedade contemporânea. A multireferencialidade, também compõe as propostas dessas intervenções didáticas, ampliando as apropriações sobre linguagens, gênero, cultura e formas

emergentes de produção do conhecimento ou aquelas ainda não reconhecidas no contexto acadêmico.

e) Uso de tecnologias de comunicação e informação - objetiva a formação de um viés entre educação, comunicação, tecnologias inteligentes e construção do conhecimento. Cabem as discussões sobre mídia, representações, linguagens e estratégias colaborativas de elaboração da aprendizagem no ensino superior.

f) Avaliação, incluem-se as experiências sistematizadas de registro e acompanhamento humanizado do processo de aprendizagem que ultrapassem a concepção quantitativa e classificatória de avaliação.

g) Articulação entre teoria e prática, a articulação entre teoria e prática pode ser compreendida como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita que os alunos se envolvam com problemas reais, tomem contato com seus diferentes aspectos e influenciem nas soluções.

h) Flexibilização curricular, a partir da realidade da UFDPAR, o Projeto Pedagógico de cada curso, no exercício de sua autonomia, deverá prever, entre os componentes curriculares, tempo livre, amplo o suficiente para permitir ao aluno incorporar outras formas de aprendizagem e formação social.

2.2 Objetivos do curso PARFOR de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva

O Parfor é uma ação da Capes que visa contribuir para a adequação da formação inicial dos professores em serviço na rede pública de Educação Básica por meio da oferta de cursos de licenciatura correspondentes à área em que atuam, em consonância com a meta do Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2024) e com a LDB n. 9.394/1996 e suas modificações.

Como objetivo geral formar o profissional no curso de licenciatura em Educação Especial Inclusiva para atuar na docência em diversos serviços de atenção pedagógica especializada, como escolas de ensino regular, na oferta de atenção em sala de recursos ou multifuncionais ou classes especiais, junto a alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Como objetivos específicos este curso proposto permitirá:

- Contribuir para definição e implementação de uma política de desenvolvimento pessoal e profissional dos professores de Educação Especial Inclusiva no Ensino Fundamental e no Médio;
- Proporcionar as condições teórico-prático-reflexivas para que o professor compreenda suas práxis, buscando reconstruí-la continuamente, visando à melhoria da qualidade da educação e do ensino;
- Desenvolver estudos e pesquisas sobre a prática pedagógica vivenciada na escola, visando à compreensão e reflexão sobre o cotidiano escolar, priorizando a educação básica no contexto da escola pública;
- Resgatar a relação técnico-ético-política subjacente à prática docente, considerando potencialidades e limitações da ação pedagógica desenvolvida nas Escolas Públicas;
- Garantir, no processo de formação, a transversalidade na abordagem teórico-metodológica da ação docente;
- Instigar e promover o espírito empreendedor e competitivo no ambiente escolar com vistas a criar uma cultura de livre iniciativa;
- Cultivar o interesse pela interdisciplinaridade e pelas novas tecnologias com vistas a criar uma cultura tecnológica no estado progressivamente.

Atuando de forma transversal nos diferentes níveis de ensino, este profissional estará apto a:

- Atuará nos serviços de apoio pedagógico especializado;
- Exercerá docência em escolas de ensino regular junto aos professores da classe regular, na modalidade ensino colaborativo e orientações pedagógicas; realizará serviços de consultoria colaborativa para instituições de ensino especial no ensino comum ou especial;
- Efetuará serviços especializados de interpretação de linguagens e códigos, promovendo e difundindo conhecimentos nas áreas de educação inclusiva, literatura e cultura, fomentando a capacitação social e profissional em seu ambiente de trabalho de maneira competente, crítica e participativa;
- Empreenderá gestão escolar na instituição de ensino especial; em serviços de apoio pedagógico especializado, ofertados em classes hospitalares, nos serviços de ensino itinerante, nos serviços de ensino domiciliar.

A partir do objetivo geral e dos objetivos específicos, o curso criará as possibilidades para formar um profissional capaz de resolver problemas

decorrentes do seu trabalho, considerando as multidimensões (humana, ética, estética, política, técnica e social) que fundamentam a profissão, conforme delineado no perfil do egresso a seguir relacionado.

2.3 Perfil do egresso

Considerando a necessidade de promover a formação integral de profissionais da área de Educação Especial Inclusiva englobando os aspectos técnicos, éticos e políticos, e profissionais que sejam sintonizados com as necessidades da sociedade em particular da educação especial inclusiva, tal profissional deverá ser capaz de conforme com as Diretrizes Curriculares Nacionais da área e com os documentos diretivos ao exercício profissional e suas habilidades para o exercício da profissão:

- Elaborar estratégias de atuação com alunos que possuam necessidades educacionais específicas e/ou transtornos funcionais específicos;
- Contribuir com a criação das condições necessárias e alternativas possíveis para uma educação inclusiva;
- Compreender as especificidades do estudante com necessidades educacionais específicas;
- Fundamentar sua prática pedagógica com os subsídios teórico-metodológicos necessários para o processo de inclusão;
- Utilizar a pesquisa na área de educação inclusiva como perspectiva metodológica de sua atuação docente.

2.4 Competências e Habilidades

Entendemos por competências os esquemas mentais são as ações e operações mentais de caráter cognitivo sócio afetivo ou psicomotor que mobilizado e associado aos saberes teóricos ou experienciais, geram habilidades e o real saber fazer do profissional. Estas competências devem ser descritas de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais de forma que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais de cada curso, sendo as referências para a organização dos conteúdos e para a avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

No que se refere ao conjunto de habilidades e competências necessárias aos professores para a prática com alunos incluídos, o *Council for Exceptional Children* (CEC) estabelece parâmetros em nível internacional para a preparação, certificação e a prática do profissional em educação. Destaca-se algumas delas:

- A idéia de que todos os alunos podem aprender;
- Valorização das potencialidades de aprendizagem de cada um;
- Reafirmação de que a aprendizagem é um processo individual, e se desenvolve de forma ativa em cada pessoa, considerando que ela parte sempre do que o aluno sabe, e é sempre influenciado por sua história pessoal e social;
- Estimular o desenvolvimento da autonomia dos alunos mediante a construção de sua aprendizagem;
- Avaliar de forma processual e permanentemente as aprendizagens;
- Avaliar o desempenho cada aluno segundo seu ritmo, do ponto de vista da evolução de suas competências ao resolver problemas e inserir-se no universo cultural dos alunos.

Em relação à formação do professor para atuar no contexto da Educação Especial Inclusiva, a situação torna mais complexa nesse cenário formativo, onde entrecruzam-se múltiplas dimensões, tais como: a relação professor-aluno e conteúdo, as relações de produção com o conhecimento na materialidade do mundo da vida e do trabalho, os avanços da ciência, da cultura e da pesquisa, dentre outras.

Torna-se necessário que o professor, diante dessa realidade, adote uma postura crítica e reflexiva, disponível às mudanças paradigmáticas da ciência e tornando capaz inovação de sua prática.

Pode-se afirmar que o professor deverá valorizar a diversidade como causa importante no processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido, deverá ser capaz de construir recursos de ensino e adaptar atividades e seus conteúdos, em relação aos alunos considerados especiais mas também para a prática educativa como um todo, evitando a exclusão ou fracasso escolar.

De modo geral, a formação recebida pelos professores influencia diretamente no desenvolvimento dos alunos, no documento do (MEC/SEESP,2003) está expresso que a aquisição de competências e

habilidades pelo aluno com necessidades especiais tem no professor o indispensável apoio e a orientação segura para o seu desenvolvimento, e que isso ocorre de forma mais intensa quando, a partir formação do professor é priorizada capacidade reflexiva no trabalho colaborativa dos professores.

2.5 Perfil do corpo docente

Nas áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado e para prestação de serviços à comunidade, a Universidade Federal do Delta do Parnaíba vem gradativamente ampliando sua infraestrutura e sua área de atuação, articulando a consolidação dos cursos e programas já existentes com a implantação de novos, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação lato e stricto sensu.

Ao propor a adesão ao Parfor Equidade, renova o compromisso com a comunidade piauiense e de toda macrorregião que abrange, na garantia da oferta de Ensino Superior público, gratuito e com qualidade aos professores atuantes na Educação Básica.

Os professores formadores vinculados ao Parfor/UFDPar serão adequadamente selecionados por meio de edital público de processo seletivo simplificado realizado semestralmente, priorizando-se os professores do quadro permanente da universidade que estejam em efetivo exercício em sala de aula, que possuam título de mestre ou doutor, e com observância dos demais requisitos estabelecidos na Portaria / CAPES n. 220, de 21 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o regulamento do Parfor e no Edital 23/2023. No Quadro abaixo consta a relação nominal com titulação e regime de trabalho dos docentes efetivos que atuarão.

Quadro 3: Distribuição de docentes, com titulação e regime de trabalho.

Nome	Titulação	Regime de Trabalho
Cleidivan Alves dos Santos	doutorado	DE Pedagogia
Dalva de Araújo Menezes	mestrado	Substituta Pedagogia
Clóris Violeta Alves Lopes	doutorado	DE Pedagogia
Edmara de Castro Pinto	doutorado	DE Pedagogia
Élido Santiago da Silva	doutorado	DE Pedagogia

Flávio Rovani de Andrade	doutorado	DE Pedagogia
Francisca Maria de Sousa	doutorado	DE Pedagogia
Francisco Antonio Machado Araújo	doutorado	DE Pedagogia
Gilvana Pessoa de Oliveira	doutorado	DE Pedagogia
Kelly Cristina Vaz de Carvalho Marques	doutorado	DE Pedagogia
Lucélia Costa Araújo	doutorado	DE Pedagogia
Luciana Matias Cavalcante	doutorado	DE Pedagogia
Maria Patrícia Freitas de Lemos	doutorado	DE Pedagogia
Marly Macedo	doutorado	DE Pedagogia
Osmar Rufino Braga	doutorado	DE Pedagogia
Heloisa Marques	doutorado	DE Fisioterapia
Luana Gabrielle de França Ferreira	doutorado	DE Fisioterapia
Karina Rodrigues dos Santos	doutorado	DE Medicina
Mharianni Ciarlini de Sousa Bezerra	doutorado	DE Psicologia
Luciana Rocha Faustino	doutorado	DE Medicina
Shaiane Vargas da Silveira	doutorado	DE Turismo

*** Dedicção exclusiva dos docentes UFDPAr (DE)**

Fonte: Equipe de planejamento do projeto deste edital.

Além dos professores efetivos lotados na UFDPAr, integrarão o corpo docente do curso de licenciatura em Educação Especial Inclusiva Parfor/UFDPAr quando necessário, a participação de docentes colaboradores prioridade a professores das escolas da rede pública da Educação Básica, com formação mínima de pós-graduação, em conformidade com o disposto no regulamento do Programa Parfor. Sempre observância dos demais requisitos estabelecidos na Portaria / CAPES n. 220, de 21 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o regulamento do Parfor e no Edital 23/2023.

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 Estrutura e organização curricular

A estrutura curricular deste curso de licenciatura em Educação Especial Inclusiva da UFDPAr prevê disciplinas obrigatórias de caráter teórico e prático voltadas à formação do licenciando em Educação Especial Inclusiva, em consonância com as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o Projeto Político-Pedagógico desta universidade.

O Edital Parfor Equidade 23/2023 destina-se aos professores que, sem formação específica encontram-se lecionando nos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e lotados nas salas AEE das redes públicas de ensino do país. Por isso, a prática pedagógica do professor cursista é ponto de partida para a teoria, que também se reformula a partir dela. Isso supõe a articulação dos conhecimentos formalmente estruturados e saberes adquiridos com a prática e assumir a capacidade de tematizar a própria prática, enquanto atividade inerente ao professor crítico e reflexivo, como fonte de ação transformadora do processo formativo.

Por esta premissa fundamenta-se o compromisso de garantir atendimento educacional de qualidade para alunos com deficiência intelectual, deficiência auditiva, deficiência física, deficiência visual, deficiência múltipla, surdocegueira, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento; para todos nos diferentes níveis e modalidades de ensino, conforme recomendam os aportes legais brasileiros; fundamentando este curso na política da igualdade e da ética e identidade; da inter e transdisciplinaridade; da contextualização e flexibilidade; da intersubjetividade e indissociabilidade da tríade entre ensino, pesquisa e extensão.

Com base no exposto acima, apresentamos a seguir a estrutura e organização curricular do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, visando oferecer o aprimoramento no processo formativo e de modo a possibilitar aos professores

da Educação a ressignificação da prática docente por meio do exercício de uma ação crítico-emancipatória na realidade educativa na qual estão inseridos. A matriz curricular proposta para o curso contempla eixos transversais básicos de formação, embasados na fundamentação teórica, experiência prática e na pesquisa.

Ressaltamos que a sua estrutura e organização curricular alinha-se com os princípios e fundamentos definidos pela BNCC-Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 2/2017) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 2/2019) que focam na construção dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores; em especial na mobilização desses saberes para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho, de modo a assegurar as aprendizagens essenciais para o desenvolvimento humano global.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica, todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, aqui denominados eixos estruturantes de estudo, com carga horária total de, no mínimo, 3.270 (três mil duzentas e setenta) horas, e devem considerar o desenvolvimento das competências profissionais explicitadas na BNC-Formação, explicitadas na seção anterior. A carga horária dos cursos de licenciatura deve ter a seguinte distribuição:

O primeiro eixo estruturante se refere às disciplinas de fundamentação teórica, que terão como objetivo a aquisição de conhecimentos e habilidades para compreender a natureza interdisciplinar do campo e do objeto de estudo da Educação Especial Inclusiva, incluindo aspectos históricos da educação e educação especial, políticas públicas educacionais, ética e questões do desenvolvimento humano. Os alunos deverão cursar durante seu tempo de formação disciplinas optativas, estas abordarão temas relacionados à formação do educador especial, bem como necessidades especiais do educando e sua família.

O segundo eixo estruturante compreende a formação para a pesquisa, que visa o desenvolvimento pessoal e profissional do aluno para buscar, produzir, divulgar e saber utilizar o conhecimento científico voltado à Educação Especial Inclusiva.

O terceiro eixo estruturante de formação é a aprendizagem fundamentada na indissociabilidade entre teoria-prática, a fim de garantir a transversalidade deste tipo de formação.

A disciplina Atividade Curricular de Extensão visa a intensificar o contato da universidade com a sociedade, contribuindo para o cumprimento do compromisso social e fortalecendo a indissociabilidade entre as atividades essenciais da universidade, ensino, pesquisa e extensão; contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação, pós-graduação e das atividades de pesquisa e de extensão; promover maior aproximação entre os currículos e a vida concreta da sociedade; contribuir para a formação ética do profissional; estimular a problematização como atitude de interação com a realidade; propiciar a descoberta de novos objetos de investigação em contextos externos ao meio acadêmico; ensinar a experimentação de alternativas metodológicas de trabalho comunitário e de ensino; favorecer o desenvolvimento de uma atitude tanto questionadora como proativa diante dos desafios e limites impostos pela nossa realidade social.

No estágio supervisionado será contemplado o eixo transversal de formação onde o foco é a prática, por meio de atividades de estágio supervisionado, a serem cumpridas em situações reais de trabalho. A distribuição das disciplinas ao longo do tempo de formação do acadêmico está organizada visando educação profissional de forma transversal ao discutir a Educação Especial Inclusiva, favorecendo o debate sobre a inserção deste sujeito no mundo do trabalho.

Para alcançar este objetivo, o curso de Educação Especial Inclusiva da UFDPAr está estruturado e subdividido em 08 (oito) módulos de disciplinas articuladas entre si, onde permeiam teoria e prática de pesquisa em todo o currículo, culminando com a elaboração e apresentação de trabalho científico.

As atividades curriculares de educação em direitos humanos (Resolução CNE/CP nº 01/2012), educação das questões étnico-raciais (Resolução CNE/CP nº 01/2004), educação ambiental (Resolução CNE/CP nº 02/2012), de processo de envelhecimento (Lei federal nº 10.741/2003) são participantes da formação como conteúdos complementares ou transversais nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.

O curso ofertado através do Parfor caracteriza-se por oferecer formação voltada especificamente para professores que atuam em escolas públicas de Educação Básica, por isso o seu funcionamento ocorrerá no período de recesso escolar das redes de ensino municipal e estadual. Cada semestre letivo comporta um módulo de período intensivo, que ocorrerá no período de recesso do calendário escolar dos professores cursistas, e um período complementar, nos finais de semana, de acordo com o cronograma de desenvolvimento de disciplina de cada curso, observando-se o calendário escolar das escolas básicas públicas (Vide Quadro 4 abaixo).

Quadro 4: Distribuição de horas previstas ao longo do curso da matriz curricular.

Módulo	Obrigat.	Optativas	A.C.E.	Estágio Superv.	Ativ. Compl.	T.C.C.	C.H. Total
1º	300		90				390
2º	330		60				390
3º	330		60				390
4º	270	60	60				390
5º	270	60	60		60		450
6º	240			150	60		450
7º	240			135		60	435
8º	180			135		60	375
Carga Horária Total	2.160	120	330	420	120	120	3.270

Fonte: Equipe de planejamento do projeto deste edital.

Em sua organização o currículo do curso é estruturado por disciplinas interconexas de caráter teórico-prático e prático, disciplinas obrigatórias e optativas, Atividades Complementares (AC), Atividades Curriculares de Extensão (ACE), Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e será desenvolvido em 08 (oito) semestres letivos, com carga horária total de 3.270 (três mil duzentas e setenta) horas.

Os componentes curriculares estão relacionados no Quadro abaixo e correspondem aos oito módulos e suas respectivas disciplinas. A Matriz Curricular do Curso está estruturada de maneira didático-pedagógica e organizada com as disciplinas do curso, distribuídas por semestre letivo, contendo carga horária e quantidade de créditos por disciplina.

Quadro 5: Estrutura e organização curricular conforme distribuição e carga horária do curso de Educação Especial Inclusiva da UFDPAr.

Módulo	DISCIPLINAS	Créditos	C.H.
1º. Semestre	Seminário de Introdução ao curso	1.0.0	15
	Educação Especial: contextos históricos, políticos e seus fundamentos legais	4.0.0	60
	Neurociência do aprendizado: referenciais teóricos do desenvolvimento humano	3.0.0	45
	Ética e Educação Especial no contexto Escola, Família e Trabalho	4.0.0	60
	Didática para Educação Especial e Inclusiva	4.0.0	60
	Teorias pedagógicas aplicadas à Educação Especial	4.0.0	60
	Atividade Curricular de Extensão: Temas integradores (ACE)	3.3.0	90
	Total do bloco	26	390

Módulo	DISCIPLINAS	Créditos	C.H.
2º. Semestre	Desenvolvimento humano e da aprendizagem nas necessidades educacionais especiais	2.2.0	60
	Estudo do desenvolvimento atípico	4.0.0	60
	Linguagem e Pensamento	2.0.0	30
	Currículo e Educação Especial: adaptações e acomodações	4.0.0	60
	Gestão e Organização do trabalho pedagógico I: sistema escolar	2.2.0	60
	Atividade Curricular de Extensão II: Diversidade Profissional, Cultural e Social (ACE)	2.2.0	60
	Processos Investigativos em Educação Especial I: Planejamento e Observação do trabalho científico	2.2.0	60
	Total do bloco	26	390

Módulo	DISCIPLINAS	Créditos	C.H.
3º. Semestre	Apoio educacional especializado: Educação Infantil	4.0.0	60
	Procedimentos de Ensino em Educação Especial: deficiência intelectual	3.1.0	60
	Ensino Colaborativo	3.0.0	45
	Gestão e Organização do trabalho pedagógico II: serviços especializados	2.1.0	45
	Língua Brasileira de Sinais I	2.2.0	60
	Atividade Curricular de Extensão III: Historicidade e Políticas Públicas	2.2.0	60
	Processos Investigativos em Educação Especial II: Escola e Família	2.2.0	60
	Total do bloco	26	390

Módulo	DISCIPLINAS	Créditos	C.H.
4º. Semestre	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência auditiva	3.1.0	60
	Gestão e Organização do trabalho pedagógico III: ambiente hospitalar	2.2.0	60
	Tecnologias instrucionais aplicadas à Educação Especial: modelos instrucionais especializados	4.0.0	60
	Apoio educacional especializado: Ensino Fundamental e Médio	2.0.0	30
	Língua Brasileira de Sinais II	2.2.0	60
	Atividade Curricular de Extensão IV: Novas formas de ensinar (ACE)	2.2.0	60
	Optativa I	4.0.0	60
	Total do bloco	26	390

Módulo	DISCIPLINAS	Créditos	C.H.
5º. Semestre	Procedimentos de ensino em Educação Especial: transtornos globais do desenvolvimento	3.1.0	60
	Procedimentos de ensino em Educação Especial: altas habilidades e superdotação	3.1.0	60
	Apoio educacional especializado: Ensino Superior	3.0.0	45
	Didática para a Educação Especial	3.0.0	45
	Planejamento educacional individualizado I: Avaliação	2.2.0	60
	Atividade complementar I	4.0.0	60
	Optativa II	4.0.0	60
	Atividade Curricular de Extensão V: Novas formas de aprender	2.2.0	60
	Total do bloco	30	450

Módulo	DISCIPLINAS	Créditos	C.H.
6º. Semestre	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência física	3.1.0	60
	Ensino de ciências para pessoas com deficiência	1.3.0	60
	Planejamento educacional individualizado II: intervenções	2.2.0	60
	Ensino da leitura e escrita para pessoas com deficiência	1.3.0	60
	Atividade complementar II	4.0.0	60
	Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva I	0.0.9	150
	Total do bloco	30	450

Módulo	DISCIPLINAS	Créditos	C.H.
7º. Semestre	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência visual	3.1.0	60
	Ensino de Matemática pra pessoas com deficiência	1.3.0	60
	Tecnologias aplicadas à Educação Especial I: Informação e comunicação	2.2.0	60
	Apoio educacional especializado: Educação de Jovens e Adultos (EJA)	4.0.0	60
	Trabalho de conclusão de curso I	2.2.0	60
	Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva II	0.0.9	135
	Total do bloco	29	435

Módulo	DISCIPLINAS	Créditos	C.H.
8º. Semestre	Tecnologias aplicadas à Educação Especial II: tecnologias assistivas	2.2.0	60
	Ensino da leitura e escrita na cegueira e baixa visão	1.3.0	60
	Ensino de habilidades de comunicação alternativa aumentativa	1.3.0	60
	Trabalho de conclusão de curso II	1.3.0	60
	Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva III		135
	Total do bloco	25	375

Os componentes curriculares que integralizarão o curso são coerentes com os objetivos do curso e os conhecimentos necessários para o desenvolvimento das competências previstas no perfil desejado para o egresso do curso e visa garantir ao licenciando uma formação alicerçada nos princípios formativos realçados por meio da interdisciplinaridade, da contextualização, da explicitação da unidade teoria-prática e do trabalho coletivo, evidenciando relação orgânica entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Visando garantir ao professor cursista o fortalecimento de sua base de conhecimentos e o aperfeiçoamento das qualidades e habilidades docentes necessárias ao seu crescimento na sua prática de sala de aula, a estrutura curricular proposta segue uma lógica formativa encadeada e consistente,

Na organização curricular do curso estão definidas duas categorias de disciplinas: obrigatórias e optativas. As disciplinas obrigatórias destinam-se a propiciar ao licenciando formação teórica sólida e consistente sobre os conteúdos da Educação Especial Inclusiva, domínio dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC-Educação Básica, necessários à concretização de uma prática educativa na perspectiva da Educação Integral

3.2 Fluxograma (Apresentação por módulos semestrais)

1º.módulo	2º.módulo	3º.módulo	4º.módulo	5º.módulo	6º.módulo	7º.módulo	8º.módulo
Seminário de Introdução ao curso (15hs)	Desenvolvimento humano e da aprendizagem nas necessidades educacionais especiais (60hs)	Apoio educacional especializado: Educação Infantil (60hs)	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência auditiva (60hs)	Procedimentos de ensino em Educação Especial: transtornos globais do desenvolvimento (60hs)	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência física (60hs)	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência visual (60hs)	Tecnologias aplicadas à Educação Especial II: tecnologias assistivas (60)
Educação Especial: contextos históricos, políticos e seus fundamentos legais (60hs)	Estudo do desenvolvimento atípico (60hs)	Procedimentos de Ensino em Educação Especial: deficiência intelectual (60hs)	Gestão e Organização do trabalho pedagógico III: ambiente hospitalar (60hs)	Procedimentos de ensino em Educação Especial: altas habilidades e superdotação (60hs)	Ensino de ciências para pessoas com deficiência (60hs)	Ensino de Matemática para pessoas com deficiência (60hs)	Ensino da leitura e escrita na cegueira e baixa visão (60)
Neurociência do aprendizado: referenciais teóricos do desenvolvimento humano (45hs)	Linguagem e Pensamento (30hs)	Ensino Colaborativo (45hs)	Tecnologias instrucionais aplicadas à Educação Especial: modelos instrucionais especializados (60hs)	Apoio educacional especializado: Ensino Superior (45hs)	Planejamento educacional individualizado II: intervenções (60hs)	Tecnologias aplicadas à Educação Especial I: Informação e comunicação (60hs)	Ensino de habilidades de comunicação alternativa aumentativa (60)
Ética e Educação Especial no contexto Escola, Família e Trabalho (60hs)	Currículo e Educação Especial: adaptações e acomodações (60hs)	Gestão e Organização do trabalho pedagógico II: serviços especializados (45hs)	Apoio educacional especializado: Ensino Fundamental e Médio (30hs)	Didática para a Educação Especial (45hs)	Ensino da leitura e escrita para pessoas com deficiência (60hs)	Apoio educacional especializado: Educação de Jovens e Adultos (EJA) (60hs)	Trabalho de conclusão de curso II (60)
Didática para Educação Especial e Inclusiva ((60hs)	Gestão e Organização do trabalho pedagógico I: sistema escolar (60hs)	Língua Brasileira de Sinais I (60hs)	Língua Brasileira de Sinais II (60hs)	Planejamento educacional individualizado I: Avaliação (60hs)	Atividade complementar II (60hs)	Trabalho de conclusão de curso I (60hs)	Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva III (135)
Teorias pedagógicas aplicadas à Educação Especial (60hs)	Atividade Curricular de Extensão II: Diversidade Profissional, Cultural e Social (ACE) (60hs)	Atividade Curricular de Extensão III: Historicidade e Políticas Públicas (60hs)	Atividade Curricular de Extensão IV: Novas formas de ensinar (ACE) (60hs)	Atividade complementar I (60hs)	Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva I (150hs)	Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva II (135)	
Atividade Curricular de Extensão: Temas integradores (ACE) (90hs)	Processos Investigativos em Educação Especial I: Planejamento e Observação do trabalho científico (60hs)	Processos Investigativos em Educação Especial II: Escola e Família (60hs)	Optativa I (60hs)				

3.3 Estágio, atividades complementares, atividades de extensão e trabalho de conclusão

3.3.1 Estágio Supervisionado

A licenciatura em Educação Especial Inclusiva oferece ao graduando um currículo baseado em metodologias e didáticas, ligadas ao contexto de portadores de necessidades especiais em diferentes fases da vida. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é uma atividade acadêmica específica que prepara o discente para o trabalho produtivo, com o objetivo de aprendizagem social, profissional e cultural, constituindo-se uma intervenção prática em situações de vida e trabalho. Desta forma, conforme as Diretrizes Curriculares Brasileiras, estágio supervisionado em educação especial está presente do 6º. ao 8º. módulo da matriz curricular, articulando teoria e prática, de modo que o estágio supervisionado assim como um eixo prático, que agrega conteúdo e vivência ao currículo do acadêmico.

Ao aproximar teoria e prática, o currículo irá aproximar o aluno da realidade na qual atuará, desde a observação da prática docente em escolas de educação especial a participação do mesmo, no desenvolvimento de projetos escolares, preparação de aulas, acompanhamento e análise das diferentes propostas pedagógicas, incluindo pesquisas com as famílias dos estudantes. O acadêmico cumprirá nos três últimos blocos de estudos denominados: Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva I; Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva II; Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva III.

Consolidando 420 horas aula de estágio supervisionado cabe ao professor do estágio Supervisionado promover encontros e/ou debates com o objetivo de discutir as atividades desenvolvidas nesta prática, incluindo os educadores das escolas envolvidas nestes eventos, sendo estas horas obrigatórias para todos os alunos observando-se os aspectos institucionais de Estágio na UFDPAr.

3.3.2 Atividades complementares

As atividades complementares em parceria com o processo de Extensão universitária, serão contemplados com carga horária de 120 horas e constituem um conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação. O acadêmico cumprirá no 5º. e 6º. módulos de estudos

3.3.3 Atividades Curriculares de Extensão

A Extensão é compreendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, com a intencionalidade transformadora entre universidade e os diversos setores da sociedade, está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 no mínimo, com dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, por meio de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social.

Visando abordagens de formação integral do acadêmico serão ofertadas na disciplina sob a nomenclatura Atividade Curricular de Extensão (Ace), em cinco blocos distintos, com a carga horária somando o total de 330horas. As disciplinas Ace serão ministrados pelos os professores que irão trabalhar na regência em cada módulo, com ênfase na temática conforme detalhado no Quadro 6 abaixo, seguindo as diretrizes da Resolução Consepe n.93 de 2022 da UFDFPar.

Quadro 6: Estrutura da disciplina Atividade Curricular de Extensão

Módulo	DISCIPLINA	C.H.	CONTEUDO
I	Atividade Curricular de Extensao I	90h	Temas integradores
II	Atividade Curricular de Extensao II	60h	Diversidade Profissional, Cultural e Social
III	Atividade Curricular de Extensao III	60h	Historicidade e Políticas Públicas
IV	Atividade Curricular de Extensao IV	60h	Novas formas de ensinar

V	Atividade Curricular de Extensao V	60h	Novas formas de aprender
Carga Horária Total			330horas

Fonte: Equipe de planejamento do projeto deste edital.

3.3.4 Trabalho de conclusão de curso

O trabalho de conclusão de curso corresponderá a produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas ao longo do curso de graduação em Educação Especial Inclusiva. Este será sistematizado e de natureza essencialmente teórica ou de planejamento e intervenção na prática. A iniciação aos procedimentos de pesquisa e a redação do trabalho de conclusão de curso serão assumidas nas disciplinas Trabalho de conclusão de curso I e Trabalho de conclusão de curso II; será realizado no contexto das atividades teórico-prática e sob a orientação dos docentes do curso. Às 120horas de Trabalho de conclusão de curso serão obrigatórias para todos os alunos observando-se os aspectos institucionais da UFDPAr e ocorrerão nos 7º. e 8º.módulos respectivamente.

Quadro 7: Estrutura dos componentes curriculares da Licenciatura em Educação Especial Inclusiva PARFOR/UFDPAr

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	2.160	144
Disciplinas Optativas	120	08
Trabalho de Conclusão de Curso	120	08
Atividades Complementares	120	08
Atividades Curriculares de Extensão	330	22
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	420	28
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.270	

Fonte: Equipe de planejamento do projeto deste edital.

3.4 Metodologia

O processo através do qual o acadêmico de Educação Especial Inclusiva irá ser acompanhado abrangerá que o currículo do curso incorpora a compreensão de que o próprio currículo e conhecimento serão vistos como construções e produtos de relações sociais, particulares e históricas, esperando que o aluno compreenda a apropriação do conhecimento como resultado da atividade humana, num contexto histórico-social e culturalmente dinâmico. A metodologia adotada visará a construção da prática embasada nos fundamentos teórico-práticos, orientada na perspectiva crítica ação-reflexão-ação, possibilitando uma ação docente comprometida com a formação sócio-político-cultural e ética; guiando acadêmicos e docentes na compreensão de diferentes abordagens na ação profissional e exercendo de forma consciente seus papéis na práxis pedagógica de maneira crítica e emancipatória em favor da coletividade e diversidade.

O material didático específico será produzido pelo professor/autor e pela equipe responsável para esse fim, adotando-se um padrão de diagramação e disposição do conteúdo-base em cada disciplina do curso. Esses recursos deverão estar de acordo com o assunto estudado, transformando-se em mais um meio de aprendizagem e compreensão do material estudado. O material deve conter o teor básico da disciplina e se constituir em um dos espaços de diálogo entre o professor/autor e o aluno. Desse modo, a linguagem utilizada deve ser dinâmica e motivadora para que os alunos possam descobrir meios para o desenvolvimento da sua autonomia na busca de conhecimento para além dos momentos em sala de aula,. Além desse material, o professor poderá dispor de material de apoio para maior compreensão dos conteúdos trabalhados em cada disciplina.

A partir destes materiais o professor poderá apresentar propostas para discussão entre os alunos, poderá acrescentar materiais complementares para serem utilizados pelos alunos, tais como *links* para acesso a páginas ou outros materiais. Vale ressaltar que, ao elaborar os materiais didáticos, o professor deve privilegiar uma linguagem direta, dialógica e visualmente enriquecida, com conteúdos que estendam e complementem o material impresso da disciplina. Visando oferecer maior acessibilidade às necessidades inerentes ao processo

de ensino-aprendizagem da Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, poderão ser ofertados materiais de estudo regulares, entre outras mídias, materiais e atividades que favoreçam e possibilitem a complementação desse processo, como slides, videoconferência, vídeo-aula, etc., permitindo que o aluno se sinta integrado e incluído. Além disso, espaços virtuais podem tornar a comunicação entre alunos e professores uma constante.

A UFDPAr também disponibilizará de um Laboratório de Informática, possibilitando ao professor inúmeras ferramentas tecnológicas que dinamizem as aulas e utilizem vários recursos audiovisuais, que ofereçam ao aluno a chance de uma aprendizagem significativa e dinâmica, de maneira ampla e geral durante seu processo de formação.

O material didático, seja impresso ou virtual, passará por um processo de elaboração e avaliação permanentes, para o aprimoramento constante da qualidade dos produtos, visando ao fortalecimento do processo de aprendizagem dos estudantes. Em virtude do Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, o curso oferecerá ao estudante com necessidades especiais atendimento apropriado conforme sua necessidade. A ideia é viabilizar a integração e acesso dos alunos deficientes aos equipamentos e conteúdos envolvidos no seu desenvolvimento cognitivo.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão

As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem são:

4.1.1. Na graduação

- Promover novas fronteiras científicas, com ênfase na interdisciplinaridade, consoante a política de internacionalização da UFDPAr;
- Avaliar as possibilidades de ampliação da oferta de vagas (seja por meio do aumento do número de vagas dos cursos existentes, seja pela oferta de novos cursos) em todos os níveis e modalidades;
- Dar continuidade aos programas especiais de graduação e de formação continuada, tanto para atender às demandas do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), quanto para oferecer cursos especiais decorrentes de outros convênios que venham a ser celebrados para atender outras demandas sociais importantes;
- Buscar a contínua articulação entre as áreas de conhecimento e os níveis de ensino oferecidos, bem como sua vinculação com a pesquisa e a extensão, garantindo a interdisciplinaridade;
- Enfatizar a internacionalização, fortalecendo relações além das fronteiras, consolidando e ampliando cooperações com instituições internacionais, com programas de mobilidade acadêmica docente, discente e de técnico-administrativos e em programas internacionais, com a inclusão de cursos e disciplinas em línguas estrangeiras;
- Estimular a excelência do processo ensino-aprendizagem é um compromisso com o atendimento das necessidades pedagógicas dos alunos, uma vez que se encontra voltada para sua formação integral, atendendo e valorizando as diferenças individuais e sociais, tendo como horizonte sua repercussão no exercício social e profissional como egressos da universidade;

- Incentivar o emprego de diversas metodologias para aprendizagem ativa, nas quais o professor atua como mediador do processo e o estudante como protagonista;
- Abordar a questão ambiental, como tema transversal, de forma interdisciplinar, articulando os conhecimentos de disciplinas diversas com as questões ambientais.

4.1.2. Na pesquisa e inovação

- Envolver docentes, técnico-administrativos, acadêmicos de graduação e de pós-graduação em associação com estratégias didáticas e metodológicas sérias e éticas para que haja uma produção de conhecimento consistente;
- Estimular a formação de grupos de pesquisa intra e interdisciplinar e associação a outros órgãos nacionais e internacionais e fortalecer os grupos já existentes;
- Incluir o Trabalho de Conclusão de Curso como exigência para conclusão da graduação em forma de pesquisa, demandando dos acadêmicos competências e habilidades inerentes à pesquisa em diferentes áreas, abordagens diversas e objetivos preocupados com a relevância social dos projetos desenvolvidos.
- Apoiar, formular, coordenar e executar as ações relacionadas à pesquisa, infraestrutura, propriedade intelectual, desenvolvimento tecnológico, inovação, incubação de negócios e empreendedorismo relacionados à política de pesquisa e inovação;
- Fomentar e consolidar a formação de discentes da graduação para que tenham continuidade de sua formação na pós-graduação;
- Aumentar a inserção da UFDPAr na solução de problemas postos pela sociedade, contribuindo para o desenvolvimento regional;
- Promover e fortalecer a interação entre a sua capacidade científica e tecnológica com as atividades de pesquisa, transferência de tecnologia e inovação em prol das necessidades da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, ambientalmente sustentável do país.

4.1.3. Na extensão universitária

- Ampliar a integração com todos os níveis e ambientes acadêmicos e todos os segmentos da sociedade, principalmente com as comunidades de vulnerabilidade social, tendo linhas prioritárias; para o desenvolvimento de programas, projetos e outras ações de extensão indissociáveis com o ensino e a pesquisa e voltadas para o atendimento às necessidades dos diversos segmentos sociais;
- Estimular programas e projetos que impliquem relações multidisciplinares ou interdisciplinares com setores da universidade e da sociedade, além do incentivo a novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, ampliando o acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social;
- Implantar o empreendedorismo entre os alunos, docentes e técnico-administrativos, como forma de estimular o uso de tecnologias sociais especialmente em locais de vulnerabilidade social e econômica;
- Integrar a extensão universitária à matriz curricular dos cursos de graduação como componente obrigatório;
- Proporcionar a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos e saberes, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social.

4.2 Apoio ao discente

A UFDPAr interliga um conjunto de ações nas áreas de: ensino (através da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação), pesquisa/iniciação científica (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação), extensão (Pró Reitoria de Extensão) e assistência estudantil através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis onde desenvolvem ações afirmativas de inclusão social para garantir a igualdade de oportunidades aos acadêmicos, na promoção das condições básicas para sua permanência na instituição. Todos prestam atendimento individual ou grupal aos alunos da UFDPAr que buscam soluções para os mais diversos problemas,

orientando e encaminhando, quando necessário para os recursos disponíveis na comunidade interna e/ou externa.

No dia a dia de cada curso, o corpo acadêmico recebe apoio permanente da Coordenação para assuntos da área acadêmica e também com o corpo docente do curso, que é capacitado para o esclarecimento de dúvidas relacionadas aos conteúdos de cada módulo, orientação direcionada à realização de pesquisa e de atividades extracurriculares.

E conta com Biblioteca interligada ao sistema de biblioteca da UFDPAr, laboratórios de informática e internet (fixa e móvel), com acesso ao portal de periódicos da CAPES.

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Da aprendizagem do acadêmico

Os procedimentos de avaliação da aprendizagem devem estar em acordo com as normas gerais de avaliação dos cursos de graduação da UFDPAr. A avaliação do rendimento escolar será realizada em cada disciplina cabendo ao docente tomar como parâmetro tanto os aspectos quantitativos quanto qualitativos, levando em conta o domínio dos conteúdos, competências práticas, assiduidade, participação, conforme a natureza da própria disciplina. A aprendizagem será avaliada através do acompanhamento contínuo do desempenho do aluno, atribuindo um caráter diagnóstico e processual ao ato de avaliar.

5.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O curso está organizado em função dos objetivos propostos nesse projeto pedagógico, buscando ampliar a formação do Pedagogo, superar os aspectos meramente técnicos presentes no campo pedagógico, na tentativa de aliar reflexão e ação, formando um profissional crítico-reflexivo, capaz de atuar em seu campo profissional com competência e ética.

A avaliação curricular se constituirá em um trabalho rotineiro de análise crítica de todo o processo de desenvolvimento do curso e terá como fundamento o paradigma da avaliação emancipatória, um processo contínuo e parte integrante do processo educativo, julgando a prática pedagógica no curso em seus diferentes níveis e busca, criticamente, alternativas para superação dos problemas identificados.

Desta forma, o processo avaliativo do currículo ocorrerá através de três etapas, articuladas entre si e assim denominadas: descrição da realidade, crítica da realidade, criação coletiva.

A primeira etapa de descrição da realidade consiste na observação e registro das situações que, no decorrer do curso, forem sendo identificadas como aspectos positivos e negativos, dificuldades, falhas no currículo e demais situações avaliadas como problemáticas para o curso. Nesta fase

devem ser coletadas todas as informações consideradas importantes para o processo avaliativo através, principalmente, de dois procedimentos de coleta de dados: a análise documental e a história oral. Através da análise documental serão detectados os aspectos negativos e positivos do plano curricular, dos planos de ensino dos professores, das normas de desenvolvimento do Curso, da documentação da matrícula e controle acadêmico dos alunos, etc. Enfim, de todos os documentos vinculados ao processo de execução do currículo. Através da história oral serão registrados depoimentos de professores e alunos que expressem opiniões e críticas sobre o Curso.

A segunda etapa de crítica da realidade consistirá na socialização das informações levantadas na etapa de descrição da realidade, buscando-se explicitar as defasagens, erros e acertos identificados no desenvolvimento do currículo. Os procedimentos a serem adotados nesta etapa avaliativa são os encontros pedagógicos com professores; com professores e alunos e com professores, alunos e egressos. Tais encontros devem acontecer periodicamente, a fim de que as falhas e dificuldades identificadas no Curso tenham condições de serem eliminadas ainda no seu processo de desenvolvimento.

A terceira etapa de criação coletiva ocorrerá simultaneamente com a crítica da realidade, constituindo-se de discussão de propostas de ação e tomada de decisões com vistas à eliminação dos problemas identificados, resultando na melhoria e aperfeiçoamento do currículo. Os resultados dos encontros pedagógicos serão registrados em relatórios, que constituirão o acervo de informações básicas para o aperfeiçoamento do currículo. O processo avaliativo será concretizado através da execução permanente dessas três etapas.

No processo avaliativo do currículo de licenciatura de Educação Especial Inclusiva terão três diferentes níveis de avaliação e que devem ser considerados da seguinte forma:

- ❖ Avaliação em nível de cada disciplina: isto significa que professores e alunos farão sistematicamente a avaliação da propriedade dos programas de ensino, dos procedimentos de ensino e recursos didáticos utilizados,

dos mecanismos de avaliação de aprendizagem adotados a fim de diagnosticarem aspectos que devem ser modificados ou aperfeiçoados. O espaço apropriado para este nível de avaliação é a sala de aula, durante o desenvolvimento da disciplina, sendo registrados os seus resultados e encaminhados a coordenação do curso que os terão como subsídios a serem articulados com os resultados dos outros níveis de avaliação.

- ❖ Avaliação em nível das disciplinas do mesmo bloco curricular: esta avaliação tem como espaço apropriado os encontros pedagógicos de professores no início e no final do período letivo e, objetiva particularmente a discussão coletiva dos mecanismos de integração das disciplinas do bloco com vistas à concretização dos princípios curriculares.
- ❖ Avaliação ao nível global do currículo: para este nível de avaliação os espaços apropriados serão os seminários semestrais com a participação de professores, administradores, alunos, egressos e profissionais das instituições onde os alunos estejam desenvolvendo alguma atividade curricular. Desta avaliação deverão surgir propostas para as alterações necessárias ao aperfeiçoamento do currículo e a melhoria da formação do acadêmico.

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)

6.1 Disciplinas Obrigatórias

1º PERÍODO

DISCIPLINA: Seminário de Introdução ao curso		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.0.0	15h	Não possui---
EMENTA: Currículo do Curso de Licenciatura em Educação Especial. Questões da profissão. Instâncias da UFDFar e suas competências, envolvidas com o edital Parfor.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ARANHA, Maria Lúcia de A. História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.		
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia. Resolução CNE/CP nº 01, de 15/05/2006.		
ROSA, Dalva E. G.; SOUZA, Vanilton C. de. (Orgs.). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.		
FRANCO, Maria Amélia S. Pedagogia como ciência da educação. São Paulo: Cortez, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores. Campinas: Papyrus, 1996.		
LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 2002.		
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.		

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. O que é pedagogia. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 2007.

DISCIPLINA: Educação Especial: contextos históricos, políticos e seus fundamentos legais

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
------------------	-----------------------	--------------------------

4.0.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Discussão de aspectos éticos e históricos da educação especial reconhecendo as diferenças sociais que permeiam as relações humanas numa perspectiva educacional voltada aos estudantes público alvo da educação especial. Discussão dos principais documentos legais e diretrizes que garantem o atendimento e a inclusão do estudante público alvo da educação especial em uma perspectiva inclusiva

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Belisário Filho, José Ferreira. Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

Silva, Aline Maira da. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. Curitiba: Intersaberes, 2012.

Mazzotta, Marcos Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Belisário Filho, José Ferreira. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão. Brasília, Ministério da Educação, 2012.

Castro, Cleussi de; Schneider, Fatima. Currículo e didática na educação especial. Curitiba: Intersaberes, 2021.

_____. Escola e democracia. Campinas; SP: Autores Associados, 2003.

_____. Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Autores Associados, 2008.

FRANCO, Maria Amélia S. Pedagogia como ciência da educação. São Paulo: Cortez, 2008.

DISCIPLINA: Neurociência do aprendizado: referenciais teóricos do desenvolvimento humano		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.0.0	45h	Não possui---
EMENTA:		
Descrição das principais etapas do desenvolvimento neurológico humano com ênfase nos processos de aprendizagem sob a ótica da Neurociência.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três)		
DORETTO, Dário. Fisiopatologia clínica do sistema nervoso. São Paulo: Atheneu, 2005.		
LELOUP, Jean Yves. O corpo e seus símbolos. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.		
ROWLAND, Lewis P. Tratado de Neurologia 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
No mínimo 05(cinco)		
NITRINI, Ricardo. BACHESCHI, Luiz Alberto. A Neurologia que Todo Médico Deve Saber. 2. ed. 2003. Ateneu. São Paulo.		
STOKES , Maria. Cash – Neurologia para Fisioterapeutas. 2000. Editorial Premier. São Paulo.		
CIPRIANO, Joseph J. Manual Fotográfico de testes ortopédicos e neurológicos. 3. ed. São Paulo: Manole, 1999.		
COHEN, Helen. Neurociência para Fisioterapeutas 2. ed. São Paulo: Manole, 1999.		
DAVIES, Patrícia M. Passos a Seguir – Um Manual para Tratamento da Hemiplegia do Adulto. 1ª edição brasileira.1999 Editora Manole Ltda. São Paulo.		

DISCIPLINA: Ética e Educação Especial no contexto Escola, Família e Trabalho		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Não possui---
EMENTA:		
Discutir aspectos éticos que permeiam as relações humanas e o trabalho entre os profissionais na escola e suas relações com esses estudantes. Compreender a		

representação do filho com deficiência, TGD ou AH/SD, para a família. A relação família e escola para o desenvolvimento pleno do processo de ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

Belisário Filho, José Ferreira. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ANGERAMI – LAMON, V. A. A Ética na Saúde. São Paulo: Pioneira, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

ARAÚJO, Luiz Alberto David. A Proteção Constitucional das pessoas portadoras de deficiência. Corde. Brasília 2. ed. 1996. BRASIL. Dec. 3298/99 Política Nacional de Atenção à Pessoa Portadora de pessoa portadora de Deficiência. Corde. Brasília, 1999. BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Assistência Social (SAS). Lei Orgânica de Assistência Social, Brasília, 1997.

GAUDERER, E Christian. Os direitos do paciente: um manual de sobrevivência. Rio de Janeiro: Record, 1991.

SÁ, Antônio Lopes de. Ética Profissional. São Paulo: Atlas, 2000.

SINGER, P. Ética prática. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VALLS, Álvaro L.M. O que é ética. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DISCIPLINA: Didática para Educação Especial e Inclusiva

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

4.0.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Contribuição para a formação de professores tendo em vista os processos de ensino e aprendizagem, estratégias, competências e práticas pedagógicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

CÓCCO, Maria Fernandes e HAILER, Marco Antônio. Didática da alfabetização: decifrar o mundo: alfabetização e socioconstrutivismo. SP; FTD, 1996. (Conteúdo e metodologia).

FERREIRO, Emília. Alfabetização em processo. São Paulo: Cortez, 1986.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. O processo de alfabetização: novas contribuições. SP: Martins Fontes, 2002.

GOODMAN, Yetta M. (Org.). Como as crianças constroem a leitura e a escrita: perspectivas piagetianas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MOLL, Jaqueline. Alfabetização possível reinventando o ensino e o aprender. Porto Alegre: Mediação, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

FRANCO, L.J., PASSOS, A.D (orgs.). Fundamentos de epidemiologia. Barueri, SP: Manole, 2005.

STARFIELD, Barbara. Atenção primária, equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002

ANDALÓ, Adriane. Didática da língua portuguesa para o ensino fundamental: alfabetização, letramento, produção de texto em busca da palavra-mundo. SP: FTD, 2000. (Conteúdo e metodologia).

AROEIRA, Maria L. C., SOARES, Maria Inês B. e MENDES, Rosa E. A. Didática de pré-escola: brincar e aprender. SP: FTD, 1996. (Conteúdo e metodologia).

AZEVEDO, Maria A. e MARQUES, Maria L. (org.). Alfabetização hoje. SP: Cortez, 2001. BISCOLLA, Vilma Mello. Construindo a alfabetização. São Paulo: Pioneira Thomson Learding, 2002.

DISCIPLINA: Teorias pedagógicas aplicadas à Educação Especial

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

4.0.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Análise dos processos de ensino e aprendizagem, sob o referencial teórico de diferentes pensadores da área de educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BARROS, Célia Silva Guimarães. Psicologia e construtivismo. São Paulo: Ática, 1996.

_____. Pontos de psicologia do desenvolvimento. SP: Ática, 2004.

ELIAS, Marisa D. C. Célestin Freinet: Uma pedagogia de atividade e cooperação. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Pedagogia de Freinet: teoria e prática. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

SAMPAIO, M. Narcizo e LEITE, L. Silva. Alfabetização tecnológica do professor. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de (Coord). Educação Montessori: de um homem novo para um mundo novo. São Paulo: Pioneira Editora, 1980.

TEBEROSKY, Ana. Psicopedagogia da linguagem escrita. Petrópolis, RJ: 2001.

Belisário Filho, José Ferreira. Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

CÓCCO, Maria Fernandes e HAILER, Marco Antônio. Didática da alfabetização: decifrar o mundo: alfabetização e socioconstrutivismo. SP; FTD, 1996.

FERREIRO, Emília. Alfabetização em processo. São Paulo: Cortez, 1986.

DISCIPLINA: Atividade Curricular de Extensão I: Temas integradores

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

3.3.0

90h

Não possui---

EMENTA:

Abordagem social das deficiências. Análise das condições sócio-históricas no estudo das deficiências, novos olhares sobre os conceitos de deficiência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Assistência Social (SAS). Uma nova concepção de proteção às pessoas portadoras de deficiência. Brasília, 1997.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. A Proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência. 2. ed. Corde. Brasília, 1996.

BRASIL – Decreto 3.298/99 – Política Nacional de atenção à pessoa portadora de deficiência.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Assistência Social (SAS). Lei Orgânica de Assistência Social, Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretária de Assistência Social (SAS). Atenção à pessoa portadora de deficiência na área de assistência social, Brasília, 1996.

BICKERSTAFF, Edwin R. Exame do Paciente Neurológico. 1ª edição Brasileira. 1984. Editora Livraria Atheneu. São Paulo.

Belisário Filho, José Ferreira. Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

2º PERÍODO

DISCIPLINA: Desenvolvimento humano e da aprendizagem nas necessidades educacionais especiais

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

2.2.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Desenvolvimento humano nas dimensões cognitiva, social e afetiva. O caráter histórico-social do desenvolvimento. A relação entre os processos de aprendizagem e o desenvolvimento e seus desdobramentos educacionais; Desenvolvimento humano e impedimentos de origem orgânica; Implicações para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

GONDRA, J. G. História, infância e escolarização. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

OLIVEIRA, M. K. de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio- histórico. São Paulo: Scipione, 2001.

OLIVEIRA, Z. M. R. DE (Org.). Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

DELORS, J. (Org.). Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1999.

VYGOTSKY, L. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2000

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

WOLF-HEIDEGGER, G. Atlas de anatomia humana. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

OLIVEIRA, R. P. de; ADRIÃO, T. (Org.). Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: 2002.

DÂNGELO, J. C. & FATTINI, C. A. Anatomia humana: sistêmica e Segmentar. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1988.

GARDNER, E. Et alii. Anatomia; estudo regional do corpo humano. 4. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1985.

MACHADO, Dângelo B. M. Neuroanatomia funcional. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1993

DISCIPLINA: Estudo do desenvolvimento atípico		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Referenciais teóricos do desenvolvimento humano
EMENTA:		
Estudo das bases psicobiopatológicas das deficiências; desenvolvimento humano em situações de risco; resiliência, processos de vulnerabilidade e proteção; problemas do desenvolvimento atípico.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três)		

SOBOTTA. Histologia: atlas colorido de citologia, histologia e anatomia microscópica humana. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

DOYLE-MAIA, G. Embriologia humana. Rio de Janeiro: Atheneu, 2000.

JANEWAY C.A. et al. Imunobiologia: O Sistema imunológico da saúde e na doença. 4. ed. São Paulo: Artmed, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

COMARCK, D.H. Fundamentos de histologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

JUNQUEIRA, L. C. e CARNEIRO, J. Histologia básica. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

COSTA FILHO, A. Histologia e embriologia básica: perguntas e respostas. Teresina: Gráfica do Povo, 1999.

DI FIORI, M. S. H.; MANCINI, R. E.; ROBERTS, E. D. P. Atlas de histologia 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

GARTNER, L. P.; HIATT, J. L. Tratado de histologia em cores. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

MOORE & PERSAUD. Embriologia básica. 5. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2000.

DISCIPLINA: Linguagem e Pensamento

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

2.0.0

30h

Não possui---

EMENTA:

Revisão do desenvolvimento normal da linguagem; Relação entre pensamento e fala em diferentes teorias do desenvolvimento infantil; Terminologia científica da pesquisa psicolinguística e dos distúrbios da fala e linguagem; Princípios da intervenção específica e dos procedimentos para o desenvolvimento da fala e da linguagem em crianças e jovens.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Linguagem, surdez e educação. 2. Ed. Campinas-SP: Autores Associados, 1999.

MAZZOTTA, José Marcos. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Linguagem, surdez e educação. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 1999. (Coleção Educação Contemporânea).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua Brasileira de Sinais. 3. ed. Brasília: MEC/FNDE, EDUSP, 2008. 1 e 2 v.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. Atendimento educacional especializado: Pessoa com Surdez. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

PIAUÍ. Secretaria Estadual de Educação. Dicionário Bilíngue: Língua Brasileira de Sinais. 2.ed.Teresina: Gerência da Educação Especial, 2003.

QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. Cultura, poder e educação de surdos. Manaus-AM: Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SKLIAR, Carlos. Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

DISCIPLINA: Currículo e Educação Especial: adaptações e acomodações

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

4.0.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Análise e reflexão sobre principais aspectos do currículo escolar e suas adaptações e acomodações em Educação Especial. Aspectos políticos pedagógicos e sua influência nas adaptações e acomodações curriculares. Currículo funcional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

LIMA, Niuzarete Margarida de. Pessoas portadoras de deficiência - Brasília: Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Brasília –.2001

ARAÚJO, Luiz Alberto David. A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência. 3ª ed. Brasília: CORDE. 2003

FREIRE, Wendel (Org.). Gestão democrática: reflexões e práticas do/no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: WakED, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

BRASIL.Parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1988.

LUCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

CAMARGO, Marculino. Fundamentos de ética geral e profissional. Petrópolis: Vozes, 1999.

CATÃO, Francisco. A pedagogia ética. Petrópolis: RJ: Vozes, 1995.

DUARTE JR, J. F. Fundamentos éticos da educação. Campinas: SP: Papyrus, 1988.

SANVITO, Wilson Luis. Propedêutica Neurológica Básica. 7ª reimpressão. 2002. Editora Ateneu. São Paulo.

NITRINI, Ricardo. BACHESCHI, Luis Alberto. A Neurologia que todo Médico deve Saber. 2ª edição. 2003. Editora Ateneu. São Paulo.

DISCIPLINA: Gestão e Organização do trabalho pedagógico I: sistema escolar

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

2.2.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Discutir aspectos éticos que permeiam as relações humanas e o trabalho entre os profissionais na escola e suas relações com esses estudantes

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

Lima, Priscila Augusta. Educação inclusiva e igualdade social. São Paulo: Avercamp, 2006.

MONA, Paulo Roberto. Gestão Contemporânea; A Ciência e a Arte de Ser Dirigente. Rio de Janeiro: Record, 1996.

_ ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

MERLY, Emerson Elias, et ai. Agir em saúde: um desafio para o público, 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

URIBE RIVERA, Francisco Javier. Planejamento e Programação em Saúde. São Paulo: Cortez, 1986.

MOFLA, Paulo Roberto. Transformação Organizacional: A teoria e a pratica de inovar. Rio de Janeiro: Qualitimark, 1997.

POSSAS, Cristina. Epidemiologia e Saúde. São Paulo: Hucitec, 1989

TESTA, Mário. Pensar em Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992

DISCIPLINA: Atividade Curricular Extensionista II: Diversidade Profissional, Cultural e Social

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

2.2.0

60h

Atividade Curricular Extensionista I

EMENTA:

Abordagem social das deficiências. Análise das condições sócio-históricas no estudo das deficiências, novos olhares sobre os conceitos de deficiência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

RODRIGUES, A., Assmar, E. M.L. & Jablaviski, B. (2000), Psicologia Social. Petrópolis: vozes.

Jacques, M.G.C., Strey, M.N., Bernardes, M.G., Guareschi, P., Carlos, S.A. & Fonseca, J. M. G. (2002). Psicologia Social Contemporânea. Petrópolis: vozes.

BERTOLLI FILHO, C. História da Saúde Pública no Brasil. São Paulo, Ática. 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

ESTATUTO DO IDOSO.

ESTATUTO DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS.

LEI ORGÂNICA DA ASSISTENCIA SOCIAL – LOAS.

ROSA, L.C. Transtorno mental e o cuidado na família. São Paulo: Cortez, 2003.

VALLA, Vicent V. (Org). Saúde e Educação.D.P.A ed. Rio de Janeiro. 2000.

DISCIPLINA: Processos Investigativos em Educação Especial I: Planejamento e Observação

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
------------------	-----------------------	--------------------------

2.2.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Explorar os elementos da produção textual necessária ao bom desempenho acadêmico e profissional, quanto a execução de trabalhos científicos. Estudos sobre observação e registro de situações planejadas. Estudo do manejo do comportamento usando princípios comportamentais; Definição e medida do comportamento; Estratégias de reforçamento; Desenvolvimento de programas sistematizados; Formatos básicos de instrução; Técnicas de monitoração do progresso do estudante; Técnicas de promoção de comportamentos acadêmicos e sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ASTORINO, O. Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo: Graftipo, 1999;

CERVO, A. L. E BERVIAN, P.A.. Metodologia Científica. 4ª. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1996;

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1999;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

SAUWEN, R.F. O Direito "in vitro": da Bioética ao Biodireito". 2. ed. Lúmen Júris Rio Janeiro: 2000

SEVERINO, J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 1999.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2000;

CONTI, Matilde Carone Slaibi. Biodireito - A norma da vida. Editora Forense. Rio de Janeiro, 2004.

BARCHIFONTAINE, Christian de Paul & RUIZ, J. A. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1996.

3º PERÍODO

DISCIPLINA: Apoio educacional especializado: Educação Infantil		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Não possui---
EMENTA:		
Questões relacionadas à especificidade da Educação Infantil considerando: avaliação, currículo e apoio ao professor, m relação a aspectos de prevenção secundária de deficiências		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três)		
Brasil, ministério. Educação inclusiva. Brasília: SEESP, 2009.		
Lima, Priscila Augusta. Educação inclusiva e igualdade social. São Paulo: Avercamp, 2006.		
Guebert, Miriam Celia Castellain. Inclusão: uma realidade em discussão. Curitiba: Intersaberes, 2012.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
No mínimo 05(cinco)		
LEVIN, E. A. Clínica psicomotora. 5ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2003.		
GUEDES, M. Oficina da brincadeira. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.		
Delpretto, Barbara Martins de Lima. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. Brasília: ministério da educação, 2010.		
Gomes, Adriana Leite Lima Verde. Atendimento educacional especializado: deficiência mental. Brasília: MEC, 2007.		
Belisário Filho, José Ferreira. Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, 2010.		

DISCIPLINA: Procedimentos de Ensino em Educação Especial: deficiência intelectual		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Não possui---
EMENTA:		
Histórico da conceituação de deficiência mental. Diferentes abordagens da deficiência mental. Principais características da deficiência mental. Formas de atendimento		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três)		
Gomes, Adriana leite lima verde. Atendimento educacional especializado: deficiência mental. Brasília: MEC, 2007.		
Coll, Cesar. Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto alegre: Artmed, 2004.		
Gomes, Adriana leite lima verde. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Brasília: ministério da educação, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
No mínimo 05(cinco)		
Belisário Filho, José Ferreira. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: ministério da educação, 2010.		
Delpretto, barbara Martins de lima. A educação especial na perspectiva da incluso escolar. Brasília: ministério da educação, 2010.		
Gomes, Adriana leite lima verde. Atendimento educacional especializado: deficiência mental. Brasília: MEC, 2007.		
Coll, Cesar. Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto alegre: Artmed, 2004.		
Castro, Cleussi de, Schneider, Fátima. Currículo e didática na educação especial. Curitiba: Intersaberes, 2021.		

DISCIPLINA: Ensino Colaborativo		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):

3.0.0	45h	Políticas educacionais e funcionamento da Educação Especial
EMENTA:		
A inclusão escolar e os novos papéis dos profissionais da escola, fundamentos do trabalho colaborativo; o trabalho colaborativo na escola, a parceria entre professor do ensino comum e ensino regular; estabelecendo parcerias colaborativas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três)		
Belisário Filho, José Ferreira A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação. 2010		
MOFLA, Paulo Roberto. Transformação Organizacional: A teoria e a pratica de inovar. Rio de Janeiro: Qualitimark, 1997.		
Gomes, Adriana leite lima verde. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Brasília: ministério da educação, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
No mínimo 05(cinco)		
Castro, Cleussi de, Schneider, Fátima. Currículo e didática na educação especial. Curitiba: Intersaberes, 2021.		
Melo, Amanda Meincke. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: livro acessível e informática acessível. Brasília: ministério da educação, 2010.		
Ropoli, Edilene aparecida. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da educação, 2010.		
LEVIN, E. A. Clínica psicomotora. 5ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2003.		
GUEDES, M. Oficina da brincadeira. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.		

DISCIPLINA: Gestão e Organização do trabalho pedagógico II: serviços especializados		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.1.0	45h	Gestão e Organização do trabalho pedagógico I: sistema escolar
EMENTA:		

Discutir aspectos éticos que permeiam as relações humanas e o trabalho entre os profissionais da educação especial em clínicas e instituições e suas relações com esses estudantes

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

Castro, Cleussi de, Schneider, Fátima. Currículo e didática na educação especial. Curitiba: Intersaberes, 2021.

Melo, Amanda Meincke. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: livro acessível e informática acessível. Brasília: ministério da educação, 2010.

MONA, Paulo Roberto. Gestão Contemporânea; A Ciência e a Arte de Ser Dirigente. Rio de Janeiro: Record, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

MOFLA, Paulo Roberto. Transformação Organizacional: A teoria e a pratica de inovar. Rio de Janeiro: Qualitimark, 1997.

Belisário Filho, José Ferreira A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação. 2010

MERLY, Emerson Elias, et ai. Agir em saúde: um desafio para o público, 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

URIBE RIVERA, Francisco Javier. Planejamento e Programação em Saúde. São Paulo: Cortez, 1986.

GRABOIS, Victor, et al. Gestão Hospitalar: Um desafio para o hospital brasileiro. Cooperação Brasil França: ENSP, 1991.

POSSAS, Cristina. Epidemiologia e Saúde. São Paulo: Hucitec, 1989 TESTA, Mário. Pensar em Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais I

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Linguagem e Pensamento

EMENTA:

Noções de língua portuguesa e linguística; parâmetros em libras; noções linguísticas de libras; sistema de transcrição; tipos de frases em libras; incorporação de negação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
No mínimo 03(três)
PEREIRA, William César C. Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática. Belo Horizonte:Vozes, 2001.
Alves, Carla Barbosa. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília, DF. Ministério da Educação. 2010
FRUG, C.S. Educação motora em portadores de deficiência: formação da consciência corporal. São Paulo. Ed. Plexus, 2001.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
No mínimo 05(cinco)
LEVIN, E. A. Clínica psicomotora. 5ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2003.
GUEDES, M. Oficina da brincadeira. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.
Silva, Alessandra da. Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez. São Paulo: MEC/SEESP, 2010.
Sa, Nidia Regina limeira de. Cultura, poder e educação de surdos. São Paulo: paulinas, 2010.
Góes, maria Cecília Rafael de. Linguagem surdez e educação. Campinas: autores associados, 2012.
Skliar, Carlos. Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto alegre: mediação, 2016.

DISCIPLINA: Atividade Curricular de Extensão III: Historicidade e Políticas Públicas		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Não possui---
EMENTA:		
Panorama geral do atendimento ao aluno com necessidades educativas especiais. Trajetória da Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento, paradigmas: educação especializada / integração / inclusão. Valorizar as diversidades culturais e linguísticas na promoção da Educação Inclusiva. Políticas públicas para Educação Inclusiva – Legislação Brasileira: o contexto atual.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três)		

Belisário Filho, José Ferreira A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação. 2010.

PEREIRA, William César C. Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática. Belo Horizonte: Vozes, 2001.

VASCONCELOS, E.M. Educação popular e a atenção à saúde da família. São Paulo: Hucitec, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

LEFÉVRE, Beatriz Helena. Mongolismo: Estudo Psicológico e Terapêutica Multiprofissional da Síndrome de Down. São Paulo: Sarvier, 1981.

STOTZ, E.N. & VALLA, V.V. (org.). Educação, saúde e cidadania. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

Belisário Filho, José Ferreira. Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, 2010

TESTA, M. Pensar em saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

MOFLA, Paulo Roberto. Transformação Organizacional: A teoria e a pratica de inovar. Rio de Janeiro: Qualitmark, 1997.

DISCIPLINA: Processos Investigativos em Educação Especial II: Escola e Família

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Processos Investigativos em Educação Especial I

EMENTA:

Histórico da conceituação de família e deficiência mental. Diferentes abordagens com famílias com indivíduos com deficiência mental. Principais características da deficiência mental. Formas de atendimento na educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

LEVIN, E. A. Clínica psicomotora. 5ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2003.

GUEDES, M. Oficina da brincadeira. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

Alves, Carla Barbosa. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília, DF. Ministério da Educação. 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

BRAGHIROLI, Elaine M. Psicologia geral. Porto Alegre: Vozes, 2001.

DAVIDOF, Linda L. Introdução a psicologia. São Paulo: Makron Books, 2001.

VASH, CAROLIN L. Enfrentando a Deficiência: a manifestação, a psicologia, a reabilitação. São Paulo. Ed. Pioneira. 1998

BARROS, Célia S. G. Pontos de psicologia geral. São Paulo: Ática, 1997.

CAMPOS, Teresinha C. Padis. Psicologia hospitalar: atuação do psicólogo em hospitais. S.l.; s.ed., s.d.

PEREIRA, William César C. Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática. Belo Horizonte:Vozes, 2001.

4º PERÍODO

DISCIPLINA: Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência auditiva

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

3.1.0

60h

- Linguagem e Pensamento

EMENTA:

Histórico da conceituação da deficiência auditiva. Diferentes abordagens da comunicação auditiva. Principais características da deficiência auditiva. Formas de atendimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

PORTO. Exame Físico. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2000.

CABRAL, Suzana. Psicomotricidade relacional: prática clínica e educacional. Rio de Janeiro. Revinter, 2001.

FRUG, C.S. Educação motora em portadores de deficiência: formação da consciência corporal. São Paulo. Ed. Plexus, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

Santos, Cristiane Cavalcante. A educação especial e as novas tecnologias na prática

docente: o caso da associação de pais e amigos dos excepcionais de Parnaíba – Pi. 2016

FRUG, C.S. Educação motora em portadores de deficiência: formação da consciência corporal. São Paulo. Ed. Plexus, 2001.

LEVIN, E. A. Clínica psicomotora. 5ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2003.

GUEDES, M. Oficina da brincadeira. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

Alves, Carla Barbosa. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília, DF. Ministério da Educação. 2010

DISCIPLINA: Gestão e Organização do trabalho pedagógico III: ambiente hospitalar

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	- Gestão e Organização do trabalho pedagógico I: sistema escolar - Gestão e Organização do trabalho pedagógico : serviços especializados

EMENTA:

Discutir aspectos éticos que permeiam as relações humanas e o trabalho entre os profissionais da educação especial em hospitais e suas relações com esses estudantes

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

MERLY, Emerson Elias, et al. Agir em saúde: um desafio para o público, 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

URIBE RIVERA, Francisco Javier. Planejamento e Programação em Saúde. São Paulo: Cortez, 1986.

GRABOIS, Victor, et al. Gestão Hospitalar: Um desafio para o hospital brasileiro. Cooperação Brasil França: ENSP, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

CABRAL, Suzana. Psicomotricidade relacional: prática clínica e educacional. Rio de Janeiro. Revinter, 2001.

FRUG, C.S. Educação motora em portadores de deficiência: formação da consciência corporal. São Paulo. Ed. Plexus, 2001.

LEVIN, E. A. Clínica psicomotora. 5ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2003.

GUEDES, M. Oficina da brincadeira. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

MONA, Paulo Roberto. Gestão Contemporânea; A Ciência e a Arte de Ser Dirigente. Rio de Janeiro: Record, 1996.

DISCIPLINA: Tecnologias instrucionais aplicadas à Educação Especial: modelos instrucionais especializados

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

4.0.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Teoria e prática do planejamento, desenvolvimento, implementação, gerenciamento e avaliação de recursos para a aprendizagem; modelos teóricos para o desenvolvimento de tecnologias de ensino/instrução para estudantes com necessidades educacionais especiais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

Santos, Cristiane Cavalcante. A educação especial e as novas tecnologias na prática docente: o caso da associação de pais e amigos dos excepcionais de Parnaíba – Pi. 2016

FERREIRA, O. M. C; SILVA JÚNIOR, P. D. da. Recursos audiovisuais no processo ensino-aprendizagem. SP: EPU, 1986.

SANT'ANNA, I. M; SANT'ANNA, V. M. Recursos educacionais para o ensino: quando e por quê? Petrópolis, RJ: Vozes, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

PARRA, N; PARRA, I. C. da C. Técnicas audiovisuais de educação. São Paulo, SP: Pioneira, 1975.

PENTEADO, H. D. Televisão e escola: conflitos ou cooperação? São Paulo, SP: Cortez, 1991.

ENGUITA, M. Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

_____. Recursos audiovisuais para o ensino. São Paulo: Pedagógica, 1982. LIMA, F. O. A sociedade digital: o impacto da tecnologia na sociedade, na cultura, na educação e nas organizações. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

COBURN, P. Informática na educação. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 1988.

DISCIPLINA: Apoio educacional especializado: Ensino Fundamental e Médio

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

2.0.0

30h

Não possui---

EMENTA:

Estudo das questões relacionadas às especificidades dos ensinos fundamental e médio, considerando: avaliação, currículo e apoio ao professor

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

ARANHA, Maria Lúcia de A. **História da Educação e da Pedagogia:** geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

_____. **História da educação.** São Paulo: Moderna, 1996.

PONCE, A. **Educação e luta de Classe.** Tradução José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Cortez Editora/ Autores Associados, 1996.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: 1930-1973.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

Belisário Filho, José Ferreira. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão. Brasília, DF. -Ministério da Educação. 2010

CAMBI, Franco. **História da pedagogia.** Tradução de Álvaro Lorencini. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

GAL, Roger. **História da educação**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

MANACORDA, Mário A. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. Tradução: Caetano Lo Mônaco. São Paulo: Cortez Editora/ Autores Associados, 2000.

DISCIPLINA: Língua Brasileira de sinais II		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	- Linguagem e Pensamento - Língua Brasileira de Sinais I
EMENTA: Noções de língua portuguesa e linguística; parâmetros em libras; noções linguísticas de libras; sistema de transcrição; tipos de frases em libras; incorporação de negação		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três) _____. Ensino da Língua Portuguesa para surdos . Caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC/SEESP, 2004. (Programa Nacional para Apoio à Educação de Surdos). 1 e 2 v. _____. Dicionário Digital da Língua Brasileira de Sinais . Versão 1.0. Brasília: MEC/INES, 2000. _____. Dicionário da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS . Versão 2.0. Brasília: MEC/INES, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
No mínimo 05(cinco) Sa, Nidia Regina limeira de. Cultura, poder e educação de surdos . São Paulo: paulinas, 2010. Góes, maria Cecília Rafael de. Linguagem surdez e educação . Campinas: autores associados, 2012. Skliar, Carlos. Surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto alegre: mediação, 2016.		

ALMEIDA, Elizabeth Oliveira Crepaldi. **Leitura e surdez**: um estudo com adultos não oralizados. Rio de Janeiro: Livraria Revinter Ltda., 2000.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez. Brasília: MEC/SEESP, 2004. (Educação Infantil). V. 2.

_____. **Programa de capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental**: Deficiência Auditiva. Brasília: MEC/SEESP, 1997. (Série Atualidades Pedagógicas). V 1 e 3.

DISCIPLINA: Atividade Curricular Extensionista IV: Novas formas de ensinar

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Não possui---

EMENTA:

Estudo da corporeidade e suas possibilidades de movimento como expressão da totalidade do homem na sua relação com o outro, com o meio, com o conteúdo. Cultura corporal. Movimento e cultura corporal; introdução ao estudo dos jogos, brincadeiras, recreação; o lazer como espaço privilegiado para a vivência lúdica e exercício de liberdade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

_____. **Comunicar**: proposta de adequação curricular para alunos com necessidades especiais. Brasília: MEC/FNDE, 2000.

LEVIN, E. A. Clínica psicomotora. 5ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2003.

GUEDES, M. Oficina da brincadeira. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

FRUG, C.S. Educação motora em portadores de deficiência: formação da consciência corporal. São Paulo. Ed. Plexus, 2001.

PEREIRA, William César C. Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática. Belo Horizonte:Vozes, 2001.

Alves, Carla Barbosa. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:

abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília, DF. Ministério da Educação. 2010

Silva, Alessandra da. Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez. São Paulo: MEC/SEESP, 2010.

5º PERÍODO

DISCIPLINA: Procedimentos de ensino em Educação Especial: transtornos globais do desenvolvimento

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Não possui---

EMENTA:

Histórico e conceituação dos transtornos globais de desenvolvimento; diferentes abordagens no atendimento às pessoas com transtornos globais de desenvolvimento; educação de pessoas com transtornos globais de desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

DESPRESBITERIS, L. Avaliação da aprendizagem: dos fundamentos a uma proposta inovadora. São Paulo: EPU, 1989.

_____. O desafio da avaliação educacional em três atos. São Paulo: SENAC, 1990. HAIDT, R. C. C. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. São Paulo: Ática, 1992.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo, SP: Cortez, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

MORETTO, V. P. Prova: um momento privilegiado de estudo – não um acerto de contas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANT'ANA, J. M. Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos. 2ª ed. Petrópolis; RJ: Vozes, 1997.

SOUSA, C. P. de (Org.). Avaliação do rendimento escolar. Campinas, SP: Papirus, 1991

VASCONCELOS, C. dos S. Avaliação da aprendizagem: práticas e mudanças: por uma práxis transformadora. SP: Libertad, 1998 (cadernos pedagógicos, v. 6).

_____. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo, SP: Libertad, 1994.

DISCIPLINA: Procedimentos de ensino em Educação Especial: altas habilidades e superdotação

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Não possui---

EMENTA:

Histórico da Conceituação da superdotação/altas habilidades. Principais características da superdotação/ altas habilidades. Diferentes abordagens. Formas de atendimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

Santos Shirley aparecida dos. Transtornos globais do desenvolvimento habilidades/ superdotação. Curitiba: Intersaberes, 2019.

Farias Elizabeth Regina Streisky. Mitos teorias e verdades sobre altas habilidades. Curitiba: Intersaberes, 2020.

KRAMER, Sônia. Infância e produção cultural. Campinas: Papirus, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

_____. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 2002.

LOOS, Sigrid. Viagem à fantasia: jogos não competitivos. São Paulo: Paulus, 1996.

LUCKESI, Cipriano (Org.). Educação e ludicidade. In.: Cadernos de Ludopedagogia – Ensaio. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA, v. 1, Salvador, 2000.

ALVES, N. & GARCIA, R. L. (Org.). O sentido da escola. Rio de Janeiro: CP&A, 1999.

KRAMER, Sônia. Infância e produção cultural. Campinas: Papyrus, 1998.

MIRANDA, Simão de. Do fascínio do jogo à alegria de aprender nas séries iniciais. Campinas: Papyrus, 2001.

DISCIPLINA: Apoio educacional especializado: Ensino Superior

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

3.0.0

45h

Não possui---

EMENTA:

Estudo das questões relacionadas às especificidades do ensino superior, considerando: avaliação, currículo e apoio ao professor

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BATITUCI, Graça; MELO, Clélia Márcia de A. A maneira lúdica de ensinar: 4ª série do ensino fundamental. Belo Horizonte: Ed. FAPI, 2003.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DIAZ, Alberto Pardo. Educação ambiental como projeto. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

ABRAMOWICZ, Mere. Perspectivas de abordagem do currículo no novo milênio. In: ALBUQUERQUE, Targélia de Souza et. al. Currículo e avaliação: uma articulação necessária – textos e contextos. Recife: Centro Paulo Freire: Bagaço, 2006.

GIROUX, Henri. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto alegre: Artes Médicas, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia, Alternativa, 2001.

LOPES, Alice (Org.). Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002.

LOURO, Guacira Lopes Louro. Segredos e mentiras do currículo. In: SILVA, Luiz Heron da (Org.). A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998.

McLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. São Paulo: Cortez, 1997.

MOREIRA, Antonio Flávio B. O campo do currículo no Brasil: origens e desenvolvimento. In: Currículos e programas no Brasil. Campinas: Papirus, 1997.

DISCIPLINA: Didática para a Educação Especial		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.0.0	45h	Teorias pedagógicas aplicadas à Educação Especial
EMENTA:		
- Teorias pedagógicas aplicadas à Educação Especial		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três)		
AROEIRA, Maria L. C., SOARES, Maria Inês B. e MENDES, Rosa E. A. Didática de pré-escola: brincar e aprender. SP: FTD, 1996.		
AZEVEDO, Maria A. e MARQUES, Maria L. (org.). Alfabetização hoje. SP: Cortez, 2001. BISCOLLA, Vilma Mello. Construindo a alfabetização. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.		
CÓCCO, Maria Fernandes e HAILER, Marco Antônio. Didática da alfabetização: decifrar o mundo: alfabetização e socioconstrutivismo. SP; FTD, 1996.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
No mínimo 05(cinco)		

ANDALÓ, Adriane. Didática da língua portuguesa para o ensino fundamental: alfabetização, letramento, produção de texto em busca da palavra-mundo. SP: FTD, 2000.

FERREIRO, Emília. Alfabetização em processo. São Paulo: Cortez, 1986.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. O processo de alfabetização: novas contribuições. SP: Martins Fontes, 2002.

GOODMAN, Yetta M. (Org.). Como as crianças constroem a leitura e a escrita: perspectivas piagetianas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MOLL, Jaqueline. Alfabetização possível reinventando o ensino e o aprender. Porto Alegre: Mediação, 1996.

BARROS, Célia Silva Guimarães. Psicologia e construtivismo. São Paulo: Ática, 1996.

____. Pontos de psicologia do desenvolvimento. SP: Ática, 2004.

ELIAS, Marisa D. C. Célestin Freinet: Uma pedagogia de atividade e cooperação. Petrópolis: Vozes, 1998.

____. Pedagogia de Freinet: teoria e prática. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996.

DISCIPLINA: Planejamento educacional individualizado I: Avaliação

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

2.2.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Revisão de medidas, teoria e práticas de avaliação de problemas desenvolvimentais; Técnicas de triagem e avaliação para determinação da elegibilidade a serviços de apoio; Avaliação para o planejamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

CANZIANI. Plano Nacional de Educação Especial: mensagem da APA. Abril-junho, 1989. p. 38-43.

COLL, César et al. Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FERREIRA. A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência. Piracicaba: UNIMEP, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

BRASIL – Decreto 3.298/99 – Política Nacional de atenção à pessoa portadora de deficiência.

AMARILIAN. Psicologia do excepcional. São Paulo: EPU, 1986.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO. Aprendendo e ensinando a lidar com deficiências na comunidade. São Paulo: UNIDEF, CORDE e APAE, 1984.

KIRK, S. A., GALLAGHER, J. J. Educação da criança excepcional. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

TELFORD, C. H., SAWREY, J. O indivíduo excepcional. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1998.

DISCIPLINA: Atividade Curricular Extensionista V: Novas formas de aprender

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

2.2.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Estudo da corporeidade e suas possibilidades de movimento como expressão da totalidade do homem na sua relação com o outro, com o meio, com o conteúdo. Cultura corporal. Movimento e cultura corporal; introdução ao estudo dos jogos, brincadeiras, recreação; o lazer como espaço privilegiado para a vivência lúdica e exercício de liberdade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Assistência Social (SAS). Uma nova concepção de proteção às pessoas portadoras de deficiência. Brasília, 1997.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. A Proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência. 2. ed. Corde. Brasília, 1996.

BRASIL – Decreto 3.298/99 – Política Nacional de atenção à pessoa portadora de deficiência.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Assistência Social (SAS). Lei Orgânica de Assistência Social, Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretária de Assistência Social (SAS). Atenção à pessoa portadora de deficiência na área de assistência social, Brasília, 1996.

BICKERSTAFF, Edwin R. Exame do Paciente Neurológico. 1ª edição Brasileira. 1984. Editora Livraria Atheneu. São Paulo.

Belisário Filho, José Ferreira. Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

6º PERÍODO

DISCIPLINA: Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência física

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

3.1.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Histórico da Conceituação de deficiência física. Principais características da deficiência física; o trabalho multidisciplinar, acessibilidade física, acessibilidade ao currículo escolar

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

AMARILIAN. Psicologia do excepcional. São Paulo: EPU, 1986.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO. Aprendendo e ensinando a lidar com deficiências na comunidade. São Paulo: UNIDEF, CORDE e APAE, 1984.

CANZIANI. Plano Nacional de Educação Especial: mensagem da APA. Abril-junho, 1989. p. 38-43.

COLL, César et al. Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FERREIRA. A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência. Piracicaba: UNIMEP, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

Schirmer, Carolina. Atendimento educacional especializado: deficiência física. Brasília: MEC, 2007.

Giacomini, Lilia. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial. Brasília: ministério da educação, 2010.

CANDAUI, Vera Maria (Org.). Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FREITAS, Maria Teresa; SOUZA, Solange Jobim e; KRAMER, Sônia (Org.). Ciências Humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 3. ed. São Paulo: EPU, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1999.

DISCIPLINA: Ensino de ciências para pessoas com deficiência

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

1.3.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Abordagem conceitual e metodológica de fenômenos físicos, químicos, biológicos e geológicos para os alunos com necessidades especiais. Vida e ambiente

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três)		
CANDAU, Vera Maria (Org.). Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.		
FREITAS, Maria Teresa; SOUZA, Solange Jobim e; KRAMER, Sônia (Org.). Ciências Humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2003.		
GONDIM, Linda Maria Pontes (Org.). Pesquisa em Ciências Sociais: o projeto da dissertação de mestrado. Fortaleza: UFC edições, 1999.		
BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1999.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
No mínimo 05(cinco)		
ANDRÉ, M.; ELIZA, D. A. de. Etnografia da prática escolar. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.		
_____. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. Brasília: Líber Editora, 2005.		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Normas ABNT sobre documentação. Rio de Janeiro, 1989. Coletânea de normas. Atualização vigorando a partir de 30 jan., 2006.		
LÜDKE, Menga (Coord.) O professor e a pesquisa. 4. ed. São Paulo: Papirus, 2006.		
THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007.		
Skliar, Carlos. Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto alegre: mediação, 2016.		

DISCIPLINA: Planejamento educacional individualizado II: intervenções		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	- Planejamento educacional individualizado I: Avaliação

EMENTA:

Implementação e avaliação de programas de ensino; delineamentos experimentais de sujeito único, monitoração do progresso do estudante.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**No mínimo 03(três)**

KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e coerência. SP: Cortez, 2000.

MAROTE, J. T. D'Olim; FERRO, Gláucia D. M. Didática da língua portuguesa. SP: Ática, 2003

MARTINS, Maria Helena. O que é leitura. SP: Brasiliense, 2000.

RAMOS, Rossana. 200 dias de leitura e de escrita na escola. SP: Cortez, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**No mínimo 05(cinco)**

ANDALÓ, Adriane. Didática de língua portuguesa para o ensino fundamental: alfabetização, letramento, produção de texto em busca da palavra – mundo. SP: FTD, 2000.

ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro & interação. SP: Parábola, 2003.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa. Brasília, MEC, SEF, 1998.

GERALDI, João E. (Org.). O texto na sala de aula. SP: Ática, 2000.

KAUFMAN, Ana Maria. Escola, leitura e produção de texto. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

RICHE, Rosa & HADDAD, Luciane. Oficina da palavra: ler e escrever bem para viver melhor. São Paulo: FTD, 1990.

SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. Porto Alegre: Artmed, 1998.

TRAVÁGLIA, L. C. Metodologia e prática do ensino de língua portuguesa. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

DISCIPLINA: Ensino da leitura e escrita para pessoas com deficiência

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.3.0	60h	Não possui---
EMENTA:		
Alfabetização e Letramento. Função Social da escrita e da leitura para as pessoas com deficiência. Apropriação da Língua escrita. Aprendizagem da Leitura e da escrita. Conteúdo e metodologia da leitura e da escrita.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três)		
ANDALÓ, Adriane. Didática da língua portuguesa para o ensino fundamental: alfabetização, letramento, produção de texto em busca da palavra-mundo. SP: FTD, 2000. (Conteúdo e metodologia).		
AZEVEDO, Maria A. e MARQUES, Maria L. (org.). Alfabetização hoje. SP: Cortez, 2001. BISCOLLA, Vilma Mello. Construindo a alfabetização. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.		
CÓCCO, Maria Fernandes e HAILER, Marco Antônio. Didática da alfabetização: decifrar o mundo: alfabetização e socioconstrutivismo. SP; FTD, 1996. (Conteúdo e metodologia).		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
No mínimo 05(cinco)		
AROEIRA, Maria L. C., SOARES, Maria Inês B. e MENDES, Rosa E. A. Didática de pré-escola: brincar e aprender. SP: FTD, 1996.		
FERREIRO, Emília. Alfabetização em processo. São Paulo: Cortez, 1986.		
GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. O processo de alfabetização: novas contribuições. SP: Martins Fontes, 2002.		
GOODMAN, Yetta M. (Org.). Como as crianças constroem a leitura e a escrita: perspectivas piagetianas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.		
MOLL, Jaqueline. Alfabetização possível reinventando o ensino e o aprender. Porto Alegre: Mediação, 1996.		

BARROS, Célia Silva Guimarães. Psicologia e construtivismo. São Paulo: Ática, 1996.

_____. Pontos de psicologia do desenvolvimento. SP: Ática, 2004.

ELIAS, Marisa D. C. Célestin Freinet: Uma pedagogia de atividade e cooperação. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Pedagogia de Freinet: teoria e prática. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado em Educação Especial I

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

0.0.10

150h

Não possui---

EMENTA:

Identificação, discussão e busca de soluções de problemas detectados no dia a dia de espaços onde se desenvolve a ação educativa, juntamente com o professor do serviço especializado escolhido

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

FREITAS, Helena Costa L. de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios supervisionados. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: 2006.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.

BEHRENS, Marilda Aparecida. Paradigma da complexidade: metodologia de projetos, contratos didáticos e portfólios. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. (Org.). et all. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 12. ed. Campinas; SP: Papyrus, 2006.

MOURA, Dácio G; BARBOSA, Eduardo F. Trabahnya com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e educação. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 2002.

7º PERÍODO

DISCIPLINA: Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência visual

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

3.1.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Histórico da Conceituação de deficiência visual; Braille, orientação e mobilidade, educação de pessoas com cegueira; educação de pessoas com baixa-visão. Conhecer, analisar e refletir sobre as abordagens e as tendências da educação do deficiente visual em direção a uma prática transformadora que possibilite a construção do conhecimento e a participação deste alunado na escola, na família e na sociedade. Conhecimento do Braille

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

Domingues, Celma dos anjos. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual, baixa visão e cegueira. Brasília: ministério da educação, 2010.

Sa, Elizabeth dias. Atendimento educacional especializado: deficiência visual. São Paulo: MEC, 2007.

COBURN, P. Informática na educação. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 198.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

FERREIRA, O. M. C; SILVA JÚNIOR, P. D. da. Recursos audiovisuais no processo ensino-aprendizagem. SP: EPU, 1986.

_____. Recursos audiovisuais para o ensino. São Paulo: Pedagógica, 1982.

LIMA, F. O. A sociedade digital: o impacto da tecnologia na sociedade, na cultura, na educação e nas organizações. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

PARRA, N; PARRA, I. C. da C. Técnicas audiovisuais de educação. São Paulo, SP: Pioneira, 1975.

PENTEADO, H. D. Televisão e escola: conflitos ou cooperação? São Paulo, SP: Cortez, 1991.

SANT'ANNA, I. M; SANT'ANNA, V. M. Recursos educacionais para o ensino: quando e por quê? Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

DISCIPLINA: Ensino de Matemática pra pessoas com deficiência

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.3.0	60h	Não possui---

EMENTA:

A diversidade humana e o processo de ensino-aprendizagem da Matemática. Estratégias pedagógicas específicas para o ensino da Matemática integrados em salas de aula do ensino regular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

FRAGA, Maria Lúcia. A matemática na escola primária: uma observação do cotidiano. SP: EPU, 1998 (Temas básicos de educação e ensino).

MORAES, André M. R. et al. Jogos matemáticos: um incentivo à descoberta da matemática. Rio Grande do Sul: USININOS, sd.

RÊGO, Rogéria G. do e RÊGO, R. M. do. Matematicativa. João Pessoa: INEP, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

RANDILHA, Daniela e SPLENDORE, Leila. Matemática já não é problema! SP: Cortez, 2006.

KAMMI, Constance. A criança e o número. São Paulo: Papyrus, 1993.

LEDUR, Elsa Alice et al. Metodologia do ensino-aprendizagem da matemática nas séries iniciais do 1o grau. Rio Grande Sul: UNISINOS, 1991.

LORENZATO, Sergio. Educação infantil e percepção matemática. Campinas, SP; Autores Associados, 2006 (Coleção Formação de Professores).

MOYSÉS, Lúcia. Aplicações de Vygotsky à educação matemática. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1997.

PANIZZA, Mabel (org.). Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais: análise e propostas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

RUBINSTEIN, Cléa et al. Matemática para o curso de formação de professores de 1a a 4a série do 1o grau. SP: Moderna, 1991.

BARROS, Célia Silva Guimarães. Psicologia e construtivismo. São Paulo: Ática, 1996. HAIDT, Regina Célia Cazaux. Curso de didática geral. SP: Ática, 2003.

DISCIPLINA: Tecnologias aplicadas à Educação Especial I: Informação e comunicação

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

2.2.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Introdução ao estudo das tecnologias para a comunicação da informação; meios de registros da informação; meios de divulgação da informação, e ferramentas de tecnologia de comunicação da informação (rede computacional, Internet, etc.).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

LIMA, F. O. A sociedade digital: o impacto da tecnologia na sociedade, na cultura, na educação e nas organizações. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

SANT'ANNA, I. M; SANT'ANNA, V. M. Recursos educacionais para o ensino: quando e por quê? Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FAGALI, E. Q.; VALE, Z. D. R. Psicopedagogia institucional aplicada: a aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula. Petrópolis: Vozes, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

COBURN, P. Informática na educação. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 1988.

FERREIRA, O. M. C; SILVA JÚNIOR, P. D. da. Recursos audiovisuais no processo ensino-aprendizagem. SP: EPU, 1986.

_____. Recursos audiovisuais para o ensino. São Paulo: Pedagógica, 1982.

ENGUITA, M. Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PARRA, N; PARRA, I. C. da C. Técnicas audiovisuais de educação. São Paulo, SP: Pioneira, 1975.

PENTEADO, H. D. Televisão e escola: conflitos ou cooperação? São Paulo, SP: Cortez, 1991.

DISCIPLINA: Apoio educacional especializado: Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Créditos:

4.0.0

Carga Horária:

60h

Pré-requisito(s):

Não possui---

EMENTA:

Estudo das questões relacionadas às especificidades do ensino no sistema EJA, considerando: avaliação, currículo e apoio ao professor

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

DEPRESBITERIS, Lea. Avaliação em três atos. SP: Editora SENAC, 2001.

FERNANDES, Maria E. Araújo. Avaliação institucional da escola e do sistema educacional – base teórica e construção do projeto. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

CARVALHO FILHO, E.T. & PAPALÉO NETTO, M. Geriatria: Fundamentos, Clínica e Terapêutica. Editora Atheneu, 1994.

FREITAS, E. V. Et al. Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

GALLO, J. J. et al. Reichel / Assistência ao Idoso – Aspectos Clínicos do Envelhecimento. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo. RJ: Vozes, 1995.

_____. Planejamento como prática educativa. SP: Loyola, 2000.

_____ A prática do planejamento participativo: da educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. RJ: Vozes, 2002.

IBIAPIINA, Ivana M. L. de M.(Org.). Formação de professores: texto e contexto. BELO Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

TOSI, M. R. Planejamento, programas e projetos. Campinas, SP: Alínea, 2001.

VIEIRA, Soffia L. Política e planejamento educacional. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

DISCIPLINA: Trabalho de conclusão de curso I

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Não possui---

EMENTA:

Elaboração e desenvolvimento de projeto de pesquisa escolhido pelo graduando; até a conclusão da etapa de coleta de dados

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. (colab.) Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica. 27. ed. São Paulo: Vozes, 2000.

KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002

_____. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação. São Paulo: Atlas, 2001;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ASTORINO, O. Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo: Graftipo, 1999;

CERVO, A. L. E BERVIAN, P.A.. Metodologia Científica. 4ª. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1996;

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1999;

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2000; RUIZ, J. A. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1996.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado em Educação Especial II

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

0.0.9

135h

Estágio Supervisionado em Educação Especial I

EMENTA:

Identificação, discussão e busca de soluções de problemas detectados no dia a dia das classes. Organização de uma proposta de trabalho para o serviço especializado escolhido. Execução da proposta elaborada, devidamente acompanhada/o do professor/responsável e do supervisor de estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

FREITAS, Helena Costa L. de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios supervisionados. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: 2006.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.

BEHRENS, Marilda Aparecida. Paradigma da complexidade: metodologia de projetos, contratos didáticos e portfólios. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. (Org.). et all. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 12. ed. Campinas; SP: Papyrus, 2006.

MOURA, Dácio G; BARBOSA, Eduardo F. Trabahando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e educação. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 2002.

8º PERÍODO

DISCIPLINA: Tecnologias aplicadas à Educação Especial II: tecnologias assistivas

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	- Tecnologias aplicadas à Educação Especial I: Informação e comunicação

EMENTA:

Revisão da área de Tecnologias Assistivas (TA) e seu uso. Teorias que fundamentam o uso apropriado dos sistemas e da eficácia dos recursos. Diretrizes para seleção, implementação, uso e monitoração dos recursos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

LIMA, F. O. A sociedade digital: o impacto da tecnologia na sociedade, na cultura, na educação e nas organizações. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

SANT'ANNA, I. M; SANT'ANNA, V. M. Recursos educacionais para o ensino: quando e por quê? Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FAGALI, E. Q.; VALE, Z. D. R. Psicopedagogia institucional aplicada: a aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula. Petrópolis: Vozes, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

COBURN, P. Informática na educação. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 1988.

FERREIRA, O. M. C; SILVA JÚNIOR, P. D. da. Recursos audiovisuais no processo ensino-aprendizagem. SP: EPU, 1986.

_____. Recursos audiovisuais para o ensino. São Paulo: Pedagógica, 1982.

ENGUITA, M. Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PARRA, N; PARRA, I. C. da C. Técnicas audiovisuais de educação. São Paulo, SP: Pioneira, 1975.

PENTEADO, H. D. Televisão e escola: conflitos ou cooperação? São Paulo, SP: Cortez, 1991.

DISCIPLINA: Ensino da leitura e escrita na cegueira e baixa visão

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.3.0	60h	Não possui---

EMENTA:

Revisão da área de comunicação alternativa aumentativa (CAA) e seu uso. Teorias que fundamentam o uso apropriado dos sistemas de CAA. Diretrizes para seleção, implementação, uso e monitoração dos sistemas de CAA.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>No mínimo 03(três)</p> <p>DROUET, R. C. R. Distúrbios de aprendizagem. São Paulo: Ática, 2003.</p> <p>FAGALI, E. Q.; VALE, Z. D. R. Psicopedagogia institucional aplicada: a aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula. Petrópolis: Vozes, 1993.</p> <p>DROUET, R. C. R. Distúrbios de aprendizagem. São Paulo: Ática, 2003.</p> <p>FAGALI, E. Q.; VALE, Z. D. R. Psicopedagogia institucional aplicada: a aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula. Petrópolis: Vozes, 1993.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>No mínimo 05(cinco)</p> <p>ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? São Paulo, Cortez, 1995.</p> <p>FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e crise do trabalho: perspectivas do final do século. Petrópolis:Vozes,1998.</p> <p>_____.Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo,Cortez:1996.</p> <p>MENDES, Sonia Regina. Educação e Trabalho: elementos para reflexão sobre o papel da escola. In: Série Documentos, nº 01. Florianópolis: Núcleo de Publicações - CED - UFSC, 1996.</p> <p>WEISS, M. L. L. Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem. Rio de Janeiro: DPCA, 2003.</p>

DISCIPLINA: Ensino de habilidades de comunicação alternativa aumentativa		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.3.0	60h	Não possui---
EMENTA:		
Formas de intervenções com pessoas com múltiplas deficiências e encaminhamento para a prática pedagógica. Intervenção com pessoas surdocegas congênicas e não congênicas; o processo educativo; o papel do mediador, guia e intérprete.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		

No mínimo 03(três)

Alves, Carla Barbara. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília: Ministério da educação, 2010.

Sartoretto, Mara Lúcia. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Brasília: Ministério da educação, 2010.

Bosco, Ismênia Carolina mota gomes. Educação especial na perspectiva da inclusão escolar: surdocegueira e deficiência múltipla. Brasília: ministério da educação, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**No mínimo 05(cinco)**

Silva, Alessandra da. Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez. São Paulo: MEC/SEESP, 2010.

Sa, Nidia Regina limeira de. Cultura, poder e educação de surdos. São Paulo: paulinas, 2010.

Góes, maria Cecília Rafael de. Linguagem surdez e educação. Campinas: autores associados, 2012.

Skliar, Carlos. Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto alegre: mediação, 2016.

BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DISCIPLINA: Trabalho de conclusão de curso II**Créditos:****Carga Horária:****Pré-requisito(s):**

1.3.0

60h

Trabalho de conclusão de curso I

EMENTA:

Análise e relato de dados do estudo científico; apresentação oral e escrita do estudo concluído que contemple reflexões teórico-práticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**No mínimo 03(três)**

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. (colab.) Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica. 27. ed. São Paulo: Vozes, 2000.

KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 17. ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002

_____. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação. São Paulo: Atlas, 2001;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ASTORINO, O. Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo: Grafitipo, 1999;

CERVO, A. L. E BERVIAN, P.A.. Metodologia Científica. 4ª. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1996;

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1999;

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2000; RUIZ, J. A. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1996.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado em Educação Especial III

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.9	135h	Estágio Supervisionado em Educação Especial I e II

EMENTA:

Consultoria colaborativa ao professor de ensino regular, de classe inclusiva e/ou instituição especial

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

FREITAS, Helena Costa L. de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios supervisionados. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: 2006.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.

BEHRENS, Marilda Aparecida. Paradigma da complexidade: metodologia de projetos, contratos didáticos e portfólios. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. (org.). et all. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 12. ed. Campinas; SP: Papyrus, 2006.

MOURA, Dácio G; BARBOSA, Eduardo F. Trabahando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e educação. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 2002.

7 INFRAESTRURA FÍSICA

7.1 Instalações, equipamentos

As instalações da UFDPAr estão distribuídas em dois setores que se subdividem em blocos, numerados de 01 a 17, os quais contemplam: Instalações administrativas, incluindo as Coordenações de Cursos; Centros acadêmicos; Diretório estudantil; Salas de aulas; Laboratórios; Auditório; Salas de videoconferência; Biblioteca; Escola de aplicação; Empresas juniores; Vestiários; Banheiros; Quadra de esportes; prédio de gabinetes de docente com quatro pavimentos contendo área de convivência e lanchonete e o prédio para o curso de medicina com cinco pavimentos totalmente estruturados com laboratórios, salas de aula, salas de conferência e uma caixa d'água com capacidade para 60 mil litros; além do Restaurante Universitário.

O Campus de Parnaíba conta, atualmente, com 25 salas de aula, com área de 70 m² cada uma, com capacidade para 60 alunos. As salas são climatizadas e possuem quadros de acrílico e Datashow fixo para reprodução de conteúdos, portas contendo visor de vidro, mesa de apoio e lixeira. Atendem aos requisitos de conservação, limpeza, iluminação e acústica. Existe elevador para acesso ao andar das salas, permitindo a mobilidade adequada até as respectivas salas. Os elevadores são liberados permanentemente para portadores de necessidades especiais e o piso dos corredores estão adequados a mobilidade de cadeirantes, conforme normas de acessibilidade. Existem nos corredores de acesso a todas as alas da universidade, bebedouros adequados aos padrões sanitários e de fácil acesso e sinalização. Existem espaços externos para convívio de todos os alunos.

O Campus de Parnaíba possui, atualmente, 40 (quarenta) salas de trabalho (gabinetes) climatizadas para uso docente, cada uma com área de 12 m². Estas salas possuem ponto de acesso à internet com e sem fio, mesas, cadeiras e armários individuais. Nestas, há disponibilidade de computadores, adquiridos com recursos da própria instituição, para uso dos professores. Os docentes de dedicação exclusiva contam com salas próprias, com cadeiras, mesas, armários e conexão cabeada com a internet. A coordenação de cada

curso de graduação e pós-graduação conta com espaço adequado as necessidades acadêmicas, com disponibilização de computador, notebook, mesas, cadeiras, armários, sala de reunião e secretaria.

Existem, atualmente, 16 (dezesesseis) laboratórios para a realização de atividades didáticas, de pesquisa ou extensão no Campus de Parnaíba. São eles: Laboratórios de Anatomia, Microscopia, Limnologia, Zoologia, Botânica, Ecologia, Tecnologia do Pescado, Ciências Fisiológicas, Histologia, Bioquímica (Biotec), Genética e Biologia Molecular, Microbiologia, Parasitologia e Urinálise, Células e Moléculas, todos climatizados e equipados de forma a atender às necessidades. Atualmente o Campus de Parnaíba dispõe dos Laboratórios de Informática (I, II, e III), os quais atendem a todos os cursos de graduação do Campus.

A secretaria acadêmica geral fica localizada em Hall de fácil acesso na área central de entrada da universidade, O ambiente da universidade é agradável e atende não somente a comunidade acadêmica, como a comunidade externa.

O Campus Universitário de Parnaíba possui instalações administrativas próprias e pertinentes à ministração dos todos seus cursos de graduação, incluindo um auditório moderno de 120 lugares e dois mini auditórios.

O restaurante universitário atende aos princípios básicos de atendimento ao corpo estudantil e acadêmico. (duas refeições principais são subsidiadas diariamente aos alunos, de segunda a sexta; uma refeição principal subsidiada no sábado). No espaço existem sanitários adequados (femininos, masculinos e especiais para cadeirantes - mobilidades reduzidas), existem banheiros exclusivos para docentes.

Na perspectiva de garantir uma formação articulada com o campo de trabalho e que possa responder às exigências da atualidade, incluindo-se neste particular o contexto das Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação, o curso de Educação Especial Inclusiva contará com Laboratórios e espaços onde serão desenvolvidas as aulas e demais atividades voltadas para o aluno que possam garantir ao futuro pedagogo os elementos necessários ao domínio desses conhecimentos próprio do campo de sua formação e atuação profissional, bem como, mais especificamente, os domínios das novas tecnologias aplicadas ao processo educacional.

O aspecto da aplicabilidade, ou seja, da concretização da relação orgânica da teoria com a prática, princípio basilar desse currículo terá, necessariamente, no eixo de pesquisa, estágio e atuação do futuro profissional – na escola, o mais importante espaço de execução dessa proposta de formação. Assim, tanto o laboratório da sala de aula, propriamente dito, quanto à escola comporão os espaços privilegiados para o desenvolvimento do curso.

7.2 Instalações da Biblioteca

Com a criação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, a biblioteca passou de Setorial a uma Biblioteca Central. E com isso, a biblioteca pôde administrar os recursos, tendo mais autonomia Administrativa. Atualmente estamos com 4 processos de compras em andamento, são eles: plataforma digital da área da saúde – Dynamed/ EBSCO, Minha Biblioteca (plataforma de e-books), EDS/EBSCO (uma ferramenta de busca que irá integrar todas as bases de dados da Biblioteca, facilitando as pesquisas acadêmicas), Solução Tecnológica RFID de antifurto e autoatendimento, já adquirida a metade dos equipamentos e em processo o restante. Buscando uma forma de dinamizar ainda mais o espaço da biblioteca, foram adquiridos armários inteligentes com acesso digital. Atualmente possui um acervo de aproximadamente 32.000 itens divididos em livros, CD's, DVD's e Trabalhos de Conclusão de Cursos.

Disponibilizando acesso online ao acervo com consultas, reservas entre outros serviços, foi adotado o método de classificação CDD (Classificação Decimal de Dewey), que possibilita a organização do acervo por área de conhecimento. A catalogação é baseada no Código de Catalogação Anglo Americano (AACR2), podendo outros códigos e normas ser adotados, quando forem convenientes à melhoria e aperfeiçoamento dos serviços técnicos e tabela de CUTTER é utilizada para classificar o autor. Para melhor otimização e recuperação das informações do acervo, a biblioteca conta com uma equipe capacitada. Sendo 03 bibliotecárias com mestrados dentro da área da Ciência da Informação (Artes, Patrimônio e Museologia) e 04 colaboradores terceirizados em nível médio.

A infraestrutura conta com salão geral de estudos com 78 cabines individuais, 05 salas de estudo em grupo, 01 sala para pesquisas das publicações e Trabalhos de Conclusão de Cursos e 01 salão do acervo, setor administrativo (processamento técnico, referência, restauração, atendimento ao usuário e diretoria).

REFERÊNCIAS

LEIS FEDERAIS

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Lei no 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL, Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de

20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

DECRETOS

Decreto nº 3276, de 06 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica e dá outras providências.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto nº 6.872, de 04 de junho de 2009. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento.

Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos.

PORTARIAS E RESOLUÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria Normativa MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Regulamenta a introdução, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial.

Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.

Portaria Normativa MEC nº 23, de 01 de dezembro de 2010. Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC,

sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, Banco de Avaliadores (BASIS) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

Portaria Normativa MEC nº 147, de 02 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a complementação da instrução dos pedidos de autorização de cursos de graduação em direito e medicina, para os fins do disposto no art. 31, § 1º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Portaria Normativa MEC nº 1.383, de 31 de outubro de 2017. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes.

Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

PARECERES E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Parecer CNE/CP nº 08, de 06 de março de 2012. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Parecer CNE/CP nº 02, de 09 de junho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica;

Resolução CNE/CP nº 02, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Instrumentos de Avaliação e Reconhecimento de Cursos de Graduação e Bacharelado, utilizados pelo Ministério da Educação – MEC / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Acesso no Portal MEC:

<http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>

_____. Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018. Cria a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI), e cria a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape),


por desmembramento da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).
Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2018/Lei/L13651.htm

REFERENCIAS

[_http://www.seplan.pi.gov.br/historiaregional](http://www.seplan.pi.gov.br/historiaregional). Acesso em 16 de dezembro de 2023.

ANEXOS

Anexo 1: Portaria n.626/2023 da Universidade Federal do Delta do Parnaíba.


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA


PORTARIA Nº 626, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFDPAr, nomeado pela Portaria nº 69, de 26 de janeiro de 2023, do Ministério da Educação - MEC, no uso de suas atribuições legais, e considerando o processo nº 23855.006243/2023-30, resolve:

Art. 1º Alterar a Comissão de Elaboração de Proposta para Edital do PARFOR – EQUIDADE, com validade até 30 de março de 2024, com a seguinte composição:

Maria Patrícia Freitas de Lemos, SIAPE nº 1360694, Presidente;
Cleidivan Alves dos Santos, SIAPE nº 1380768;
Osmar Rufino Braga, SIAPE nº 1055668;
Lucelia Costa Araújo, SIAPE nº 1305301;
Cloris Violeta Alves Lopes, SIAPE nº 1573177;
Dalva de Araújo Menezes, SIAPE nº 1039532;
Francisca Maria de Sousa, SIAPE nº 3534074;
Helôisa Marques, SIAPE nº 1787376;
Rosana Aquino De Souza, SIAPE nº 1720919;
Valdevane Rocha Araújo, SIAPE nº 1324284; e
Josenildo de Souza E Silva, SIAPE nº 1364260.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e revoga os termos da portaria nº 557 de 16 de outubro de 2023.


JOÃO PAULO SALES MACEDO
Reitor

Anexo 2: Portaria n.626/2023 da Universidade Federal do Delta do Parnaíba.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

PORTARIA Nº 628, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFDPAr, nomeado pela Portaria nº 69, de 26 de janeiro de 2023, do Ministério da Educação - MEC, no uso de suas atribuições legais, e considerando o processo nº 23855.006243/2023-30, resolve:

Art. 1º Constituir Comissão para Elaboração de Projeto Político Pedagógico para a implementação do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva na Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr para submissão ao Programa Nacional de fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR EQUIDADE associado ao Edital da CAPES Nº23/2023, da forma como segue:

Profa. Dra. Heloisa Marques, SIAPE nº 1787376;

Profa. Dra. Francisca Maria de Sousa, SIAPE nº 3534074;

Profa. Dra. Maria Patricia Freitas de Lemos, SIAPE nº 1360694;

Prof. Dr. Cleidivan Alves dos Santos, SIAPE nº 1380768; e

Profa. Dra. Clóris Violeta Alves Lopes, SIAPE nº 1573177.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO SALES MACEDO
Reitor

Anexo 2: Resolução Consepe n.163/2023 da Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

conforme processo acima mencionado.

JOÃO PAULO SALES MACEDO
REITOR

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 160 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Ratifica a Resolução nº 155/2023, de 27 de outubro de 2023, que autorizou o afastamento de professora da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar).

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 14/12/2023 e, considerando:

- o Processo Nº 23855.004834/2023-49

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar a Resolução CONSEPE/ UFDPar Nº 155/2023, emitida ad referendum deste Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 27/10/2023, que autorizou o afastamento da docente Lúliana Fonseca de Souza Melo, professora do magistério superior, lotada no Curso de Ciências Contábeis, a fim de dar continuidade ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração, nível de Doutorado, na FUCAPE PESQUISA E ENSINO S/A, pelo período de 6 (seis) meses, a contar de 20 de julho de 2023, conforme processo acima mencionado.

Universidade Federal do Delta do Parnaíba
BOLETIM DE SERVIÇO ANO IV – Nº 220

19/12/2023

JOÃO PAULO SALES MACEDO
REITOR

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 161 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Ratifica a Resolução nº 156/2023, de 27 de outubro de 2023, que autorizou o afastamento de professor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar).

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 14/12/2023 e, considerando:

- o Processo Nº 23855.006669/2023-71

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar a Resolução CONSEPE/ UFDPar Nº 156/2023, emitida ad referendum deste Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 27/10/2023, que autorizou o afastamento do docente Giosanny Rebelo de Faria, professor do magistério superior, lotado no Curso de Biomedicina, para, no período de 28 de outubro a 06 de novembro de 2023, participar do 1º workshop da Rede GENOPSYSEN e do Curso de Desenvolvimento de Ferramentas Analíticas para Detecção de Variações Genéticas, na Universidad Nacional de Rio Cuarto, na Argentina, conforme processo acima mencionado.

JOÃO PAULO SALES MACEDO
REITOR

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 162 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Ratifica a Resolução nº 157/2023, de 20 de novembro de 2023, que aprovou o Calendário Acadêmico do Estágio Obrigatório, em regime de Internato, do Curso de Medicina da UFDPar para o período letivo 2023.2.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 14/12/2023 e, considerando:

- o Processo Nº 23855.007359/2023-65

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar a Resolução nº 157/2023 - CONSEPE, emitida ad referendum deste Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 20/11/2023, que aprovou o calendário acadêmico de estágio obrigatório/ regime de internato do Curso de Medicina, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), para o período letivo 2023.2, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme disposto no Parágrafo Único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, tendo em vista que a matéria foi objeto de deliberação ad referendum em 20 de novembro de 2023.

JOÃO PAULO SALES MACEDO
REITOR

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 163 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPar (1ª Licenciatura), a ser implementado junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE, no uso de suas atribuições ad referendum do mesmo Conselho, e, considerando:

- o Processo Nº 23855.008046/2023-43

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva (1ª Licenciatura), da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPar, junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR, vinculado ao Edital Nº 23/2024 CAPES, conforme Projeto Pedagógico do Curso anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme disposto no Parágrafo Único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, justificando-se a urgência na excepcionalidade operacional da atividade administrativa e a necessidade de sua regulamentação.

JOÃO PAULO SALES MACEDO

Anexo 4: Registro de imagem de reunião de planejamento da proposta realizada pela Comissão EEI - UFDPAR



Anexo 5: Registro de imagens das visitas realizadas pela Comissão, as Secretarias de Educação para proposta de parceria







Anexo 4: Registro das informações básicas da Biblioteca Centra.

Fonte: <https://ufdpar.edu.br/ufdpar/paginas/biblioteca/>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO
PROGRAMA NACIONAL DE FOMENTO À EQUIDADE NA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR EQUIDADE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO:
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
ÁREA: CIÊNCIAS DA NATUREZA**

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Área Ciências da Natureza (Parfor Equidade) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (Campus Ministro Reis Velloso), no município de Parnaíba – Piauí, a ser implantado em 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA

REITORIA

João Paulo Sales Macedo
Reitor

Vicente de Paula Censi Borges
Vice-Reitor

PRÓ-REITORIAS

Antonio Liuésjhon dos Santos Melo
Pró-Reitor de Planejamento

Leonardo Costa e Silva
Pró-Reitor de Administração

Aurélio Vinicius Araujo Silva
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo
Pró-Reitora de Ensino e Graduação

Jefferson Soares de Oliveira
Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação

Francisco Jander de Sousa Nogueira
Pró-Reitor de Extensão

Gilvana Pessoa de Oliveira
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

Valberto Barroso da Costa
Pró-Reitor de Tecnologia da Informação e Comunicação

**PROGRAMA NACIONAL DE FOMENTO À EQUIDADE NA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR EQUIDADE**

**CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – ÁREA CIÊNCIAS DA
NATUREZA**

Coordenação Institucional do Parfor - UFDPAr

Profa. Dra. Maria Patrícia Freitas de Lemos

**Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências da
Natureza**

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico

Profa. Dra. Lucélia Costa Araújo

Profa. Ma. Dalva de Araújo Menezes

Prof. Dr. Osmar Rufino Braga

Profa. Dra. Rosana Aquino de Souza

Profa. Dra. Valdevane Rocha Araújo

Prof. Dr. Josenildo de Souza e Silva

Professoras Colaboradoras

Profa. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Beserra Soares

Profa. Dra. Maria Patrícia Freitas de Lemos

Ato de Designação da Comissão

Portaria UFDPAr N° 627, de 07 de Dezembro de 2023

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: Universidade Federal do Delta do Parnaíba

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Delta do Parnaíba

SIGLA: UFDPAr

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 33.519.114/0001-00

ENDEREÇO: Av. São Sebastião, 2819, bairro Nossa Sra. de Fátima, Cep: 64202-020

CIDADE: Parnaíba - PI

TELEFONE: (86) 3323-5125

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufdpar.edu.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO:

Licenciatura em Educação do Campo - Área Ciências da Natureza

CÓDIGO DO CURSO:**CRIAÇÃO DO CURSO:**

Resolução Nº

Publicação:

RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria MEC Nº

Publicação:

TÍTULO ACADÊMICO:

Masculino: Licenciado em Educação do Campo - Área Ciências da Natureza

Feminino: Licenciada em Educação do Campo - Área Ciências da Natureza

MODALIDADE:

Ensino Presencial

DURAÇÃO DO CURSO:

Mínimo: 4 anos

Média: 5 anos

Máximo: 6 anos

Para alunos com necessidades educacionais especiais: 8 anos

ACESSO AO CURSO:

Processo seletivo especial de acordo com Edital específico da UFDPAr

REGIME LETIVO:

Créditos (disciplinas ofertadas semestralmente no período de férias dos professores cursistas)

VAGAS:

100 vagas

TURNO DE OFERTA:

Integral (matutino e vespertino)

ESTRUTURA CURRICULAR:

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	2.235	149
Disciplinas Optativas	120	8
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	120	8
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	405	27
Atividades Curriculares de Extensão (ACEX)	345	23
Atividades Complementares	200	-
TOTAL	3.425	215

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Justificativa.....	11
1.2 Contexto regional e local.....	14
1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFDPAr e do Curso	18
2 CONCEPÇÃO DO CURSO.....	21
2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso	21
2.2 Objetivos do curso.....	26
2.3 Perfil do egresso	28
2.4 Competências e Habilidades	30
2.5 Perfil do corpo docente	32
3 PROPOSTA CURRICULAR	34
3.1 Estrutura e organização curricular.....	34
3.1.1 Prática como componente curricular.....	39
3.2 Fluxograma.....	42
3.3 Estágio, atividades complementares, extensão e trabalho de conclusão	43
3.3.1 Estágio.....	43
3.3.2 Atividades Complementares	44
3.3.3 Atividades Curriculares de Extensão – ACEX	45
3.3.4 Trabalho de Conclusão de Curso	47
3.4 Metodologia	48
4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS.....	49
4.1 Política de Ensino.....	51
4.2 Política de Assistência Estudantil	52
4.3 Políticas de Pesquisa e de Extensão	53
5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO	54
5.1 Avaliação da aprendizagem	54
5.2 Avaliação do Rendimento Escolar	56
5.3 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	57
6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS.....	58
6.1 Disciplinas obrigatórias.....	58
6.2 Disciplinas optativas	83
7 INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	89
7.1 Instalações e Equipamentos	89
7.2 Biblioteca	93
REFERÊNCIAS.....	94

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação do Campo na área de Ciências da Natureza configura proposta que atende ao disposto no Edital nº 23/2023 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) visando a seleção de propostas de Instituições de Ensino Superior (IES) para a oferta de vagas para a formação de professores em Cursos de Licenciatura que atendem a estratégia 15.5 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, a saber: “implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial”.

Tal iniciativa resulta de uma parceria da CAPES, por meio do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR Equidade), e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI). Nesse âmbito, nosso curso visa formar docentes para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, ministrando disciplinas na área de Ciências da Natureza em escolas do e no campo. Para isso, além da modalidade especial de oferta do curso, conforme a sistemática adotada no PARFOR, suas atividades didático-pedagógicas terão como eixo teórico norteador a Pedagogia da Alternância, considerando a importância das experiências formativas a serem vividas pelos discentes no Tempo Universidade (TU) e no Tempo Comunidade (TC).

Trata-se, portanto, de um curso que visa formar docentes que atuarão de maneira crítica e reflexiva na efetivação de práticas educativas coerentemente contextualizadas, que não apenas dialoguem com a realidade do campo, mas que tenham essa realidade como pontos de partida e de chegada das suas experiências formativas. Valorizar os sujeitos do campo, suas formas de viver e de se relacionar com a natureza, bem como suas necessidades formativas e demandas sociais constitui eixo norteador do itinerário formativo do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Assim, além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 de 1996, a proposta pedagógica do curso atende às orientações constantes na Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que institui as diretrizes operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo, e a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Além destes, outros instrumentos legais que orientaram a elaboração deste projeto foram: Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; e a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

O projeto está constituído por seções que representam parte integrante e relevante para a composição do curso. Na primeira parte, trata-se da introdução trazendo a justificativa para a realização do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, com posterior contexto de cunho regional e local, tendo uma visão da amplitude que o curso poderá abranger em sua oferta e ao final da seção, vem o histórico e estrutura organizacional da UFDPAr e do Curso.

Na seção seguinte, discorre sobre a concepção do curso, com seus princípios e especificidade, objetivos e perfil do egresso. Para alinhar a este contexto, dialoga também com as competências e habilidades do educando na promoção de qualificá-lo às suas necessidades de conhecimento como também fala sobre o perfil do egresso, fato de grande relevância para se ter um egresso condizente à proposta profissional que irá se deparar no futuro.

As propostas curriculares e políticas institucionais, são as próximas seções respectivamente. Ambas dialogam a princípio sobre a estrutura e organização curricular, alinhando a estrutura da Educação do e no Campo. Ainda nesta, traz o fluxograma das disciplinas e sua distribuição entre estágios, atividades complementares, extensão e trabalho de conclusão de curso, com ênfase na metodologia de ensino que irá permear em todo o curso. As políticas institucionais, vêm ressaltando sobre o tripé pesquisa, ensino e extensão.

A sistemática de avaliação é o próximo item a ser tratado na seção cinco, trazendo a forma de avaliação e seus critérios estabelecidos conforme a legislação da universidade e proposta do curso, como também a avaliação do Projeto Pedagógico do Curso para seu aprimoramento futuro. A relação das disciplinas obrigatórias e optativas, vem sendo articulada na seção seguinte, trazendo todo o ementário e sua bibliografia básica e complementar para que tanto o discente como o docente tenham acesso na condução de novos conhecimentos sobre as determinadas disciplinas.

A infraestrutura física e instalações acadêmicas, também vem sendo mostrado no projeto, de forma que está alinhada com tudo o que a instituição já tem para ofertar e ainda se

adaptar às necessidades que o curso requer. Há também um acervo bibliográfico constituído na biblioteca da IES. Ao final do projeto, traz as disposições transitórias.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Justificativa

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Área Ciências da Natureza na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) se constitui como possibilidade real de atender a demandas que emergem das especificidades da atividade docente em escolas do e no campo. Trata-se de um curso voltado para a formação docente essencialmente articulada com a realidade educacional do campo, respeitando as necessidades e experiências vividas pelas comunidades onde os profissionais egressos do curso já atuam ou irão atuar.

A trajetória histórica da educação do e no campo no Brasil revela que essa modalidade de educação é forjada a partir da luta por políticas públicas educacionais voltadas para a população do campo, empreendida pelos movimentos e organizações sociais do campo. A própria implantação de cursos de formação docente em educação do campo nas universidades reflete os avanços alcançados pela mobilização de movimentos e organizações sociais que resultou na elaboração de instrumentos, dispositivos legais e políticas públicas voltadas para esta área.

Aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, a realização de encontros e conferências nacionais que mobilizaram educadoras e educadores do campo de todo o território nacional, bem como experiências ligadas ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), levaram à concepção e a implementação de outras políticas públicas como é o caso da criação, em 2007, do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) que apoia a implementação dos cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior.

Por sua vez, o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), estruturado pelo Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, destaca o “desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo”. O Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFDPAr se insere, portanto, nesse esforço coletivo para concretizar processos educativos que considerem as condições de vida produzidas pelos sujeitos que vivem no campo.

Além disso, a oferta de cursos de licenciatura voltados especificamente para a educação do campo é condição fundamental para a efetivação dos demais princípios dessa modalidade

educacional, sobretudo o que diz respeito à “valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo [...]”. Assim, por meio da oferta do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, a UFDPAr contribui para a formação de profissionais capazes de atuar pedagogicamente situados nos tempos e espaços que determinam a educação do e no campo, respeitando a identidade e a diversidade daqueles que constituem a comunidade escolar.

Segundo Caldart (2002), o movimento por uma educação do campo se vincula a outras lutas, em favor de transformações que garantam melhores condições de vida para a população camponesa. Nesse sentido, as condições materiais de vida e de educação no campo não podem ser desconsideradas, constituindo a base sobre a qual se desenvolvem as atividades didático-pedagógicas do curso no Tempo Comunidade.

A conexão entre o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade se justifica pela impossibilidade de educar o povo sem modificar as condições que o desumaniza. Assim, o presente curso busca atender às necessidades postas pela formação humana considerando a realidade do campo e o potencial de transformar a qualidade de vida dos camponeses e da educação básica ofertada nesse cenário que conta com escolas do e no campo funcionando, muitas vezes, em condições objetivas e subjetivas precárias.

A título de exemplo, Silva, Foschiera e Cabral (2023) destacam que os desafios postos à educação do e no campo incluem: insuficiência dos recursos financeiros destinados a essas escolas; ensino com abordagem pedagógica predominantemente tradicional e desarticulada dos princípios que norteiam a educação do campo; falta de formação continuada de professores; transporte escolar precário, além de estrutura física limitada e fechamento de muitas escolas. Portanto, promover a formação de professores numa perspectiva que respeite e valorize as especificidades e os princípios próprios à educação do e no campo é uma necessidade urgente se vislumbramos a possibilidade de construir uma educação verdadeira transformadora e emancipatória.

Conforme o disposto no Artigo 2º da Resolução CNE/CEB nº 1 de 2002, a identidade da escola do campo se define:

[...] pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Nossa proposta de curso parte da premissa de que a escola é um organismo vivo e sua identidade se constitui, sobretudo, pelas pessoas que nela se relacionam, ensinando, aprendendo e transformando sua realidade. Assim, é imperativo promover a formação de professores do campo pensando nas identidades das escolas campesinas e de seu público-alvo.

Dados do Educacenso de 2023 revelam que no Brasil temos mais de 1.600.000 alunos matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio de escolas públicas localizadas na zona rural, o que corresponde a mais de 10% do total de alunos das referidas etapas. No Piauí, estado sede da UFDPAr, esse número atinge mais de 48 mil alunos e corresponde a mais de 18% do total matriculado nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Além disso, de acordo com o Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, a escola do campo é “aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente às populações do campo”. Assim, a oferta deste curso se justifica pela existência de um cenário local e regional que demanda a formação docente voltada especificamente para a realidade das escolas do campo.

No que diz respeito à concentração do curso na Área Ciências da Natureza, o mesmo visa contribuir para minimizar os desafios postos cotidianamente ao professor que não conta com uma formação adequada à complexidade do trabalho docente no sentido amplo e ao ensino de áreas específicas nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Na Tabela 1 é possível verificar dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre a adequação da formação docente em 2022.

Tabela 1 - Professores que não integram o Grupo 1 das categorias de adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que leciona (%)

	Anos finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Piauí	41,7	73	31,7	37,8
Maranhão	57,9	86,2	38,3	57,3
Ceará	41,5	69,2	33,9	43,9

Fonte: INEP (2022)

Segundo o Inep, por meio da Nota Técnica nº 1, de 2021, o Grupo 1 é constituído por professores que lecionam em áreas para as quais os mesmos possuem formação em cursos de licenciaturas específicas. Assim, na tabela acima consta o percentual de professores que não possuem essa formação em escolas da zona urbana e da zona rural nos estados que abrangem o território de atuação da UFDPAr.

Podemos verificar que o percentual de professores que não possuem essa formação é evidentemente maior em escolas da zona rural do que em escolas da zona urbana, nos três estados. O curso de Licenciatura em Educação do Campo - Área Ciências da Natureza da UFDPAr constitui possibilidade real de diminuir esse índice e melhorar a qualidade do ensino realizado nas escolas do e no campo, bem como contribuir para a valorização do magistério nesse cenário.

Assim, o curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFDPAr considera as particularidades que determinam como esse tipo de educação se efetiva no seu território de abrangência que contempla aproximadamente 78 municípios nas regiões dos Lençóis Maranhenses, Serra da Ibiapaba no Ceará, além do Território da Planície Litorânea no Piauí.

1.2 Contexto regional e local

A Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) está situada no extremo norte do Estado do Piauí, na cidade de Parnaíba-PI, a 339 km de Teresina, capital do Piauí. O município possui uma população estimada, em 2021, de 162.159 mil habitantes (IBGE, 2022), sendo o segundo mais populoso do Estado. A cidade possui belezas naturais, algumas dotadas de grande valor histórico para o Piauí. Nas proximidades do centro comercial, na região denominada de Porto das Barcas, existem inúmeros imóveis históricos. O município desponta como importante centro turístico piauiense, sendo uma base de apoio para quem deseja conhecer o litoral do Piauí, o Delta do Rio Parnaíba, os Lençóis Maranhenses e a Costa Oeste do Estado do Ceará (UFDPAr, 2020).

Parnaíba é a maior cidade da região deltáica, considerada o centro receptor e difusor do desenvolvimento da região. O Delta do Parnaíba, região na qual a mesma está localizada, possui cerca de 80 ilhas fluviais ao longo da foz do rio que lhe dá nome e que se ramifica em cinco grandes braços, sendo o único delta em mar aberto das Américas. Sua região unifica, por suas características históricas geográficas, biológicas e até mesmo sociais, econômicas e culturais, regiões pertencentes aos estados do Ceará, Piauí e Maranhão.

Imagem 1 - Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba



Fonte: SILVA et al. (2021)

A Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) se firma como a mais importante instituição acadêmica e científica do norte do estado do Piauí, com cobertura de abrangência regional dos municípios no Ceará até o limite da Serra da Ibiapaba e no Maranhão até a região dos Lençóis. Esta IES está, pois, posicionada estrategicamente, numa região que envolve dois importantes territórios de desenvolvimento: o Território da Planície Litorânea e o Território dos Cocais, perfazendo um total populacional de 265.247 habitantes (IBGE/2010). Desse total, 75.551 vivem na área rural, o que corresponde a 28,49% do total da população.

O território Planície Litorânea é composto de 11 municípios: Parnaíba, Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia, Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes, Caraúbas do Piauí, Caxingó, Cocal, Cocal dos Alves e Murici dos Portelas. Segundo dados do CEPRO/SEPLAN (2019), o mesmo apresentou, em 2019, como principal grupo de atividades econômicas o setor de serviços, representando 47,5% do produto do território e suas principais atividades foram: comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas; atividades imobiliárias e atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares. Contudo, segundo estudos do SEBRAE (2019), o território apresenta grande potencial no que concerne à Agroindústria, Comércio e Serviços; Empreendedorismo e Inovação; Turismo e Cultura. Assim destaca a instituição no que tange à agricultura:

Além da agricultura familiar, plantio do feijão, mandioca, milho e frutas diversas, a região possui uma diversidade de culturas, a exemplo da bovinocultura do leite (Caxingó e Caraúbas do Piauí); a plantação de arroz (Buriti dos Lopes, Joaquim Pires,

Luzilândia e Joca Marques); e a piscicultura intensiva (Buriti dos Lopes, Luzilândia, Joaquim Pires e Murici dos Portelas). No extrativismo vegetal, o destaque é para o Pó da Carnaúba (Caxingó, Buriti dos Lopes, Luzilândia e Carauabas do Piauí) e em Parnaíba é a exportação de cera de carnaúba, óleo de babaçu, gordura de coco, folha de jaborandi, castanha de caju, algodão e couro. A cajucultura tem grande oportunidade de destaque a depender da sua organização (SEBRAE, 2010, p. 16).

Um dos grandes desafios para avançar o desenvolvimento socioeconômico-ambiental no território da Planície Litorânea é o enfrentamento da situação da educação da população rural. Estudos compilados por Lima (2014) revelam números não muito animadores quanto ao acesso à escola, sobretudo, entre os adultos. A autora verificou que 50% dos domicílios, pessoas com mais de 15 anos são alfabetizadas e esses valores são refletidos por parte dos adultos, retornando à sala de aula através do Programa Educação de Jovens e Adultos, desenvolvido pelo Governo do Estado. Os outros 50% não são alfabetizados, um número ainda elevado. Portanto, o desafio de erradicar o analfabetismo nessa faixa etária requer iniciativas direcionadas aos jovens das regiões menos desenvolvidas do país, como o Território Rural da Planície Litorânea no Piauí.

Por sua vez, o Território Cocais abrange uma área de 17.780,40 Km² e é composto por 22 municípios: Barras, Batalha, Brasileira, Campo Largo do Piauí, Esperantina, Joaquim Pires, Joca Marques, Lagoa de São Francisco, Luzilândia, Madeiro, Matias Olímpio, Milton Brandão, Morro do Chapéu do Piauí, Pedro II, Piracuruca, Piri-piri, Porto, São João da Fronteira, São João do Arraial, São José do Divino, Domingos Mourão e Nossa Senhora dos Remédios. A população total do território é de 374.139 habitantes, dos quais 173.593 vivem na área rural, o que corresponde a 46,40% do total. Possui 28.727 agricultores familiares, 5.977 famílias assentadas e 8 comunidades quilombolas.

Em termos de potencialidades, destacadas pelo CEPRO/SEPLAN (2019), temos: Agroindústria - aguardente de cana, cajuína, óleos vegetais; Artesanato - palha, tecelagem, alumínio, joias; Avicultura. Bovinocultura - corte, leite; Cajucultura; Energia Eólica; Extrativismo - babaçu, carnaúba, jaborandi; Horticultura; Indústria do Vestuário; Mineração - opala, argila, pedras e rochas ornamentais; Ovinocaprinocultura; Piscicultura; Suinocultura; Turismo - arqueológico (Parque Nacional de Sete Cidades), ecoturismo, rural e de eventos.

Além destes dois territórios, situados na região norte do estado do Piauí, a UFDPAr recebe estudantes da Microrregião do Litoral de Camocim e Acaraú, situada no estado do Ceará, território ligado à Mesorregião Noroeste Cearense. Sua população foi estimada em 2005 pelo IBGE em 347.331 habitantes e está dividida em 12 municípios (Acaraú, Barroquinha, Bela

Cruz, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópolis e Morrinhos). Possui uma área total de 8.666,728 km².

Do mesmo modo, a UFDPAr também acolhe estudantes egressos das escolas públicas do Maranhão, principalmente do Território Baixo Parnaíba, situado na Mesorregião Leste do estado do Maranhão. Apenas o município de Tutóia faz parte da Mesorregião Norte. O Baixo Parnaíba limita-se ao norte com o oceano Atlântico e a Mesorregião Norte, ao sul com a Mesorregião Leste, a oeste com a Mesorregião Norte e a Leste com o estado do Piauí. Compreendem os municípios de São Benedito do Rio Preto, Urbano Santos, Belágua, Chapadinha, Mata Roma, Anapurus, Brejo, Buriti, Santa Quitéria do Maranhão, São Bernardo, Milagres do Maranhão, Magalhães de Almeida, Santana do Maranhão, Água Doce do Maranhão, Tutóia e Araióses. São 16 municípios que abrangem uma área de 19.178,80 Km².

Estudo de Lisboa et al. (2021) nos revelam que o território do Baixo Parnaíba/MA abrange municípios que são dotados de singularidades e apresentam um grupo diverso, sendo famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, tais como aqueles que são reconhecidos como Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), que possuem diferentes formas de organizações e de ocupação do território, o que gera embate frente ao avanço do capital e industrialização no campo, uma vez que lutam pela sobrevivência e preservação de sua cultura e identidade.

Os mesmos autores mostram ainda que a população rural de dez municípios que estudados desse território, se sobrepõe à população urbana, apresentando uma grande parcela de indivíduos e famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza, dentre elas indivíduos e famílias pertencentes a seis grupos distintos de Povos e Comunidades Tradicionais, dos quais destacam-se os Quilombolas, Extrativistas, Agricultores Familiares, Pescadores Artesanais, Ciganos, Ribeirinhos, Famílias pertencentes a Terreiros. O setor da agricultura familiar, responsável pela reprodução da população, é o mais impactado, tendo em vista que os conflitos socioambientais estão ligados sobretudo às formas de apropriação e privatização do território. Constata-se que o agronegócio se sobrepõe à economia do tipo familiar, o cerceamento da terra, a degradação do solo, que ocasiona a baixa produtividade para aqueles que sobrevivem diretamente da produção agrícola (LISBOA et al., 2021).

A relevância do curso se evidencia ainda quando dados do Censo Agropecuário de 2017 realizado pelo IBGE revelam que dos 1.269 produtores rurais recenseados no município de Parnaíba, sede da UFDPAr, 329 nunca frequentaram a escola e apenas 63 tiveram acesso à graduação (IBGE, 2019). Trata-se, portanto, de um curso que valoriza as particularidades da sua população local e regional, podendo favorecer com seu desenvolvimento econômico,

político e cultural. Mais que isso, o curso proposto insere-se como uma estratégia de enfrentamento ao processo de desmonte da educação do campo, na rede pública piauiense, considerando que, segundo estudos de Santana, Medeiros e Gonçalves (2020), as matrículas da rede municipal na zona rural do Piauí tiveram uma queda de 39,9%, entre os anos de 2008 a 2019. As autoras referidas mostram como esse desmonte expressou-se nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental, e no Ensino Médio, no período mencionado: a redução foi de 50,3%, 20,7% e 98,4%, respectivamente.

Considerando, pois, o contexto dos territórios situados nos estados do Piauí, Maranhão e Ceará, suas potencialidades aqui brevemente apresentadas, bem como o desafio de responder à problemática do desmonte da educação do campo, caracterizado na queda de matrículas da rede municipal na zona rural do Piauí e na expulsão das populações e povos originários pelos grandes Projetos (MATOPIBA, Eólicas, Agronegócio), visualizamos um total 61 municípios (33, no Piauí; 12, no Ceará e 16, no Maranhão) que apresentam demandas urgentes no campo da formação docente voltada para o campo, formação essa que pretende contribuir para diminuir os altos índices de analfabetismo, vulnerabilidade, extrema pobreza e de falta de oportunidades, principalmente para os povos do campo, historicamente destituídos de seus direitos básicos.

1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFDPAr e do Curso

A Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) criada pela Lei nº 13.651 de 11 de abril de 2018 (código e-MEC nº 25277), por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI), é uma instituição pública federal de ensino superior, vinculada ao Ministério da Educação, com natureza jurídica de autarquia, mantida pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (código e-MEC nº 17818).

A instituição tem sua origem na Faculdade de Administração do Piauí, que foi autorizada a funcionar pelo Parecer nº 57, de 07 de fevereiro de 1969 e Parecer nº 900, de 16 de dezembro de 1970, ambos do então Conselho Federal de Educação (CFE). A Fundação Educacional de Parnaíba, criada em 04 de junho de 1966 foi a entidade mantenedora da Faculdade de Administração.

Sua instalação ocorreu em 03 de março de 1969. Posteriormente, em 01 de março de 1971, veio a ocorrer a incorporação da Faculdade de Administração do Piauí à Universidade Federal do Piauí (UFPI). Dentre os desafios de então estavam o crescimento da infraestrutura e do número de cursos superiores no município e essa ocorrência visava atender os anseios da região.

A construção da infraestrutura do futuro Campus, posteriormente denominado Campus Ministro Reis Velloso (CMRV), teve início em 11 de outubro de 1971, porém somente no dia 6 de setembro de 1975 o Curso de Administração de Empresas começou a funcionar em suas novas instalações, situado na Avenida São Sebastião, endereço atual da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). Estas obras foram concluídas em 1978, permitindo a implantação dos cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Licenciatura Plena em Pedagogia-Magistério.

Em setembro de 1992 o CMRV foi equiparado a Centro de Ensino na estrutura organizacional da UFPI. Em 1997, o CMRV, através da Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG), passou a ofertar cursos de Especialização nas áreas de Matemática, Metodologia do Ensino Superior, Administração de Pequenas e Médias Empresas e de Administração de Organizações Educacionais, dentre outros.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPI 2005-2009, visando atender as expectativas da sociedade brasileira apresentou e realizou o “Projeto de Expansão” da UFPI, com a criação de sete novos cursos no CMRV, fixando-o como polo de referência em Ensino Superior na sua região de influência. Em 2007, a UFPI aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais (REUNI, 2007), que acrescentou à sua oferta os cursos superiores de Biomedicina, Turismo, Fisioterapia, Engenharia de Pesca, Psicologia, Biologia e Matemática e, a partir de 2014, o curso de Medicina. Quanto à Pós-graduação, possui 6 (seis) Programas de Pós-graduação em atividade, cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado),

Em 11 de abril de 2018 com a publicação da Lei nº 13.651, cria-se UFDPAr por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Em 12 de dezembro de 2019, o Ministério da Educação (MEC) oficializou a criação desta e de outras quatro novas universidades federais com a posse de seus reitores *pro tempore*.

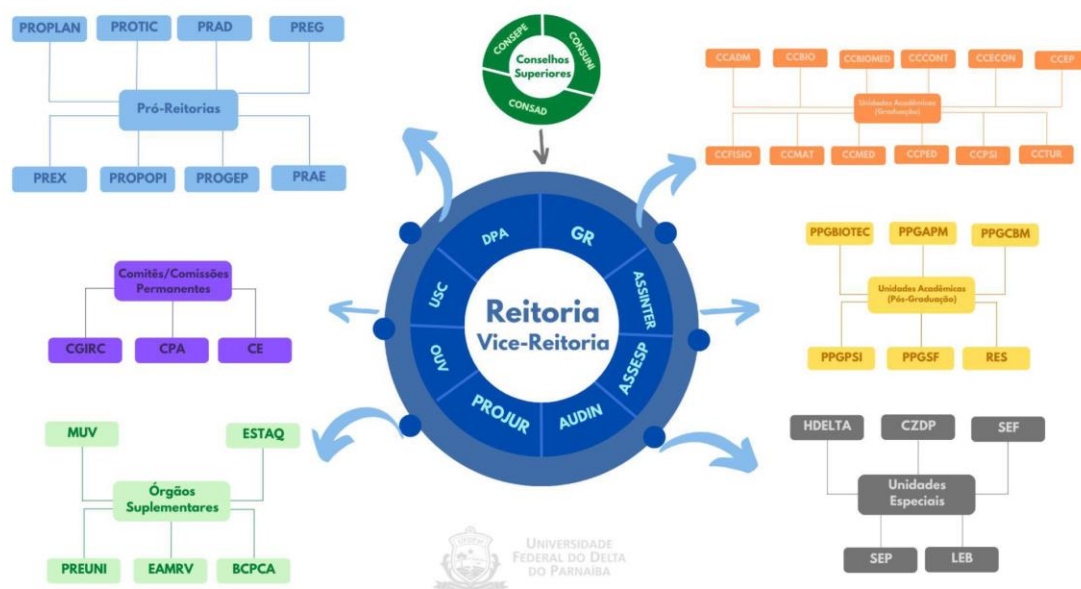
Em 08 de outubro de 2021, o Conselho Universitário (CONSUNI) aprovou na Resolução nº 07/2021, o marco inicial para a efetiva implantação da estrutura administrativa, com a aprovação da estrutura organizacional e distribuição dos cargos de direção, funções gratificadas e funções comissionadas das coordenações dos cursos da UFDPAr.

Conforme consta em seu Estatuto, aprovado pela Portaria nº 342, de 21 de junho de 2021, constitui-se como Missão da UFDPAr: formar profissionais, produzir e socializar conhecimento científico com ética e inovação comprometidos com o desenvolvimento da excelência no ensino, pesquisa e extensão para atuar com qualidade na sociedade e promover

transformações sociais, políticas, inclusivas e sustentáveis, constituindo-se como instituição estratégica para as questões regionais, nacionais e internacionais.

Para o alcance dos seus objetivos, a UFDPPar conta com a seguinte estrutura organizacional:

Imagem 2 - Organograma da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPPar)



Fonte: ufdpar.edu.br

Conforme consta na Imagem 2, além da Reitoria e dos Conselhos Superiores, a UFDPPar tem suas atividades administrativas e didático-pedagógicas organizadas em Comitês e Comissões Permanentes, Órgão Suplementares, Unidades Administrativas de Graduação, Unidades Administrativas de Pós-Graduação e Unidades Especiais.

No que diz respeito especialmente às Pró-Reitorias, tratam-se de oito que contemplam as seguintes áreas: Administração (PRAD), Planejamento (PROPLAN), Gestão de Pessoas (PROGEP), Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC), Assuntos Estudantis (PRAE), Ensino de Graduação (PREG), Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (PROPOPI) e Extensão (PREX). O curso aqui proposto estará diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (PREG), mas contará com as demais unidades da instituição para seu pleno funcionamento. Atendendo ao disposto no Edital nº 23/2023 da CAPES, que orientou a presente proposta, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFDPPar vai contar também com

Coordenação Institucional, Coordenação Adjunta no Âmbito da proposta de Equidade, Coordenação de Curso e Coordenação Local.

Um aspecto que merece destaque no âmbito institucional para a oferta desse curso diz respeito à experiência da Universidade Federal do Piauí (UFPI) na oferta de cursos de Licenciatura em Educação do Campo. Essa instituição, que foi tutora da UFDPAr até 2023 e com a qual foi celebrado termo de parceria técnica até 2024, já tem experiência na oferta desse curso. Nas cidades de Teresina (Centro de Ciências da Educação), Picos (Campus Senador Helvídio Nunes de Barros) e Floriano (Campus Amílcar Ferreira Sobral), o curso é ofertado na área de Ciências da Natureza. Em Picos (Campus Professora Cinobelina Elvas), o curso é ofertado na área de Ciências Humanas e Sociais.

Não obstante, a UFPI também apresenta vasta experiência junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) desde a sua implementação na instituição em 2010. Atualmente, no âmbito do PARFOR da UFPI são ofertados os cursos de Educação Física, Geografia, Letras-Libras, Letras-Português, Pedagogia e História, distribuídos nos municípios de Teresina, Batalha, Castelo do Piauí, Currais, Floriano, Luzilândia, Miguel Alves, Pedro II e Piri-piri.

Assim, o repertório experiencial da UFPI na oferta do curso de Licenciatura em Educação do Campo e no PARFOR será de grande valia para o enfrentamento dos desafios iniciais da sua implementação na UFDPAr. Além disso, esta IES já tem experiência na oferta dos cursos de Licenciatura em Pedagogia (desde 1978), em Ciências Biológicas (2007) e em Matemática (2007) que serão de fundamental importância para o direcionamento desta nova licenciatura.

2 CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso

A LDB nº 9.394/96 destaca na educação do campo uma natureza própria reconhecendo a sua diversidade cultural, demonstrando o respeito às regionalidades, às formas de trabalho e de vida do campo, sinalizou para um currículo, metodologia e calendário escolar adequados às reais necessidades, anseios e situações vivenciadas pelos sujeitos do campo.

Tal modalidade de ensino reflete o reconhecimento da necessidade de uma educação que respeite as relações que os sujeitos do campo estabelecem com a terra na produção e

transformação das condições de sua própria existência. Além disso, consiste no reconhecimento e fortalecimento do processo de resistência e emancipação dos povos do campo, a partir das lutas por políticas públicas que garantam o seu direito à educação e propõem uma educação *no* campo, e que seja *do* campo. A “educação no campo” pressupõe que o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive e “do campo”, compreende que o povo tem direito a uma educação a partir das suas necessidades humanas e sociais e vinculada à sua cultura (CALDART, 2011).

A educação do campo, bem como a formação docente para atuação em escolas do e no campo, reconhece os saberes dos sujeitos do campo, os entende também como produtores de conhecimento, de cultura e de educação. A proposta de formação da Licenciatura em Educação do Campo busca superar concepções e práticas pedagógicas tradicionais, fragmentadas e desconectadas da realidade do campo, pois trata-se de uma perspectiva formativa fundamentada na leitura crítica da realidade social, política, cultural e econômica a qual a sociedade está inserida.

Para Caldart (2012, p. 264) “[...] a educação no campo reafirma e revigora uma concepção de educação na perspectiva emancipatória, vinculada a um projeto histórico, às lutas e à construção social e humana a longo prazo”. O foco principal da formação do educador do campo é a construção da sua identidade por meio da reflexão crítica sobre as suas práticas e sobre a sua profissão. Uma formação numa perspectiva transformadora comprometida com a formação para a cidadania e uma aprendizagem para a vida.

Para Molina e Sá (2012, p. 470), um dos maiores desafios dos docentes que atuam com a formação de educadores do campo consiste em

promover processos, metodologias e posturas docentes que permitam a necessária dialética entre educação e experiência, garantindo um equilíbrio entre rigor intelectual e valorização dos conhecimentos já produzidos pelos educandos em suas práticas educativas e em suas vivências socioculturais.

Nesse sentido, o educador que vai atuar nas escolas do campo deve conhecer e respeitar as peculiaridades dos estudantes do campo, por meio da valorização da cultura camponesa, da sua identidade e da cultura local. As escolas do e no campo podem contribuir para promover o desenvolvimento das comunidades por meio da valorização da agricultura familiar, a historicidade e a identidade de cada povo, com base na cultura, no artesanato, na religiosidade e nos saberes populares.

Os autores Molina e Antunes-Rocha (2014, p. 225), ressaltam ainda que:

A discussão acerca da formação de educadores na perspectiva da Educação do Campo exige que seja explicitado o projeto de sociedade, de campo e escola que se quer construir. Com esse conjunto é possível definir qual o perfil e que formação é necessária para fundamentar práticas coerentes com os princípios e valores que estruturam essa concepção.

Por essa razão, o curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFDPAr visa possibilitar uma sólida formação teórica para que os discentes, futuros professores, possam compreender os fundamentos históricos, filosóficos, políticos e sociais tão importantes para articular teoria e prática na educação do e no campo, com capacidade para analisar criticamente a realidade que os cercam a fim de enfrentar e solucionar os desafios e problemas postos pela sociedade.

O movimento da educação do e no campo exige dos cursos de formação de professores o reconhecimento dos seus saberes, dos valores, concepções de mundo e de educação como fundamento da sua formação (ARROYO, 2012). Nesse sentido, o curso proposto visa contribuir para a efetivação desse direito quando propõe um itinerário formativo que se organiza pautado na Pedagogia da Alternância, valorizando as vivências a serem promovidas no campo.

Conforme consta na Nota Técnica Conjunta GAB/SECADI nº 3, de 2016, os cursos de Licenciatura em Educação do Campo devem adotar a Alternância como principal estratégia curricular de organização das suas atividades formativas, promovendo vivências de ensino, pesquisa e extensão na universidade e nas comunidades.

Nessa lógica, o cursista vivencia um processo educativo que articula permanentemente a experiência que ocorre no interior da Instituição com a experiência de trabalho e do cotidiano de sua própria comunidade (práxis pedagógica). Ao cursista é demandado um trabalho reflexivo sobre as experiências vividas nesses cenários diferenciados; o protagonismo em sua própria formação; o engajamento nas vivências dos tempos educativos - TE [Tempo Escola] e TC [Tempo Comunidade], e a participação em seu contexto local, no sentido de transformá-lo socialmente.

Dentro dessa perspectiva, as atividades formativas do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFDPAr serão realizadas por meio da alternância entre o Tempo Universidade (TU), quando o discente viverá intenso período de estudos teóricos no âmbito das disciplinas do curso, e o Tempo Comunidade (TC), quando o discente, sob orientação dos professores daquelas disciplinas, realizará atividades de pesquisa e extensão nas suas comunidades. Tal metodologia visa oferecer as condições favoráveis ao desenvolvimento da práxis educativa e transformadora pela articulação teoria e prática do ensino de Ciências da Natureza em escolas do e no campo.

De acordo com Nosella (2007), a Pedagogia da Alternância chega ao Brasil na década de 1960 para introduzir uma prática de ensino baseada na realidade e na vivência de alunos de escolas agrícolas, promovendo a cultura do homem do campo, o resgate familiar, a economia, a sustentabilidade e a socialização nas comunidades rurais.

Em pesquisa que analisou as implicações dessa proposta pedagógica na formação de alunos de Escolas Família Agrícola da região do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Cruz e Binda (2021) verificaram que:

[...] a pedagogia da alternância exerce papel importante na formação de jovens do campo, os quais, em geral, após esse processo de ensino, permanecem nas propriedades rurais com um novo olhar, percebendo as diversas possibilidades para suas vidas. Isso demonstra que a formação voltada para a realidade do meio rural, como propõe a pedagogia da alternância, além de fazer a diferença na vida dos jovens que passam por ela, aos poucos modifica o meio em que as pessoas estão inseridas, morando, convivendo e investindo seus recursos.

Portanto, não trata-se apenas de alternar tempos e espaços ao longo do curso, trata-se de reconhecer a realidade dos discentes e das escolas do campo como pontos de partida e de chegada para uma formação sólida, contextualizada e, acima de tudo, comprometida com a transformação social. Diante disso, a Pedagogia da Alternância se apresenta como proposta pedagógica profícua ao alcance dos objetivos postos à formação de professores para atuar em escolas do e no campo.

De acordo com a Resolução CNE nº 2 de 2019, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), a organização curricular desses cursos deve ter como princípios norteadores:

- I - compromisso com a igualdade e a equidade educacional, como princípios fundantes da BNCC;
- II - reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado;
- III - respeito pelo direito de aprender dos licenciandos e compromisso com a sua aprendizagem como valor em si mesmo e como forma de propiciar experiências de aprendizagem exemplares que o professor em formação poderá vivenciar com seus próprios estudantes no futuro;
- IV - reconhecimento do direito de aprender dos ingressantes, ampliando as oportunidades de desenvolver conhecimentos, habilidades, valores e atitudes indispensáveis para o bom desempenho no curso e para o futuro exercício da docência;
- V - atribuição de valor social à escola e à profissão docente de modo contínuo, consistente e coerente com todas as experiências de aprendizagem dos professores em formação;

- VI - fortalecimento da responsabilidade, do protagonismo e da autonomia dos licenciandos com o seu próprio desenvolvimento profissional;
- VII - integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado;
- VIII - centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).
- IX - reconhecimento e respeito às instituições de Educação Básica como parceiras imprescindíveis à formação de professores, em especial as das redes públicas de ensino;
- X - engajamento de toda a equipe docente do curso no planejamento e no acompanhamento das atividades de estágio obrigatório;
- XI - estabelecimento de parcerias formalizadas entre as escolas, as redes ou os sistemas de ensino e as instituições locais para o planejamento, a execução e a avaliação conjunta das atividades práticas previstas na formação do licenciando;
- XII - aproveitamento dos tempos e espaços da prática nas áreas do conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, para efetivar o compromisso com as metodologias inovadoras e os projetos interdisciplinares, flexibilização curricular, construção de itinerários formativos, projeto de vida dos estudantes, dentre outros;
- XIII - avaliação da qualidade dos cursos de formação de professores por meio de instrumentos específicos que considerem a matriz de competências deste Parecer e os dados objetivos das avaliações educacionais, além de pesquisas científicas que demonstrem evidências de melhoria na qualidade da formação; e
- XIV - adoção de uma perspectiva intercultural de valorização da história, da cultura e das artes nacionais, bem como das contribuições das etnias que constituem a nacionalidade brasileira.

Os princípios postos pela referida Resolução serão norteadores do nosso curso em consonância com as especificidades da educação do e no campo. Assim, a valorização do protagonismo discente, a relação teoria e prática, o estabelecimento de parcerias, a valorização da diversidade étnico-cultural e os demais princípios serão concretizados por meio do diálogo constante com os movimentos sociais do campo.

Não se pode perder de vista também que, de acordo com Caldart (2004), na construção das propostas pedagógicas de educação do campo é preciso ter como ponto de partida o diálogo com as teorias pedagógicas, com a tradição do pensamento pedagógico socialista, bem como a interlocução com a Pedagogia do Oprimido e as experiências da Educação Popular.

Segundo Silva Filho (2014), tanto a educação do campo quanto a pedagogia freireana constituem meios de resistência à lógica do capital que invade a vida no campo. Por sua vez, Macedo, Amorim e Silva (2020) destacam que a proposta pedagógica de Paulo Freire tem seu grande potencial no desenvolvimento da consciência crítica e da emancipação popular do trabalhador do campo partindo do entendimento de que a leitura do mundo não apenas precede à leitura da palavra, mas também é fundamental para o desenvolvimento daquele nível de consciência.

Nesse sentido, a leitura de mundo, especialmente a leitura crítica das condições de vida e de trabalho no campo, deve assumir o lugar de objeto mesmo da prática pedagógica dos educadores do campo e, conseqüentemente, das atividades de ensino, pesquisa e extensão a serem realizadas no nosso curso. Nessa direção, será possível promover uma educação do e no campo “[...] que não se limita ao processo instrucional, que tem como base a historicidade e o processo formativo do ser humano” (MACEDO; AMORIM; SILVA, 2020, p. 5).

2.2 Objetivos do curso

Objetivo geral

Formar educadores e educadoras em exercício na rede pública da Educação Básica para atuar na área de Ciências da Natureza (Física, Química e Biologia) nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio comprometidos com os princípios da Educação do Campo e o desenvolvimento social sustentável, visando promover práticas educativas coerentes com a realidade das comunidades camponesas (tradicionais), fundamentada na democratização da ciência e tecnologia.

Objetivos específicos

- Implantar a Licenciatura em Educação do Campo para o desenvolvimento social sustentável, comprometida com sistematização dos diagnósticos sociais existentes, identificando as demandas e legitimando formas sustentáveis locais e coletivas de seu enfrentamento;
- Habilitar para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, profissionais em exercício na Educação Básica que ainda não possuam a titulação mínima exigida pela legislação educacional em vigor;
- Promover uma pedagogia da alternância com um currículo vivo, problematizando os dados junto às comunidades, as universidades, promotorias, secretarias, conselhos e conferências municipais e estaduais para legitimar modos cooperados de materializar direitos sociais e desenvolvimento sustentável pela acessibilidade e usabilidade comunitária da formação científica e tecnológica, contribuindo com a segurança alimentar agroecológica, educação do campo e seus princípios, saúde, mobilidade (terrestre e náutica), lazer, trabalho, arte, renda, entre outros;

- Proporcionar em conjunto com o educador uma escola formadora de sujeitos articulados a um projeto de emancipação humana e elevar o nível de conhecimento e de competência profissionais dos docentes em exercício na Educação Básica pública, com vista à melhoria da qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem e do desempenho escolar dos alunos de escolas do e no campo;
- Formar sujeitos do campo para a docência em Ciências da Natureza nos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos em escolas do e no campo, possibilitando um espaço de valorização dos diversos saberes constituídos a partir da realidade do educando;
- Desenvolver estratégias de formação docente pautada em uma proposta curricular que valoriza a relação teoria e prática por meio das vivências em escolas do e no campo;
- Capacitar os educandos para buscar junto aos órgãos públicos locais como Secretarias e Conselhos Municipais, escolas, promotorias, ONGs e comunidades, documentos e informações acerca dos diagnósticos sociais existentes, analisando os dados conforme as potências dos programas dos Ministérios, Secretarias Estaduais e órgãos financiadores, segundo vazios e potencialidades de cada município;
- Promover junto ao licenciando uma compreensão interdisciplinar das relações entre os processos integradores e dos conceitos físicos, químicos da Natureza, tanto na sua expressão biológica como em sua expressão inanimada;
- Construir conhecimentos para uma gestão de processos educativos nas comunidades com: preparação específica para o trabalho formativo e organizativo com as famílias e ou grupos sociais de origem dos educandos, para liderança de equipes e para a implementação de iniciativas e ou projetos de desenvolvimento comunitário sustentável que incluam a participação da escola;
- Viabilizar uma formação teórico-metodológica sólida para os educadores do campo a fim de que possam desenvolver estratégias didático-pedagógicas coerentes e favorecedoras de uma formação humana crítica, reflexiva, criativa e transformadora da sua realidade;
- Articular o processo de aprendizagem formal com espaços educativos informais, como aqueles construídos nos movimentos sociais camponeses, destacando os diferentes saberes, tempos e perfis das populações do campo;
- Estabelecer espaços de diálogo entre as áreas de conhecimento, contribuindo para ampliar a compreensão das práticas pedagógicas sociais como produtoras de significados, possibilitando que o tempo-comunidade, seja um espaço de troca de

experiência entre os educandos, criando tempos coletivos de acompanhamentos das atividades planejadas;

- Criar estratégias formativas, em nível superior, no espaço territorial de convivência dos povos do campo, tornando-os aptos a trabalharem estratégias para desenvolvimento social, histórico, cultural, ambiental, econômico, político e ético, integrando os conhecimentos do currículo de forma interdisciplinar, conectando os diversos saberes, por meio da reflexão-ação.

2.3 Perfil do egresso

O curso de Licenciatura em Educação do Campo - Área Ciências da Natureza visa formar profissionais docentes para trabalhar os conteúdos de Química, Física e Biologia de maneira contextualizada nos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Assim, seus egressos devem ser docentes que adotem práticas didático-pedagógicas coerentes com as especificidades dos objetos de estudo dessas áreas, mas também coerentes às demandas postas pela educação do e no campo.

Considerando as orientações que constam na Resolução CNE nº 1 de 2002, o professor a ser formado no curso proposto deve nortear sua prática educativa pela articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável. Sua prática precisa estar articulada com a identidade da escola do e no campo, podendo ocorrer em outros e diversos espaços pedagógicos, sem perder de vista essa escola como unidade educacional-transformadora da comunidade.

Não obstante, espera-se que o egresso do curso desenvolva uma prática docente que contemple a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. Tal prática deve ainda evidenciar a relevância que os conhecimentos produzidos no âmbito das Ciências da Natureza oferecem para explicar, intervir e transformar a realidade campesina, atendendo as demandas dos sujeitos que a constituem. Para contemplar esse processo deverão apresentar o seguinte perfil de um educador que:

- Interaja com os educandos e a comunidade, visando o desenvolvimento sustentável, respeitando as diversidades e os saberes populares;
- Incentive e possibilite saberes ligados ao planejamento, monitoramento e manejo de sistemas agroecológicos;
- Projete e execute atividades de educação baseadas nos princípios e nas Diretrizes da

Educação do Campo e atue com autonomia na construção de novos conhecimentos e práticas inovadoras no âmbito da Educação do Campo;

- Atue com respeito à especificidade da gestão das escolas no campo.
- Desenvolva processos de aprendizagem que extrapolem a formação por disciplina, professor, aluno e sala de aula;
- Estimule experiências em educação do campo com as comunidades locais, respeitando as especificidades e os saberes construídos pelos sujeitos do campo e contribua para a construção de uma vida ambientalmente sustentável;
- Articule o processo de aprendizagem formal com espaços educativos informais, como aqueles construídos nos movimentos sociais camponeses;
- Organize trabalhos pedagógicos que respeitem os espaços e tempos diferenciados da vida e da escola do e no campo;
- Construa processos de aprendizagem que analisam e possibilitam uma reflexão sobre a estrutura fundiária em nossa história, as tensões no campo entre o latifúndio, a monocultura, o agronegócio e a agricultura familiar, os problemas da reforma agrária, a expulsão da terra, os movimentos de luta pela terra e pela agricultura camponesa.
- Compreenda criticamente a história da vida camponesa desde a ótica dos sujeitos subjugados pelos poderes dos que exploram, colonizam e agridem seus modos e suas vidas, suas comunidades, articulando resistência e alternativas cooperadas de emancipação e qualificação social;
- Substancie interdisciplinarmente sua formação continuada e do meio onde está baseando-a em leituras/planificações/intervenções e avaliações processuais como um modo de viver a função educativa de si e com os outros;
- Desenvolva com os sujeitos escolares e da comunidade que reconheça os saberes locais, informais e suas múltiplas relações com a educação formal;
- Empreenda alternativas inerentes à sociedade civil organizada e que impactem no desenvolvimento de manejos agroecológicos com base na agricultura familiar;
- Valorize as especificidades do planejamento do trabalho pedagógico na perspectiva emancipatória, zelando pelo papel de organização da comunidade que a Educação do e no Campo deve empreender como uma biopolítica, respeitando os espaços e tempos da vida, da escola e dos sujeitos do campo;
- Reflita permanentemente sobre a escola como formadora de sujeitos articulada ao projeto de formação humana.
- Posicione-se como sujeito capaz de refletir sobre suas atividades, capaz de reconhecer

erros e de corrigir de forma ética.

2.4 Competências e Habilidades

Conforme consta na Resolução CNE nº 2 de 2019, os egressos de cursos de licenciatura devem apresentar algumas competências docentes gerais, a saber:

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e

concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

Além destas competências gerais, os professores da Educação Básica precisam ainda apresentar competências específicas que constituem três grandes dimensões: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional, conforme consta abaixo:

§ 1º As competências específicas da dimensão do conhecimento profissional são as seguintes:

- I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;
- II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
- III - reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e
- IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

§ 2º As competências específicas da dimensão da prática profissional compõem-se pelas seguintes ações:

- I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;
- II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem;
- III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e
- IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

§ 3º As competências específicas da dimensão do engajamento profissional podem ser assim discriminadas:

- I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;
- II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
- III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e
- IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

Tais competências se desdobram em habilidades específicas que são listadas na mesma Resolução CNE nº 2 de 2019 e que contemplam aspectos que vão desde “demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar” até “demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar”.

Além dessas habilidades específicas apresentadas na referida Resolução, também destacamos:

- Apresentar sólido repertório teórico e metodológico por meio da articulação teoria e prática no desenvolvimento de uma prática educativa coerentemente contextualizada;

- Dominar conteúdos básicos que constituem objetos de estudo na área de Ciências da Natureza e objetos de ensino e aprendizagem dessa área nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio;
- Problematizar, com compromisso social, os conhecimentos científicos e o próprio processo de elaboração destes considerando as especificidades da sua área de atuação em Ciências da Natureza;
- Usar de criatividade e postura crítica na investigação e na produção de novos conhecimentos sobre a realidade do campo e suas implicações educacionais;
- Apresentar consciência crítica e reflexiva a respeito das determinações sociais, históricas e culturais da educação e da sua prática docente em escolas do e no campo;
- Compreender as relações possíveis entre a produção científica em Ciências da Natureza, a educação em ciências e diferentes propostas de divulgação científica;
- Reconhecer a dimensão política do seu fazer docente diante do seu potencial transformador da realidade, considerando as demandas específicas das comunidades do campo;
- Desenvolver estratégias de ensino que valorizem a diversidade cultural e respeitem as regionalidades e diferentes formas de trabalho e de vida no campo;
- Planejar, promover e avaliar práticas didático-pedagógicas ancoradas em currículos, projetos e calendário escolar adequados às reais necessidades, anseios e vivências de comunidades campesinas;
- Propor e realizar atividades educativas no campo nas áreas de Educação do Campo e Ciências da Natureza, mobilizando a participação da comunidade escolar nesses processos e visando a melhoria das condições de vida da coletividade contemplada.

2.5 Perfil do corpo docente

Um dos papéis creditado a docência é possibilitar aos futuros educadores, o exercício do processo de ação-reflexão-ação na prática, fortalecendo a sua formação numa perspectiva emancipatória, através de estágios e acompanhamento das atividades pedagógicas, onde possam exercitar a prática docente, em uma articulação entre teoria e prática.

Consolidação entre ensino como emancipação, pesquisa como princípio educativo e extensão desde o início do curso, possibilitando aos futuros educadores a investigação e análise crítica do contexto educacional, propondo alternativas para os problemas verificados na prática educativa, através de planos de pesquisa.

Além disso, este curso está sendo proposto no âmbito do Edital nº 23/2023 do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (Parfor Equidade). Dessa forma, o corpo docente do curso será constituído por profissionais docentes selecionados mediante edital específico para processo seletivo simplificado a ser lançado semestralmente. Nos certames serão priorizados professores formadores que constituem o quadro de docentes efetivos desta instituição, que estejam em efetivo exercício em sala de aula ministrando disciplina em curso de licenciatura e que possuam título de mestre ou doutor, além da observância aos demais requisitos estabelecidos na Portaria Capes nº 220, de 21 de dezembro de 2021.

Nesse sentido, apresentamos as informações básicas referentes aos docentes que constituem o quadro de professores dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Ciências Biológicas da UFDPAr e que poderão integrar e equipe de professores formadores do Curso de Licenciatura em Educação do Campo na área de Ciências da Natureza:

DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	CURSO VINCULADO
Cleidivan Alves dos Santos	Doutor	DE	Pedagogia
Cloris Violeta Alves Lopes	Doutora	DE	Pedagogia
Edmara de Castro Pinto	Doutora	DE	Pedagogia
Élido Santiado da Silva	Doutor	DE	Pedagogia
Francisco Antonio Machado Araujo	Doutor	DE	Pedagogia
Flávio Rovani de Andrade	Doutor	DE	Pedagogia
Gilvana Pessoa de Oliveira	Doutora	DE	Pedagogia
Lucélia Costa Araújo	Doutora	DE	Pedagogia
Luciana Matias Cavalcante	Doutora	DE	Pedagogia
Marly Macedo	Doutora	DE	Pedagogia
Osmar Rufino Braga	Doutor	DE	Pedagogia
Adriana Cristina Mancin	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Anderson Guzzi	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Antônio Alves Tavares	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Cíntia Martins Perinotto	Doutor	DE	Ciências Biológicas

Eudes Ferreira Lima	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Francilene Leonel Campos	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Geórgia de Souza Tavares	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Ivanilza Moreira de Andrade	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Jand Venes Rolim Medeiros	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Jesus Rodrigues Lemos	Doutor	DE	Ciências Biológicas
João Marcos de Góes	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Johnson Fernandes Nogueira	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Maria Rejane Lima Brandim	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Rosana Aquino de Souza	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Ruceline Paiva Melo Lins	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Valdevane Rocha Araújo	Doutor	DE	Ciências Biológicas

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 Estrutura e organização curricular

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências da Natureza, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), tem suas atividades formativas organizadas em 38 disciplinas obrigatórias (2.235h), 2 disciplinas optativas (120h), Estágio Supervisionado (405h) distribuído no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, Trabalho de Conclusão de Curso I (60h) e Trabalho de Conclusão de Curso II (60h), além de 8 Atividades Curriculares de Extensão (345h) distribuídas ao longo de 8 períodos letivos. As atividades complementares deverão perfazer 200 horas.

1º PERÍODO

COMPONENTES CURRICULARES	TIPO	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
ACEX I - Reconhecimento da Realidade Campesina: aspectos filosóficos, históricos e culturais	Atividade Curricular de Extensão	0.0.0.2	30h	-

Filosofia da Educação	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do Campo	Disciplina	2.2.0.0	60h	-
História, Identidade e Memória dos Povos do Campo	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação do Campo	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
Psicologia da Educação	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
História da Educação	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
Seminário de Introdução ao Curso	Disciplina	1.0.0.0	15h	-
TOTAL		18.7.0.2	405h	

2º PERÍODO

COMPONENTES CURRICULARES	TIPO	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
ACEX II - Educação do Campo: aspectos sociais, legais e políticas públicas	Atividade Curricular de Extensão	0.0.0.3	45h	ACEX I
Didática Geral	Disciplina	2.2.0.0	60h	Psicologia da Educação
Educação e Movimentos Sociais do Campo	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
Legislação e Organização da Educação Básica	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
Políticas Públicas de Educação do Campo	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
Sociologia da Educação	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
Teoria do Currículo e Sociedade	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
TOTAL		17.7.0.3	405h	

3º PERÍODO

COMPONENTES CURRICULARES	TIPO	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
ACEX III - Educação do Campo: conteúdos fundamentais ao ensino de Ciências da Natureza	Atividade Curricular de Extensão	0.0.0.3	45h	ACEX II
Química Básica	Disciplina	3.1.0.0	60h	-

Biologia Celular	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
Astronomia Básica	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
Protoctistas e Fungos	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
Ecologia	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
Matemática para o Ensino de Ciências	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
TOTAL		18.6.0.3	405h	

4º PERÍODO

COMPONENTES CURRICULARES	TIPO	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
ACEX IV - Educação do Campo e Ciências da Natureza: aprendizagem e aspectos didático-pedagógicos	Atividade Curricular de Extensão	0.0.0.3	45h	ACEX III
Metodologia do Ensino de Ciências	Disciplina	2.2.0.0	60h	-
Química Orgânica	Disciplina	3.1.0.0	60h	Química Básica
Embriologia e Histologia Humana	Disciplina	3.1.0.0	60h	Biologia Celular
Gestão e Organização da Escola do Campo	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
Genética	Disciplina	3.1.0.0	60h	Biologia Celular
Avaliação da Aprendizagem	Disciplina	3.1.0.0	60h	Didática Geral
TOTAL		17.7.0.3	405h	

5º PERÍODO

COMPONENTES CURRICULARES	TIPO	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
ACEX V - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Fundamental e o ensino de Ciências	Atividade Curricular de Extensão	0.0.0.3	45h	ACEX IV
Metodologia do Ensino de Biologia	Disciplina	2.2.0.0	60h	Didática Geral
Anatomia e Fisiologia Humana	Disciplina	3.1.0.0	60h	Embriologia e Histologia Humana
Biologia Vegetal	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
Evolução	Disciplina	3.1.0.0	60h	Genética

Estágio Supervisionado I	Estágio	0.0.9.0	135h	-
TOTAL		11.5.9.3	420h	

6º PERÍODO

COMPONENTES CURRICULARES	TIPO	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
ACEX VI - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Médio e o ensino de Biologia e Química	Atividade Curricular de Extensão	0.0.0.3	45h	ACEX IV
Metodologia do Ensino de Química	Disciplina	2.2.0.0	60h	Didática Geral
Termodinâmica e Óptica	Disciplina	3.1.0.0	60h	Matemática Para o Ensino de Ciências
Biologia Animal	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
Eletromagnetismo	Disciplina	3.1.0.0	60h	Matemática Para o Ensino de Ciências
Estágio Supervisionado II	Estágio	0.0.9.0	135h	Estágio Supervisionado I
TOTAL		11.5.9.3	420h	

7º PERÍODO

COMPONENTES CURRICULARES	TIPO	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
ACEX VII - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Médio e o ensino de Biologia e Física	Atividade Curricular de Extensão	0.0.0.3	45h	ACEX VI
Metodologia do Ensino de Física	Disciplina	2.2.0.0	60h	Didática Geral
Libras	Disciplina	2.2.0.0	60h	-
Mecânica	Disciplina	3.1.0.0	60h	Matemática Para o Ensino de Ciências
TCC I	TCC	3.1.0.0	60h	Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do Campo
Estágio Supervisionado III	Estágio	0.0.9.0	135h	Estágio Supervisionado II
TOTAL		10.6.9.3	420h	

8º PERÍODO

COMPONENTES CURRICULARES	TIPO	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
ACEX VIII - Pesquisa como Princípio Educativo na Educação do Campo	Atividade Curricular de Extensão	0.0.0.3	45h	ACEX VII
Química Experimental	Disciplina	1.3.0.0	60h	Química Básica
Ética e Educação	Disciplina	1.1.0.0	30h	-
Agroecologia e Campesinato	Disciplina	1.1.0.0	30h	-
TCC II	TCC	1.3.0.0	60h	TCC I
Optativa I	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
Optativa II	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
TOTAL		10.10.0.3	345h	

DISCIPLINAS OPTATIVAS

COMPONENTES CURRICULARES	TIPO	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
Física para o Ensino Médio	Disciplina	3.1.0.0	60h	Matemática para o Ensino de Ciências
Química para o Ensino Médio	Disciplina	3.1.0.0	60h	Matemática para o Ensino de Ciências; Química Básica
Educação e Cultura Popular	Disciplina	3.1.0.0	60h	Sociologia da Educação
Sociologia Rural	Disciplina	3.1.0.0	60h	Sociologia da Educação
Aspectos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	Disciplina	3.1.0.0	60h	Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação do Campo
Educação Especial	Disciplina	3.1.0.0	60h	Psicologia da Educação; Didática Geral
Educação, Estado e Direitos Humanos	Disciplina	3.1.0.0	60h	Sociologia da Educação; Filosofia da Educação

Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
Informática na Educação	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
Educação Ambiental	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
Ensino de Ciências por Investigação	Disciplina	3.1.0.0	60h	-
Biofísica	Disciplina	3.1.0.0	60h	Matemática para o Ensino de Ciências
Físico-Química	Disciplina	3.1.0.0	60h	Química Básica
Atividades Produtivas do Campo	Disciplina	3.1.0.0	60h	-

3.1.1 Prática como componente curricular

A Prática como Componente Curricular (PCC) trata-se de uma especificidade dos cursos de licenciatura e consiste na vivência de atividades formativas voltadas para a prática diretamente relacionada ao exercício da docência. Consiste, portanto, em possibilidade real de efetivação da práxis, por meio da relação dialética entre teoria e prática promovida sob orientação dos professores formadores nas atividades didático-pedagógicas de diferentes disciplinas que integram o currículo do curso.

De acordo com Oliveira e Brito (2017), a PCC é concebida como tempo/espaço de ampliação e de fortalecimento das dimensões relativas à docência na formação inicial, criando oportunidades de confrontação com a realidade educacional e mobilizando processos inerentes à própria constituição da identidade docente. Nesse sentido, a PCC é elemento indispensável da grade curricular dos cursos de formação de professores, sobretudo numa perspectiva que considere a importância de relacionar a teoria com uma prática social, cultural e historicamente situada.

No Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFDPAr a Prática como Componente Curricular (PCC) se efetivará mediante a atribuição de créditos teórico-práticos em disciplinas do currículo que priorizam competências e habilidades “[...] requeridas para a docência, tais como planejamento, avaliação e conhecimento do conteúdo” (BRASIL, 2019, Artigo 15), o que inclui aquelas disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica.

Conforme consta na Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores da Educação Básica (BNC-Formação), a Prática como Componente Curricular deve integrar pelo menos 400 (quatrocentas) horas distribuídas nas disciplinas ao longo do curso, desde o seu início, não devendo ser confundida com as atividades práticas do Estágio Supervisionado Obrigatório. Assim o Parecer CNE/CP nº 28/2001 distingue a PCC do Estágio Supervisionado:

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente [...] de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.

Esta correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar.

A prática, como componente curricular, que terá necessariamente a marca dos projetos pedagógicos das instituições formadoras, ao transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar, pode envolver uma articulação com os órgãos normativos e com os órgãos executivos dos sistemas. Com isto se pode ver nas políticas educacionais e na normatização das leis uma concepção de governo ou de Estado em ação. Pode-se assinalar também uma presença junto a agências educacionais não escolares tal como está definida no Art. 1º da LDB. Professores são ligados a entidades de representação profissional cuja existência e legislação eles devem conhecer previamente. Importante também é o conhecimento de famílias de estudantes sob vários pontos de vista, pois eles propiciam um melhor conhecimento do *ethos* dos alunos. (BRASIL, 2001, p. 9).

Diante disso, na Tabela 3 consta a carga horária de Prática como Componente Curricular que integra as disciplinas obrigatórias do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFDFPar:

DISCIPLINAS	CRÉDITOS PCC	CARGA HORÁRIA PCC
Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do Campo	2	30h
História, Identidade e Memória dos Povos do Campo	1	15h
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação do Campo	1	15h
Didática Geral	2	30h
Educação e Movimentos Sociais do Campo	1	15h
Legislação e Organização da Educação Básica	1	15h
Políticas Públicas de Educação do Campo	1	15h

Metodologia do Ensino de Ciências	2	30h
Gestão e Organização da Escola do Campo	1	15h
Avaliação da Aprendizagem	1	15h
Metodologia do Ensino de Biologia	2	30h
Metodologia do Ensino de Química	2	30h
Metodologia do Ensino de Física	2	30h
Ética e Educação	1	15h
Libras	2	30h
Química Básica	1	15h
Química Orgânica	1	15h
Biologia Celular	1	15h
Astronomia Básica	1	15h
Ecologia	1	15h
TOTAL	27	405h

3.2 Fluxograma

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período
ACEX I - Reconhecimento da Realidade Campesina: aspectos filosóficos, históricos e culturais 30h – 0.0.0.2	ACEX II - Educação do Campo: aspectos sociais, legais e políticas públicas 45h – 0.0.0.3	ACEX III - Educação do Campo: conteúdos fundamentais ao ensino de Ciências da Natureza 45h – 0.0.0.3	ACEX IV - Educação do Campo e Ciências da Natureza: aprendizagem e aspectos didático-pedagógicos 45h – 0.0.0.3	ACEX V - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Fundamental e o ensino de Ciências 45h – 0.0.0.3	ACEX VI - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Médio e o ensino de Biologia e Química 45h – 0.0.0.3	ACEX VII - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Médio e o ensino de Biologia e Física 45h – 0.0.0.3	ACEX VIII - Pesquisa como Princípio Educativo na Educação do Campo 45h – 0.0.0.3
Filosofia da Educação 60h - 3.1.0.0	Didática Geral 60h - 2.2.0.0	Química Básica 60h - 3.1.0.0	Metodologia do Ensino de Ciências 60h - 2.2.0.0	Metodologia do Ensino de Biologia 60h - 2.2.0.0	Metodologia do Ensino de Química 60h - 2.2.0.0	Metodologia do Ensino de Física 60h - 2.2.0.0	Química Experimental 60h - 1.3.0.0
Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do Campo 60h - 2.2.0.0	Educação e Movimentos Sociais do Campo 60h - 3.1.0.0	Biologia Celular 60h - 3.1.0.0	Química Orgânica 60h - 3.1.0.0	Anatomia e Fisiologia Humana 60h - 3.1.0.0	Termodinâmica e Óptica 60h - 3.1.0.0	Libras 60h - 2.2.0.0	Ética e Educação 30h - 1.1.0.0
História, Identidade e Memória dos Povos do Campo 60h - 3.1.0.0	Legislação e Organização da Educação Básica 60h - 3.1.0.0	Astronomia Básica 60h - 3.1.0.0	Embriologia e Histologia Humana 60h - 3.1.0.0	Biologia Vegetal 60h - 3.1.0.0	Biologia Animal 60h - 3.1.0.0	Mecânica 60h - 3.1.0.0	Agroecologia e Campesinato 30h – 1.1.0.0
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação do Campo 60h - 3.1.0.0	Políticas Públicas de Educação do Campo 60h - 3.1.0.0	Protoctistas e Fungos 60h - 3.1.0.0	Gestão e Organização da Escola do Campo 60h - 3.1.0.0	Evolução 60h - 3.1.0.0	Eletromagnetismo 60h - 3.1.0.0	TCC I 60h - 3.1.0.0	TCC II 60h - 1.3.0.0
Psicologia da Educação 60h - 3.1.0.0	Sociologia da Educação 60h - 3.1.0.0	Ecologia 60h - 3.1.0.0	Genética 60h - 3.1.0.0	Estágio Supervisionado I 135h - 0.0.9.0	Estágio Supervisionado II 135h - 0.0.9.0	Estágio Supervisionado III 135h - 0.0.3.0	Optativa I 60h - 3.1.0.0
História da Educação 60h - 3.1.0.0	Teoria do Currículo e Sociedade 60h - 3.1.0.0	Matemática para o Ensino de Ciências 60h – 3.1.0.0	Avaliação da Aprendizagem 60h - 3.1.0.0				Optativa II 60h - 3.1.0.0
Seminário de Introdução ao Curso 15h - 1.0.0.0							

Carga Horária Total do Curso

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	2.235	149
Disciplinas Optativas	120	8
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	120	8
Estágio Supervisionado Obrigatório	405	27
Atividades Curriculares de Extensão (ACEX)	345	23
Atividades Complementares	200	-
TOTAL	3.425	215

3.3 Estágio, atividades complementares, extensão e trabalho de conclusão

3.3.1 Estágio

O Estágio Supervisionado constitui componente curricular obrigatório para os cursos de formação de professores no âmbito da UFDPAr. Assim, sua realização é imprescindível à integralização da carga horária do curso conforme determinado pela Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

A mesma Resolução determina ainda em seu Artigo 15 que no Estágio Supervisionado “[...] a prática deverá ser engajada e incluir a mobilização, a integração e a aplicação do que foi aprendido no curso, bem como deve estar voltada para resolver os problemas e as dificuldades vivenciadas nos anos anteriores de estudo e pesquisa”. Trata-se, portanto, de oportunidade privilegiada de articulação dialética entre teoria e prática para promover uma sólida formação docente aos cursistas do PARFOR EQUIDADE.

No âmbito do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, o Estágio Supervisionado se configura não apenas como espaço/tempo de aplicação prática dos conhecimentos teóricos aprendidos nas demais disciplinas, trata-se, sobretudo, de profícua mediação pedagógico-formativa que valoriza os modos de viver, de produzir e de estudar no campo. Assim como as demais atividades acadêmicas a serem realizadas no Tempo Comunidade (TC), o Estágio

Supervisionado será realizado observando-se as especificidades do contexto sócio-cultural-educacional dos estudantes e seus territórios.

Nessa direção, a carga horária total de 405 horas destinada ao Estágio Supervisionado Obrigatório será distribuída em três estágios com carga horária de 135h cada, contemplando as disciplinas que constituem a área de Ciências da Natureza distribuídas ao longo dos anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. No Estágio serão desenvolvidas atividades de observação da realidade educacional do e no campo; de participação nas atividades didático-pedagógicas por meio de auxílio prestado ao professor supervisor de campo; de regência de aulas, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio; além da elaboração e execução de projetos de intervenção que visem a melhoria do ensino sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo.

Esse componente curricular será ofertado nos períodos letivos V, VI e VII desenvolvido em momento pedagógico posterior ao Tempo Universidade, em consonância com o período letivo da rede Municipal e Estadual de ensino da região atendida pelo Curso. Para a execução de cada um dos estágios ficará a cargo do professor orientador o estabelecimento dos métodos e ferramentas para condução e avaliação das atividades deste componente curricular, de modo que o cumprimento da carga horária estabelecida para observação e regência contemple os objetivos do curso.

3.3.2 Atividades Complementares

As Atividades Complementares consistem em experiências natureza acadêmico-científico-culturais de aprofundamento dos cursistas em áreas específicas de interesse do seu curso, devendo perfazer uma carga horária total de 200 horas. Assim como o Estágio Supervisionado, as Atividades Complementares tratam-se de componente curricular obrigatório, sendo indispensáveis a integralização da carga horária do curso.

Tais atividades constituem mais uma estratégia que visa garantir a necessária articulação teoria e prática na formação superior, mas também especialmente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão visto que essas atividades contemplam vivências dessas três dimensões. Não obstante, as Atividades Complementares também configuram a oportunidade de ampliar as experiências formativas dos cursistas para além dos tempos e espaços desta IES uma vez que para contabilizar a carga horária total desse componente serão aceitas atividades de pesquisa e de extensão realizadas pelo discente em outras instituições, desde que apresentada

a devida documentação e que tenham seu objeto relacionado à área do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Essas atividades incluem: participação em eventos, discussões temáticas, integração de equipe de projetos de pesquisa e/ou de extensão, publicações científicas, apresentação de trabalhos em eventos científicos e culturais, atuação em órgãos de representação, atividades voluntárias, além de outras a juízo do Colegiado do Curso e a serem regulamentadas em instrumento normativo próprio.

No calendário acadêmico desta IES é previsto semestralmente o período para solicitação de registro de atividades complementares de graduação junto à Coordenação do Curso. Cabe ao Coordenador avaliar o desempenho do aluno nas atividades complementares de graduação, de acordo com os prazos estipulados no calendário acadêmico, emitindo a decisão do deferimento ou não.

Os casos de alunos ingressos no curso através de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiverem participado de atividades complementares de graduação, serão avaliados pela coordenação do curso, que poderá computar o total ou apenas parte da carga horária atribuída pela Instituição ou curso de origem. Os alunos ingressos como portadores de curso superior deverão desenvolver normalmente as atividades complementares requeridas pelo curso. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso e encaminhados às unidades administrativas competentes.

3.3.3 Atividades Curriculares de Extensão

De acordo com o Artigo 1º da Resolução CONSEPE/UFDPAr nº 93, de 14 de julho de 2022:

Compreende-se por integralização curricular da extensão as atividades de extensão que se integram à matriz curricular de cada curso, constituindo processos interdisciplinares, caracterizados pelos aspectos políticos, socioculturais, ambientais, científicos e tecnológicos que fortalecem os vínculos entre universidade e os demais setores da sociedade, integradas ao ensino e à pesquisa.

Trata-se, portanto, da integração de atividades de extensão como componentes obrigatórios da matriz curricular dos cursos de graduação. Essa estratégia visa garantir a efetiva realização da extensão ao longo dos cursos de formação em nível superior a fim de que esta dimensão receba igual atenção diante das demais com as quais a mesma constitui a tríade indissociável da universidade: o ensino e a pesquisa.

A organização curricular da extensão no âmbito da UFDPAr é regulamentada conforme a Resolução CONSEPE nº 93, de 14 de julho de 2022, e atende ao disposto em nível nacional pela Resolução MEC nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na meta 12.7 da Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 a 2024. De acordo com a Estratégia 12.7, referente à Meta 12 desse PNE, deve-se “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Dessa forma, as Atividades Curriculares de Extensão (ACEX) no Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências da Natureza foram pensadas como componentes curriculares obrigatórios distribuídos ao longo dos oito (8) períodos letivos do curso, uma ACEX por período, totalizando 345 horas que correspondem a 10% da carga horária total do curso (3.425 horas). De acordo com o Guia de Curricularização da Extensão da UFDPAr (2023, p. 29):

São consideradas como ACEX as atividades de extensão desenvolvidas como programas, projetos, cursos, eventos de extensão e prestação de serviços com a participação direta do discente, atuando como protagonista e compondo a equipe de execução das atividades de extensão, cadastradas como ACEX na PREX.

As ACEX se distinguem das Atividades Complementares uma vez que naquelas os cursistas atuarão como executores ou organizadores das atividades. No curso proposto, as Atividades Curriculares de Extensão (ACEX) são componentes curriculares obrigatório que aparecem em forma de disciplina na matriz curricular dada às particularidades do PARFOR, abrangendo atividades desenvolvidas por discentes, relacionadas a cursos, eventos, prestação de serviços, projetos e programas, considerando também as especificidades da Pedagogia da Alternância que perpassa as mediações pedagógicas do Tempo Universidade (TU) e do Tempo Comunidade (TC).

No quadro abaixo são apresentadas as Atividades Curriculares de Extensão (ACEX) que integram a grade curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências da Natureza:

ACEX	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA	PERÍODO
ACEX I - Reconhecimento da Realidade Campesina: aspectos filosóficos, históricos e culturais	0.0.0.2	30h	1º Período
ACEX II - Educação do Campo: aspectos sociais, legais e políticas públicas	0.0.0.3	45h	2º Período
ACEX III - Educação do Campo: conteúdos fundamentais ao ensino de Ciências da Natureza	0.0.0.3	45h	3º Período
ACEX IV - Educação do Campo e Ciências da Natureza: aprendizagem e aspectos didático-pedagógicos	0.0.0.3	45h	4º Período
ACEX V - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Fundamental e o ensino de Ciências	0.0.0.3	45h	5º Período
ACEX VI - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Médio e o ensino de Biologia e Química	0.0.0.3	45h	6º Período
ACEX VII - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Médio e o ensino de Biologia e Física	0.0.0.3	45h	7º Período
ACEX VIII - Pesquisa como Princípio Educativo na Educação do Campo	0.0.0.3	45h	8º Período
TOTAL	23	345h	

A realização das ACEX é obrigatória para todos os estudantes do curso, sendo a integralização curricular da carga horária prevista no PPC, para este componente, condição para conclusão do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Área Ciências da Natureza.

3.3.4 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) corresponde a uma produção acadêmica que visa expressar as competências e habilidades desenvolvidas ao longo do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências da Natureza. As aprendizagens dos cursistas a serem mobilizadas na elaboração desse trabalho dizem respeito especialmente àquelas relacionadas ao domínio dos fundamentos, métodos e técnicas da pesquisa em educação do campo.

Por meio do TCC, os professores cursistas poderão objetivar os conhecimentos teóricos, práticos e técnicos construídos ao longo do curso no âmbito das disciplinas obrigatórias, das disciplinas optativas, dos Estágios Supervisionados e também das Atividades Curriculares de

Extensão que, pela sua natureza, constituem profícua fonte de informações e experiências que propiciem a problematização crítica e reflexiva da realidade educacional campesina. Desse exercício de problematização surge a possibilidade de realização de pesquisas que visem produzir conhecimento científico mais aprofundado sobre as diversas problemáticas que emergem no contexto da sala de aula e da comunidade escolar campesina como um todo.

A operacionalização do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFDPAr se dará pela oferta de duas disciplinas obrigatórias: TCC I (60h) a ser ofertada no 7º período letivo e TCC II (60h), ofertada no 8º período. Assim, os cursistas terão a condições de tempo mais favoráveis ao desenvolvimento de suas pesquisas, à redação do relatório e a sua apresentação ao final do curso. O relatório consistirá em artigo científico que terá sua estrutura e formatação a ser normatizada por regimento próprio observando as orientações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT).

3.4 Metodologia

A metodologia que norteará o Curso de Licenciatura em Educação do Campo será a Pedagogia da Alternância em consonância com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no que estabelece no Art. 7º: “o ano letivo, observado o disposto nos Artigos 23, 24 e 28 da LDB 9.394/96 poderá ser estruturado independentemente do ano civil, “as atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem”.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo por meio da metodologia da Pedagogia da Alternância irá assegurar a organização dos tempos e espaços formativos que se adequam à realidade do campo, assegurando as estratégias específicas de atendimento a formação e a flexibilização da organização do calendário escolar à vida e ao trabalho do campo. A Alternância aqui referida será desenvolvida pela conjugação de períodos alternativos de formação na Universidade e na família e/ou escola e/ou agricultura familiar desenvolvida pelo acadêmico, com a utilização de instrumentos pedagógicos específicos.

O Tempo Universidade (TU) corresponderá ao período em que o acadêmico permanece na Universidade em contato direto com o saber sistematizado, planejando e recebendo orientações dos docentes. Neste período, os acadêmicos desenvolvem as atividades comuns,

previstas na formação de todos os acadêmicos independentemente da metodologia. O Tempo Comunidade corresponde ao período em que o acadêmico é motivado a partilhar seus conhecimentos e experiências de sua atividade profissional e/ou familiar, na comunidade ou nas instâncias de participação social e de classe. Nesse período, os cursistas realizarão diversas atividades de estudo teórico das disciplinas, incluindo estudos individuais e em grupos, oficinas, registro das aprendizagens em diferentes instrumentos, socialização coletiva dos conhecimentos e elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

No Tempo Comunidade (TC) o estudante desenvolverá pesquisas, projetos experimentais, atividades grupais, entre outras atividades com o auxílio do planejamento e acompanhamento pedagógico dos docentes. Nesse tempo o direcionamento da formação será na busca da aproximação dialética entre as atividades desenvolvidas em suas comunidades e as atividades curriculares, desenvolvidas na Universidade, de outra banda, no que tange aos docentes, pretende-se que estes conheçam e/ou aprofundem o modo de vida e de produção dos educandos, como possibilidade de melhor planejar as atividades formativas.

Nesse período, os cursistas terão suas vivências formativas referentes à Prática como Componente Curricular (PCC) e às Atividades Curriculares de Extensão (ACEX). Tais vivências incluem atividades práticas e teóricas desenvolvidas nas comunidades e em escolas do campo, em diálogo com a realidade do campo e do exercício da docência. O Estágio Curricular Supervisionado também será realizado no TC contemplando as práticas pedagógicas nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. O Tempo Comunidade (TC) também constitui fecunda oportunidade de produção dos dados necessários à elaboração do TCC. As comunidades serão envolvidas de acordo com as necessidades e demandas apresentadas pelos grupos sociais envolvidos.

Pretende-se ainda, com a metodologia da alternância imprimir um caráter indissociável ao ensino, permeado pela pesquisa como princípio educativo e a sua respectiva ação, caracterizada academicamente de extensão, estes entrelaçados dialeticamente, em uma perspectiva revolucionária.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

A Universidade Federal do Delta do Parnaíba tem experimentado grande crescimento na última década, acompanhando programas federais de expansão e reestruturação do ensino superior (Expansão e REUNI). Hoje possui 12 cursos de graduação, sendo: bacharelados em

Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Engenharia de Pesca, Fisioterapia, Medicina, Psicologia e Turismo; e licenciaturas em Ciências Biológicas, Matemática e Pedagogia.

Possui 8 cursos de pós-graduação, sendo cinco (5) *stricto sensu* e três (3) *lato sensu*. Dentre os programas de pós-graduação *stricto sensu*, na modalidade Acadêmica, temos o Curso de Mestrado na área de Biotecnologia, criado no ano de 2011; o Curso Mestrado em Psicologia que teve seu início em 2016; e o Curso de Mestrado em Ciências Biomédicas, criado em 2014. Na modalidade Profissional, temos o Mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia, que teve suas atividades iniciadas em 2013, e o Mestrado em Saúde da Família, iniciado em 2015. Em 2016, foram iniciadas as atividades da Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família. Em 2019, tiveram início as atividades do Curso de Especialização em Gestão de Negócios e Empreendedorismo e, mais recentemente, no ano de 2023, o curso de Especialização em Biologia Vegetal.

Além da capacidade instalada para atender as demandas locais, regionais e nacionais, a UFDPAR reestruturou suas Pró-Reitorias e vem delineando suas políticas institucionais materializadas em planos estratégicos, órgãos e unidades administrativas organizadas para atender a missão da instituição, que consiste em:

formar profissionais, produzir e socializar conhecimento científico com ética e inovação, comprometidos com o desenvolvimento da excelência no ensino, pesquisa e extensão para atuar com qualidade na sociedade e promover transformações sociais políticas, inclusivas e sustentáveis, constituindo-se como instituição estratégica para as questões regionais, nacionais e internacionais” (UFDPAR, PDI, 2021).

Conforme o PDI da UFDPAR (2021), a Política de Comunicação Institucional tem como propósito instituir diretrizes e princípios de Comunicação, a qual como princípios norteadores: integrar as atividades comunicacionais institucionais já desenvolvidas na Reitoria, na Coordenadoria de Comunicação, nos órgãos suplementares, nos órgãos complementares e nas unidades de ensino; reconhecer as áreas convergentes à Comunicação Social, fomentando e viabilizando de forma sustentável as atividades técnicas e de ensino, pesquisa e extensão da área de Comunicação Social da UFDPAR; integrar e guiar os fluxos, processos e sentidos dinamizados à imagem e identidade institucional, renovando e promovendo a legitimidade da UFDPAR socialmente.

Considerando que a UFDPAR está localizada em uma área de preservação ambiental de grande importância conhecida por sua biodiversidade, esta IES está elaborando um Plano de Logística Sustentável (PLS) por meio da Comissão nomeada pelo Reitor da Universidade na

Portaria N° 447/UFDPar, o qual visa a promover práticas que respeitem o ambiente local e contribuam para um futuro mais responsável. Do mesmo modo, assumiu o compromisso de adotar as normas internacionais ISO 14001 e ISO 14004, como fundamentos essenciais da estratégia de gestão ambiental da UFDPar. Através desse plano, a UFDPar busca incorporar uma gestão ambiental voltada para a eficiência energética e de recursos; efetivar a gestão responsável de resíduos; trabalhar a conscientização e a educação ambiental e preservar a biodiversidade.

A política institucional da UFDPar inclui também a estruturação de seus órgãos suplementares, quais sejam: o Museu da Vila (MUV), a Estação de Aquicultura (ESTAQ), a Escola de Aplicação Ministro Reis Velloso (EAMRV) e a Prefeitura Universitária (PREUNI). E quanto às Unidades Especiais de Ensino, Pesquisa e Extensão a instituição já dispõe do Laboratório-Escola de Biomedicina (LEB), Serviço-Escola de Fisioterapia (SEF), Serviço-Escola de Psicologia (SEP), Coleção Zoológica do Delta do Parnaíba (CZDP) e Herbário do Delta (HDELTA).

4.1 Política de Ensino

É importante destacar os elementos que caracterizam a Política de Ensino da UFDPar, sintonizada e articulada ao presente projeto. Ela tem como princípios pedagógicos: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação; a interlocução com as necessidades da sociedade, não apenas pelo viés mercadológico de formação superior ou de treinamento técnico, mas no sentido pleno da produção da cultura, do fazer ciência, do desenvolvimento e transferência da tecnologia e da responsabilidade socioambiental; a articulação entre as unidades acadêmicas de produção de conhecimento e práticas; o fortalecimento da interprofissionalidade e do trabalho colaborativo; o uso preferencial de metodologias participativas; compreensão de que os processos de ensino e aprendizagem ultrapassam o espaço da sala de aula.

Além desses princípios, a UFDPar defende os seguintes eixos orientadores das práticas educativas e técnico-administrativas: interdisciplinaridade, interprofissionalidade, transversalidade, contextualização, flexibilidade, diversidade, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental (PDI, 2021).

4.2 Política de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil da UFDPAr buscará dar suporte aos estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências da Natureza. Tal política executada pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil tem como objetivo ofertar serviços, ações e projetos de forma articulada com o ensino, pesquisa e extensão, visando contribuir para a permanência dos alunos na graduação. Esta função da assistência estudantil ligada à política de ensino é a materialização do que está disposto nos objetivos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em seu Art. 2º, onde temos os seguintes objetivos:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Os serviços que compõem a Divisão de Apoio e Permanência (Serviço Pedagógico, Serviço de Psicologia e Serviço Social) e o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade atuam de forma articulada com o Ensino com foco em dirimir as situações de retenção em evasão dos discentes nos cursos de graduação.

No contexto da Política de Assistência Estudantil, a UFDPAr também instituiu a Política de Acesso e Permanência Estudantil, materializada na Política de Cotas, a fim de garantir a implementação de políticas públicas de inclusão social, atendendo e integrando novos grupos, historicamente excluídos do ambiente universitário. A instituição entende que o acesso e a permanência na Educação Superior é um forte instrumento de inclusão social e a UFDPAr participar desse processo, reconhecendo e valorizando a existência da diversidade e os direitos das populações tradicionais. Com a Lei nº 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, e outras regulações vigentes, a UFDPAr viu e considera a mudança no perfil dos discentes.

Nesse sentido, busca garantir o previsto na Art. 3º da referida lei, criando as condições para a operacionalização da política de cotas, compreendendo que a

análise sobre a inclusão no espaço universitário integra o debate sobre seu papel em um projeto emancipatório e de combate a todas as formas de exploração, exclusão e a desigualdade social. Os educandos e educandas devem ser vistos (as) a partir de suas

particularidades coletivas e individuais, da dinâmica da construção de sua história e as desiguais relações de poder resultantes (PDI, 2021, p. 64)

Com essa visão, a UFDPPar considera que a comunidade acadêmica não é homogênea e que suas políticas devem ater-se à heterogeneidade dos grupos que integram a instituição, buscando sempre (re)conhecer a realidade vivida pelos(as) discentes além do ambiente universitário, como também em seu cotidiano, nos locais de convívio, moradia e lazer, ampliando as análises e incorporando enfoques que colaborem para a apreensão das desigualdades vividas. Entende também que a elaboração e desenvolvimento de políticas inclusivas devem ser desenvolvidas de forma intersetorial (PREG, PREUNI, Reitoria) e dialogando com a comunidade interna e externa.

Avançando ainda mais nas Políticas de Assistência, Acesso e Permanência Estudantil, a UFDPPar instituiu, em maio de 2021, o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NIA), visando alinhar as diretrizes institucionais a uma perspectiva inclusiva. O NIA tem como objetivo principal promover ações que visem eliminar ou minimizar barreiras físicas, atitudinais, pedagógicas e comunicacionais, as quais restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico da pessoa com deficiência. Dentre as ações desenvolvidas pelo NIA estão as orientações pedagógicas voltadas a indicar as adaptações necessárias para práticas heterogêneas que permitam a inclusão das pessoas com deficiência (PDI, 2021).

4.3 Políticas de Pesquisa e de Extensão

A UFDPAR considera Política de Pesquisa de forma central e estratégica na formação de seus discentes, concebendo a pesquisa como um dos pilares dessa formação e por premissa visa

produzir conhecimentos nas diversas áreas e em sintonia com as demandas do desenvolvimento local, regional e nacional, de modo a atender aos interesses da sociedade e contribuir para uma formação humana e cidadã dos trabalhadores(as) brasileiros(as), assegurando-lhes uma permanente atualização ante os avanços e desafios sociais e tecnológicos (PDI, 2021, p. 53).

Portanto, para a instituição, a pesquisa deve estar articulada aos saberes existentes e considerar as necessidades dos indivíduos e da sociedade; deve buscar respostas às necessidades que emergem na articulação entre os currículos desenvolvidos pela instituição educativa e os anseios da comunidade. Desse modo, a UFDPPar desenvolve sua política de

pesquisa associada às atividades de ensino, extensão e inovação, com foco na relevância social e no desenvolvimento tecnológico e científico.

Na UFDPAr, o processo de ensino e aprendizagem na Educação do Campo, vai estar umbilicalmente articulado à Política de Extensão e Cultura da instituição. A mesma é concebida a partir de diretrizes e princípios institucionais e acadêmicos, seguindo a Política Nacional de Extensão. Tem como objetivo estabelecer uma conexão entre as atividades de Ensino e Pesquisa e as demandas regionais, buscando construir uma sociedade mais justa e igualitária; visa garantir a Extensão Universitária como um processo educativo, cultural e científico, que está integrado ao Ensino e à Pesquisa, buscando promover uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, incentivando o diálogo de saberes, a democratização do conhecimento acadêmico, a interdisciplinaridade e a participação da comunidade na construção da Universidade.

A operacionalização dessa política ocorre por meio do desenvolvimento de programas e projetos comprometidos com a inclusão social, em parceria com os movimentos sociais organizados. Também visa a produção, fortalecimento e a disseminação do conhecimento, cultura, arte e com propostas inovadoras para a sociedade e para a formação do(a) profissional cidadão(ã). A UFDPAr adota as diretrizes do Plano Nacional de Extensão as quais são expressas nos cinco princípios fundamentais: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão; Impacto na Formação do Estudante; Compromisso com a transformação social (PDI, 2021).

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem, no presente projeto, é compreendida como um dos elementos centrais e tem como foco principal a organização e implementação do trabalho pedagógico. É também entendida como um instrumento capaz de evidenciar que conhecimentos são considerados como válidos e que sustentam as bases da proposta de educação que se pretende desenvolver.

Nesse sentido, demarca-se que o conceito e os fundamentos do processo de avaliação que orientarão o ensino e a aprendizagens no presente projeto consideram a história, os contextos socioculturais e as particularidades da atuação e trabalho das educandas e dos

educandos alvos das ações de ensino e das aprendizagens. Tem-se que a educação oferecida às áreas rurais do país e a luta pelo direito de produzir conhecimento válido trouxe/traz à tona os lugares e as vozes silenciadas ao longo da nossa história enquanto sujeitos – coletivos e individuais – marginalizados (ARROYO, 2012), sujeitos esses que passam a propor uma forma outra de contar a sua própria história.

Desse modo, tendo como pressuposto um projeto de educação que concebe os saberes e os fazeres dos povos do campo como forma autêntica e válida de produção de conhecimentos, o presente projeto pensa e utilizará formas e estratégias de avaliação que potencializem e ressignifiquem os saberes advindos do campo, distanciando-se de um modelo de avaliação centrado na seleção, na classificação e na valorização exacerbada dos conteúdos. Considerando a perspectiva assinalada, a Avaliação da Aprendizagem buscará atender às especificidades e às diferenças das(os) estudantes docentes, sendo espaço de validação e de afirmação dos conhecimentos que sustentam as formas de organização política, econômica, social, cultural e epistêmica dos povos do campo (TORRES, 2018).

Concordamos com Torres (2018), quando afirma que o currículo e a avaliação figuraram/figuram como espaços de circulação e validação de “verdades”, sustentando o abismo que de um lado exalta os conhecimentos de referência e a negação da diferença, e de outro, a complexidade dos sujeitos, territórios e conhecimentos extremamente plurais. Acreditamos que essa visão tem como base o paradigma que se apoia na concepção convencional do espaço rural, a qual não se propõe a fazer interrelações emergentes com a sociedade brasileira nem incorpora as demandas trazidas à sociedade por movimentos sociais e sindicais; esse paradigma compreende a relação ser humano-natureza como exclusão, marcada por sua capacidade de força de trabalho e de produção de riquezas através da acumulação material de poucos, excluindo a maioria; esse paradigma seleciona e rejeita ideias integradoras, não respeita nem considera os conhecimentos e os saberes tradicionais das trabalhadoras e trabalhadores do campo. É por isso que na visão do rural convencional o conceito de educação (rural) esteve sempre associado a um projeto educativo precário, atrasado, com pouca qualidade (MARTI, 2004).

A concepção de currículo e avaliação está, pois, ancorada no paradigma da educação do campo, o qual nasceu das lutas pela terra e pela reforma agrária, compreende o campo como espaço de desenvolvimento territorial do trabalho familiar na agricultura, a relação campo-cidade como processo de interdependência, marcado por contradições e exigências socio-territoriais coletivas; espaço de construção da autonomia e identidade das populações do campo.

Esse paradigma procura romper com a alienação do território, buscando construir conhecimentos a partir da relação local-global-local.

5.2 Avaliação do Rendimento Escolar

Os procedimentos de avaliação das aprendizagens nos componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, deverão considerar a regulamentação geral dos cursos de graduação da UFDPAr, contidas na Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX), Nº 177/2012 e alterações realizadas em 2018, a qual leva em conta a contabilização de da carga horária e consequente integralização dos componentes curriculares, focalizando no processo formativo as competências e habilidades adquiridas e desenvolvidas pelas educandas e educandos, bem como sua assiduidade, entendida como a frequência às atividades didáticas (aulas teóricas e práticas e demais atividades exigidas em cada componente), programadas para o período letivo.

O processo avaliativo implica ainda no acompanhamento contínuo do desempenho das educandas e dos educandos, sob forma de prova escrita, oral ou prática, trabalho de pesquisa, de campo, individual ou em grupo, seminário, ou outros instrumentos constantes no plano do componente curricular.

5.2.1 Modalidade, Número e Periodicidade das Avaliações das Aprendizagens

Ao definir a modalidade, o número e a periodicidade das avaliações das aprendizagens no contexto deste projeto, afirmamos que é importante considerar a especificidade do campo curricular, estruturada nos eixos disciplinares presentes no projeto curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Defendemos que essa especificidade do campo curricular se reconhece na sua conexão com a prática educativa e os contextos socioculturais no qual está inserido (PACHECO, 2005). Portanto, estamos atentos para a questão de que o currículo, seus conteúdos e fundamentos, bem como a avaliação das aprendizagens, não podem estar dissociados dos contextos e dos sujeitos que os materializam e traduzem, trazendo e produzindo sentido e concretude às teorias e práticas estudadas, a fim de que sejam expressas na sua natureza interventiva e contextual.

Quanto à modalidade da avaliação, o curso fará uso das avaliações diagnóstica, formativa e somativa, considerando três dimensões: os sujeitos, sua história, seus saberes, práticas, habilidades e potencialidades; os territórios rurais e escolares, suas características,

especificidades históricas e socioculturais, potencialidades, problemas e desafios; leitura e conhecimentos sobre o campo.

A avaliação diagnóstica visa conhecer a realidade (institucional ou social), identificar a presença ou ausência de conhecimentos e habilidades junto aos educandos e educandas, inclusive buscando detectar pré-requisitos para novas experiências de aprendizagem; identificar potencialidades, problemas e desafios no ensino e na aprendizagem. Trata-se de uma sondagem, projeção e retrospectiva da situação de desenvolvimento das educandas e dos educandos, avaliando o antes e o depois da intervenção educativa (SANT'ANNA, 2014).

Já a avaliação formativa é definida enquanto acompanhamento dos processos educacionais com a função de fornecer informações quanto à organização e desenvolvimento das atividades desempenhadas. A avaliação somativa é designada como fomentadora do julgamento de valor, que deve ser efetivamente realizada ao final de um processo ou programa (SCRIVEN, 1967).

No que se refere ao número de avaliações parciais, o curso seguirá a orientação geral já presente na regulamentação dos cursos de graduação da UFDPAr: realizará três avaliações ao longo do semestre letivo, culminando numa média, calculada pelo somatório das três avaliações parciais, chegando-se assim à avaliação final. Tomaremos como base os Artigos 98 a 106, da Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX), Nº 177/2012, e alterações realizadas em 2018, para organizar e conduzir os procedimentos de avaliação quanto à assiduidade, bem quanto a outras questões ligadas aos critérios, cálculo das notas, chamadas, entre outros pontos.

5.3 Avaliação do Currículo e do Curso

Os procedimentos de avaliação do Currículo e do Curso, também se pautarão pela Resolução CEPEX/UFPI-UFDPAr Nº 177/2012, atualizada em 2018, o qual define ser de responsabilidade do Colegiado do Curso, da Coordenação do Curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE) a avaliação e as mudanças no projeto pedagógico do curso (PPC), sendo submetida à Coordenação de Currículo da Pró-Reitoria de Graduação (CC/PREG), precisando ser homologadas pela Câmara de Ensino de Graduação (CAMEN).

A avaliação do PPC do Curso de Licenciatura em Educação do Campo buscará averiguar as necessidades de mudanças que venham a contribuir com a qualidade da formação oferecida e avaliar os impactos e êxitos do currículo. Nesse sentido, avaliaremos considerando o processo avaliativo como um procedimento dialético, uma atividade contínua de

conhecimento. Avaliaremos para conhecer quando corrigimos construtiva e solidariamente com quem aprende, com quem ensina, não para confirmar ignorâncias, desqualificar esquecimentos, penalizar aprendizagens não-adquiridas (ÁLVAREZ-MÉNDEZ, 2002).

Compreendemos a avaliação como um lugar de sistematização e problematização do conhecimento, para além de dados que coletamos no processo avaliativo, que não são suficientes para certificar o curso e as aprendizagens, mas como uma base dialética e reflexiva que envolvem a proposta curricular, a instituição ofertante, a equipe de docentes, o grupo de discentes, o saber e os impactos do curso na realidade do campo.

Nesse sentido, a avaliação da formação acadêmica e profissional do curso é uma atividade estruturada que permite a apreensão da qualidade do projeto curricular no contexto da realidade institucional da IES e da realidade camponesa, esta última o espaço e o contexto que esperamos afetar com a ação formativa.

No processo avaliativo do currículo e do curso, levaremos em conta alguns elementos centrais:

- 1 - A concepção de Projeto Pedagógico de Curso (PPC), sua relação com o PDI da UFDPAr e sua articulação com realidade do campo, a fim de averiguar até ponto o curso responde às demandas da formação apontadas pelo território rural e a impacta essa realidade;
- 2 – O próprio PPC do curso, focalizando as seguintes dimensões: organização didático-pedagógica; corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo e infraestrutura instalada.

Como se observa, adotaremos uma perspectiva sistêmica e democrática na avaliação do curso e do currículo, entendendo que “toda ação formativa é uma ação curricular e todo currículo é uma escolha, uma tomada de decisão do que se ensina e para quem ensinar” (BEZERRA et al, 2022, p. 48). O currículo é sempre o resultado de uma seleção de um universo mais amplo de conhecimento e saberes a outro mais específico; é escolher quais conteúdos se deseja ensinar e qual tipo de ser humano se quer formar, sendo, portanto, uma operação de poder (SILVA, 2017).

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

6.1 Disciplinas Obrigatórias

1º PERÍODO

Nome:		Tipo:
ACEX I - Reconhecimento da Realidade Campesina: aspectos filosóficos, históricos e culturais		Atividade Curricular de Extensão
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
0.0.0.2	30h	-
EMENTA:		
A realidade campesina. História, identidade e memória dos povos tradicionais do campo. Modos de vida, de produção e de educação no campo. Ruralidades no Brasil.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ABRAMOVAY, Ricardo. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. 2. CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Editores). O novo rural brasileiro: Políticas Públicas . Editora Hortograf; 2000 Volume 4. 3. WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro, pp. 87-145, 2000. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. AB'SABER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2003. 2. ALBUQUERQUE, Jr. D. M. de. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: FJN. Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999. 3. BLOCH, M. A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru: EDUSC, 2001. 4. LOURENÇO, F. A. Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. 5. SANTOS, Ramofly Bicalho. História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. Teias v. 18, n. 51, 2017, out/dez. Micropolítica, democracia e educação. 		

Nome:		Tipo:
Seminário de Introdução ao Curso		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
1.0.0	15h	---
EMENTA:		
Informações sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e o Regimento interno da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências da Natureza, 2023. 2. UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024 a 2028. Disponível em: https://ufdpar.edu.br/pdi/paginas/pdi-2024-2028-minuta.pdf 3. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Resolução CEPEX Nº 177 de 2012. Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí, de 05 de novembro de 2013. Disponível em: http://www.ufpi.br/arquivos/normas/CEPEX. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Nº 1, de 16 de agosto de 2023. Dispõe sobre as diretrizes curriculares da pedagogia da alternância na educação básica e na educação superior. Brasília, 2023. 2. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE Nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília, 2008. 3. BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 86 de 1º de fevereiro de 2013. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. Brasília/DF: Gabinete do Ministro. Disponível http://www.lex.com.br/. Acesso em: 20 de out. de 2023. 		

4. CALDART, Roseli Saete; PEREIRA, Isabel Brasil Pereira; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
5. SANTOS, Ramofly Bicalho. História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. Teias v. 18, n. 51, 2017, out/dez. Micropolítica, democracia e educação.

Nome:		Tipo:
Filosofia da Educação		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
Filosofia e Filosofia da Educação: concepções e especificidades da Filosofia; concepções de Educação; tarefas da Filosofia da Educação. Estudos filosóficos do conhecimento – as questões da verdade e da ideologia no campo da educação. As teorias e práticas educativas e suas dimensões ético-política e estética. A dimensão teleológica da práxis educativa. Filosofia da Educação e a formação do professor do campo. As novas racionalidades da pós-modernidade e educação do campo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. DELEUZE, G. Que é filosofia? 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997. 279 p.		
2. KNELLER, G. F. Introdução a filosofia da educação. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, s.d. 133 p.		
3. LUCKESI, C. C. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1992. 183 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. ARANHA, M. L. A. Filosofia da educação. São Paulo: Moderna, 1982. 214 p.		
2. GHIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). Que é filosofia da educação? 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 326 p.		
3. LUCKESI, C. C.; PASSOS, E. S. (Colab.). Introdução à filosofia: aprendendo a pensar. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. 271 p.		
4. SEVERINO, A. J. Filosofia. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 211 p.		
5. SEVERINO, A. J. Filosofia contemporânea no Brasil: conhecimento, política e educação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 255 p.		

Nome:		Tipo:
Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do Campo		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
O conhecimento científico. Conceitos de ciência. A ciência como construção humana. Metodologia do Trabalho Científico. Pré-requisitos do Trabalho Científico. Visão Geral do Trabalho Científico. Elaboração do Trabalho Científico. O Processo do conhecimento científico.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. (Colab.). Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 159 p.		
2. DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 118 p.		
3. SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 425 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 174 p.		
2. FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 405 p.		
3. GOLDENBERG, M. Arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 107 p.		
4. KOCHÉ, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 182 p.		
5. LAVILLE, C.; DIONNE, J. (Org.). Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999. 340 p.		

Nome:		Tipo:
História, Identidade e Memória dos Povos do Campo		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
<p>O Brasil Camponês: a multiplicidade dos sujeitos e da cultura (produção, <i>modus vivendi</i>) do Campo. O desenvolvimento do campo: colônia, império, república. Reforma agrária. Resistência no campo: as Ligas Camponesas, as Organizações sociais de Trabalhadores Rurais. O papel dos movimentos sociais rurais e urbanos no processo de democratização do Brasil. A importância histórica dos movimentos sociais na luta pelos direitos sociais: o caráter histórico desses movimentos no século XXI. Histórico das políticas educacionais para o Campo. Cultura e memória; construções imaginárias e identidades. Memória, identidade e história de vida. História das políticas educacionais para o campo.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>1. FERNANDES, B. M. (Org.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas..... São Paulo: UNESP, 2009. 326 p.</p> <p>2. GOHN, M. G. M. Movimentos sociais e educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 117 p. (Questão da Nossa Época, 5)</p> <p>3. MOTTA, M. (Org.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: UNESP, 2008. 350 p.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>1. GODOI, E. P. (Org.). Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: UNESP, 2009. 336 p.</p> <p>2. NEVES, D. P. (Org.). Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: UNESP, 2008. 271 p.</p> <p>3. NOSELLA, P. Origens da pedagogia da alternância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2012. 288 p.</p> <p>4. SANTOS, G.; KRUEL, K. (Colab.). História do Piauí. Teresina: Zodiaco, 2009. 538 p.</p> <p>5. WELCH, C. A. Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: UNESP, 2009. 335 p.</p>		

Nome:		Tipo:
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação do Campo		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
<p>Estado, Sociedade, Movimentos Sociais do Campo e Educação. Políticas Públicas para educação no campo no Brasil. Currículo e Escola Rural. História, Princípios e Identidade da Educação do Campo. Educação do Campo, Currículo Integrado, Trabalho e Pesquisa como Princípios Educativos. Institucionalização da Educação do Campo e Projetos Pedagógicos em Educação do Campo.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>1. CALDART, R. S.; CERIOLO, P. R.; KOLLING, E. J. (Org.). Educação do campo: identidades e políticas públicas. Brasília: Articulação nacional por uma educação do campo, 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo, 4). Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/ec/files/Vol%204%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20do%20Campo.pdf></p> <p>2. GHEDIN, E. (Org.). Educação do campo: epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012. 448 p.</p> <p>3. MUNARIM, A.; SCHMIDT, W.; PEIXER, Z. I. (Org.). Educação do campo: políticas e práticas em Santa Catarina. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. 304 p.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>1. ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). Por uma educação do campo. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 214 p.</p> <p>2. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 184 p.</p> <p>3. LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social. 13. ed. São Paulo: Loyola, 1995. 149 p. (Coleção Educar, 1)</p> <p>4. PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Colab.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 224 p.</p> <p>5. ZAMBERLAN, S. Pedagogia da alternância. Vitória: Mepes, 1996.</p>		

Nome:		Tipo:
Psicologia da Educação		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
A ciência psicológica e a Psicologia da Educação. A constituição da subjetividade. Desenvolvimento e aprendizagem: aspectos psicossociais (motivação, auto-conceito e auto-estima). Dificuldades de aprendizagem das subjetividades dos sujeitos do campo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. (Colab.). Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. 368 p. 2. BRAGHIROLI, E. M.; BISI, G. P. (Colab.). Psicologia geral. 31. ed. Porto Alegre: Vozes, 2012. 235 p. 3. SALVADOR, C. C. (Org.). Psicologia da educação. Porto Alegre: ArtMed, 1999. 209 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. BOCK, A. M. B.; GONCALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Colab.). Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 224 p. 2. DAVIDOFF, L. L. Introdução à psicologia. 3. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2006. 798 p. 3. FONTANA, R. A. C.; CRUZ, M. N. (Colab.). Psicologia e trabalho pedagógico. São Paulo: Atual, 1997. 232 p. 4. LUSTOSA, A. V. M. F.; CARVALHO, M. V. C. (Org.). Psicologia da educação: saberes e vivências. Teresina: EDUFPI, 2004. 213 p. 5. MOREIRA, P. R. Psicologia da educação: interação e identidade. 2. ed. São Paulo: FTD, 1996. 103 p.		

Nome:		Tipo:
História da Educação		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
História da Educação: fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do educador. Principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade. Visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período. A escola do campo na história da educação do Brasil e do Piauí.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. ARANHA, M. L. A. História da educação. São Paulo: Moderna, 1994. 288 p. 2. FREITAS, G. B. Escola, estado e sociedade. 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986. 142 p. 3. LOPES, E. M. T. Perspectivas históricas da educação. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989. 80 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. GUIRALDELLI JUNIOR, P. História da educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 240 p. 2. LUZURIAGA, L. História da educação e da pedagogia. 18. ed. São Paulo: Nacional, 1990. 292 p. (Atualidades Pedagógicas, 59) 3. MANACORDA, M. A. História da educação: da Antiguidade aos nossos dias. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 382 p. 4. ROMANELLI, O. O. História da educação no Brasil (1930/1973). 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. 267 p. 5. SAVIANI, D.; RAMA, G.; GREGÓRIO, W. (Org.). Para uma história da educação latino-americana. Campinas: Autores Associados, 1996. 79 p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 52)		

2º PERÍODO

Nome:		Tipo:
ACEX II - Educação do Campo: aspectos sociais, legais e políticas públicas		Atividade Curricular de Extensão
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
0.0.0.3	45h	ACEX I
EMENTA:		

Educação e movimentos sociais do campo. Políticas públicas de educação do campo. Legislação e diretrizes nacionais da educação do campo. Propostas curriculares para a educação do e no campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. ALVES, G. L.(org). Educação no Campo: recorte no tempo e no espaço. Campinas: Autores Associados, 2009.
2. BRASIL. Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo. Resolução Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica n. 1/ 2002.
3. CALDART, Roseli Saete. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 359-367.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Orgs.). Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4, 2002.
2. CASTRO, M. H. G. de. As Desigualdades Regionais no Sistema Educacional Brasileiro. Brasília, INEP/ MEC, 1999.
3. CUNHA, L. A. Educação, Estado e Democracia no Brasil. São Paulo: Cortez, EDUFF/ FLASCO, 2000.
4. RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira: a organização escolar. 17. ed. São Paulo: Cortez Editora/ Autores Associados, 2001.
5. PALADIM JUNIOR, H. A. Educação do Campo: a territorialização e espacialização do MST. São Paulo: Annablume Editora, 2010.

Nome:		Tipo:
Didática Geral		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
2.2.0	60h	Psicologia da Educação – CPP012
EMENTA:		
Fundamentos epistemológicos da Didática. A Didática e a formação do professor. O objeto de estudo da didática: objetivos, conteúdos, metodologia, relação entre professor e aluno, recursos de ensino e avaliação. O planejamento didático e a organização do trabalho docente.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BEHRENS, M. A.O Paradigma Emergente e a Prática Pedagógica. Curitiba: Champagnat, 2010. 2. CUNHA, M. I. A docência como ação complexa: o papel da didática na formação de professores. In: MARTINS, P. L. O.; JUNQUEIRA, S. R. A. (Orgs.) Conhecimento Local e Conhecimento Universal: pesquisa, didática e ação docente. Curitiba: Champagnat, 2004. 3. LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo. Cortez, 2008. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CANDAU, V. M. Didática em questão. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 127 p. 2. HYDT, R. C. C. Curso de Didática Geral. 8 ed. São Paulo: Ática, 2006 3. MARTINS, P. L. O. As formas e práticas de interação entre professor e alunos. In: VEIGA, L. P. A. Lições de didática. Campinas: SP: Papirus. 2006. 4. VEIGA, I. P. A. As dimensões do processo didático na ação docente. In: A aventura de formar professores. Campinas, SP: Papirus, 2009 5. ZABALA, A. Prática educativa: como ensinar. Porto Alegre, ArtMed, 1998. 		

Nome:		Tipo:
Educação e Movimentos Sociais do Campo		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
Protagonismo da sociedade civil. Movimentos sociais no campo. Mobilização social. Políticas educacionais no campo e o papel das organizações sociais. Conquistas históricas dos movimentos sociais do campo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		

<p>1. CALDART, R. S.; CERIOLI, P. R.; KOLLING, E. J. (Org.). Por uma Educação do campo: identidades e políticas públicas. Brasília: Articulação nacional por uma educação do campo, 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo, 4). Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/ec/files/Vol%204%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20do%20Campo.pdf></p> <p>2. GOHN, M. G. M. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002. 383 p.</p> <p>3. SOUZA, M. A. Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006. 135 p.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>1. BATALHA, C. O movimento operário na primeira república. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 80 p.</p> <p>2. FERNANDES, B. M. (Org.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas..... São Paulo: UNESP, 2009. 326 p.</p> <p>3. GOHN, M. G. M. Movimentos sociais e educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 177 p.</p> <p>4. MEJIA, M. R. Transformação social: educação popular e movimentos sociais no fim do século. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 88 p.</p> <p>5. MOTTA, M. (Org.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: UNESP, 2008. 350 p.</p>

Nome:	Legislação e Organização da Educação Básica		Tipo:	Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:		Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h			---
EMENTA:				
A dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. A Educação Básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96). Diretrizes operacionais para a Educação do Campo.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
<p>1. BRZEZINSKI, I. (Org.). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 308 p.</p> <p>2. DEMO, P. Nova LDB: ranços e avanços. 23. ed. Campinas: Papyrus, 2012. 109 p.</p> <p>3. SAVIANI, D. Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 162 p.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
<p>1. CURY, C. R. J. Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 201 p.</p> <p>2. RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira: a organização escolar. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 1993. 207 p.</p> <p>3. SHIROMA, E. O. Política educacional. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 126 p.</p> <p>4. SILVA, E. B. (Org.). Educação Básica pós-LDB. São Paulo: Thomson, 2003. 223 p.</p> <p>5. SOUZA, P. N. P.; SILVA, E. B. (Colab.). Como entender e aplicar a nova LDB: lei 9.394/96. São Paulo: Pioneira, 1997. 140 p.</p>				

Nome:	Políticas Públicas de Educação do Campo		Tipo:	Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:		Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h			---
EMENTA:				
Definições e concepções acerca das políticas públicas. A dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. A política educacional no contexto das políticas sociais, com ênfase para as destinadas ao campo.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
<p>1. BRASIL. CNE. diretrizes operacionais para a Educação Básica das escolas do campo (Parecer Nº36 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação) Brasília: 2002. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf>.</p> <p>2. SAVIANI, D. Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 162 p.</p> <p>3. SHIROMA, E. O. Política educacional. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 126 p.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				

1. ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores(as) do campo. Caderno Cedes, v. 27, n. 72, p. 157-176, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a04v2772.pdf>>.
2. FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 149 p. (Mundo Hoje, 10)
3. FREIRE, P. Política e educação. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 119 p. (Coleção Questões da Nossa Época, 23)
4. GUIMARÃES, S. J.; BARROS JUNIOR, F. O.; SILVA, M. R. F. (Colab.). Políticas públicas em tempos de diversidade. Teresina: EDUFPI, 2006. 284 p.
5. MUNARIM, A. Educação do Campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século 21. Em Aberto, v. 24, n. 85, p. 51-63, 2011. Disponível em: <emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2485/2442>

Nome:		Tipo:
Sociologia da Educação		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
O campo da Sociologia da Educação: surgimento e correntes teóricas. A escola e os sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas. O campo educativo: sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos. Os sujeitos e os modos de produção e organização no campo. As formas de organização e resistência camponesa.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DEMO, P. Sociologia: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989. 159 p. 2. KRUPPA, S. M. P. Sociologia da educação. São Paulo: Cortez, 2002. 155 p. 3. MANNHEIM, K.; STEWART, W. A. C. (Coord.). Introdução à sociologia da educação. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1978. 202 p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DURKHEIM, E. Educação e sociologia. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. 90 p. 2. MARTINS, C. B. Que é sociologia. São Paulo: Brasiliense, 2006. 104 p. (Coleção Primeiros Passos, 57) 3. NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. (Colab.). Bourdieu & a educação. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 126 p. 4. NOGUEIRA, M. A. Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 183 p. 5. TORRES, C. A. Sociologia política da educação. São Paulo: Cortez, 1993. 104 p. 		

Nome:		Tipo:
Teoria do Currículo e Sociedade		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
4.0.0	60h	---
EMENTA:		
Fundamentos teórico-metodológicos e legais do currículo. Teorias curriculares, concepções, tendências, avaliação e planejamento curricular. Relações Étnico-Raciais e educação. Experiências curriculares formais e não formais. Produção de saberes e fazeres nas escolas do campo. Currículo das escolas do campo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. GIROUX, H. Currículo, cultura e sociedade. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2000. 2. MOREIRA, A. F. (Org.). Currículo, cultura e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 154 p. 3. ZABALA, A. Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: Artmed, 2002. 248 p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CANEN, A. (Org.). Ênfase e omissões no currículo. Campinas: Papyrus, 2001. 240 p. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico) 2. GIROUX, H. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. 270 p. 3. HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. (Org.). Organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998. 199 p. 4. LOPES, A. C. (Org.). Disciplinas e integração curricular: história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 220 p. 5. VEIGA, I. P. A.; CARDOSO, M. H. F. (Org.). Escola fundamental: currículo e ensino. Campinas: Papyrus, 1995. 216 p. 		

3º PERÍODO

Nome:		Tipo:
ACEX III - Educação do Campo: conteúdos fundamentais ao ensino de Ciências da Natureza		Atividade Curricular de Extensão
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
0.0.0.3	45h	ACEX II
EMENTA:		
Conhecimentos fundamentais ao ensino de ciências na educação básica em contexto educacional campesino. Conteúdos básicos de Biologia, Química e Física. Diretrizes para a educação básica nas escolas do campo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> BRASIL. Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo. Resolução Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica no. 1/ 2002. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> ANTUNES-ROCHA, M.; MARTINS, A. A. (Orgs). Educação do Campo: desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs). Por uma Educação do Campo. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. Brasília: Cadernos Secadi 2, MEC/Secadi , 2007. LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001. ZOBOLI, G. Prática de ensino. São Paulo: Editora Ática, 2004. 		

Nome:		Tipo:
Química Básica		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	-
EMENTA:		
Classificação macroscópica de substâncias químicas. Organização dos elementos conhecidos e suas propriedades. Representação das transformações químicas; conceitos fundamentais para a compreensão de transformações químicas em nível de atômico e molecular; normas de segurança e manipulações básicas em laboratório. Ligações e reações Químicas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> BROWN, T. L. Química, a ciência central. 9 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 972 p. KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. M. (Colab.). Química geral e reações químicas. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2005. 672 p. ROZENBERG, I. M. Química geral. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1981. s.p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. Porto Alegre: Bookman, 2001. 1030 p. BRITO, M. A.; PIRES, A. T. M. Química básica: teoria e experimentos. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. 231 p. FEITOSA, A. C.; FERRAZ, F. C. Segurança em laboratório. Bauru: UNESP, 2000. LENZI, E. et al. Química geral experimental. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004. 360 p. OLIVEIRA, E. A. Aulas práticas de química. São Paulo: Moderna, 1993. 81 p. 		

Nome:		Tipo:
Biologia Celular		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		

Estrutura e evolução das células. Células procariotas e eucariotas. Os vírus e suas relações com as células. Métodos de estudo da célula e uso do microscópio. Células: Estrutura, composição química e funções dos componentes celulares. Sistema de endomembranas. Citoplasma. Núcleo. Citoesqueleto. Matriz extracelular. Divisão, Controle e Morte Celular. Mecanismos de diferenciação celular. Noções de sinalização celular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. SADAVA, D. et al. Vida: A ciência da Biologia. Artmed. 11. ed. Grupo A, 2019.
2. BRAY, D.; ALBERTS, B.; HOPKIN, K. (Colab.). Fundamentos da biologia celular. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 843 p.
3. LODISH, H. et al. Biologia celular e molecular. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 1054 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. ALBERTS, B. Biologia molecular da célula. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 1268p.
2. DE ROBERTIS, E.; HIB, J. (Colab.). De Robertis: bases da biologia celular e molecular. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 389 p.
3. COOPER, G. M.; HAUSMAN, R. E. (Colab.). Célula: uma abordagem molecular. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 718 p.
4. TURNER, P. C. et al. Biologia molecular. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 287 p.
5. VIEIRA, E. C.; GAZZINELLI, G.; MARES-GUIA, M. Bioquímica celular e biologia molecular. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2002. 360 p.

Nome: Astronomia Básica		Tipo: Disciplina Obrigatória
Créditos: 3.1.0	Carga Horária: 60h	Pré-Requisitos: ---
EMENTA: Aspectos Históricos da Astronomia: os mitos da criação do universo, o modelo geocêntrico e geostático de Ptolomeu, o universo aristotélico, a cosmogonia Newtoniana. Gravitação universal e suas aplicações nas Ciências da Natureza: Lei da Gravitação Universal e Leis de Kepler. Organização e dinâmica do sistema solar: esfera celeste e sistemas de coordenadas, estrelas, constelações, a Via Láctea e o universo conhecido. Fenômenos astronômicos básicos: eclipses, fases da lua, marés e estações do ano.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BOCZKO, R. Conceitos de Astronomia. 3.ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1995. 2. NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. Vol. 2. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 2002. 3. ROCHA, J. F. Origens e Evolução da Ideias da Física. Salvador: Editora da UFBA, 2002. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Física. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2009. 2. SERWAY, R. A.; JEWETT, J. W. Princípios de Física. Vol. 2. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 3. MACIEL, W. J. Astronomia e astrofísica. São Paulo: IAG/USP, 1991. 4. HAWKING, S. O Universo numa Casca de Noz. São Paulo: ARX, 2002 5. Revista Latino Americana de Educação em Astronomia - http://www.relea.ufscar.br/. 		

Nome: Protoctistas e Fungos		Tipo: Disciplina Obrigatória
Créditos: 3.1.0	Carga Horária: 60h	Pré-Requisitos: ---
EMENTA: Caracterização, morfologia, biologia, importância, ecologia e sistemática dos principais grupos de Protoctistas e Fungos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. RAVEN, P.H.; EVERT, R.F.; EICHHORN, S.E. Biologia Vegetal. 6. ed. Guanabara Koogan, 2001. 2. MARGULIS, L. Cinco reinos: um guia ilustrado dos filós da Vida na Terra. 3. ed. Guanabara Koogan, 2013. 3. RUPPERT, E.E.; FOX, R.S.; BARNES, R.D. Zoologia dos Invertebrados: Uma Abordagem Funcional-evolutiva. 7. ed. Roca, 2005. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BRUSCA, R.C.; BRUSCA, G.J. Invertebrados. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 2. ESPOSITO, E.; AZEVEDO, J. L. Fungos: uma introdução à biologia, bioquímica e biotecnologia. EDUCS, Caxias do Sul. 2004. 510 p. 3. GUERRERO, R.T.; DA SILVEIRA, R.M.B. Glossário Ilustrado de Fungos: termos e conceitos aplicados à micologia. 1. ed. UFRGS, 2003. 4. PUTZKE, JAIR; PUTZKE, MARISA, T.L. Os reinos dos fungos. Santa Catarina: EDUNISC, 2002. (Vol. 1 e 2) 		

5. TORTORA, G.J. et al. Microbiologia. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 934 p.

Nome:		Tipo:
Ecologia		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
Introdução a Ecologia: Conceitos básicos. A energia nos sistemas ecológicos. Ciclagem de nutrientes. Fatores limitantes e o ambiente físico. Dinâmica de populações. Interações intra e interespecíficas. Sucessão ecológica. Padrões de diversidade. Conceito de bioma e principais ecossistemas terrestres.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. DAJOZ, R. Princípios de ecologia. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 519 p. 2. RICKLEFS, R. E. A economia da natureza. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 543 p. 3. TOWNSEND, C. R., BEGON, M.; HARPER, J. L. Fundamentos da ecologia. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 592 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. BEGON, M.; TOWNSEND, C. R (Colab.). Ecologia: de indivíduos à ecossistemas. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 752 p. 2. CAIM, M. L. Ecologia. Porto Alegre: ArtMed, 2011. 640 p. 3. LAGO, A.; PADUA, J. A. (Coord.). Que é ecologia. São Paulo: Abril Cultural, 1985. 108 p. 4. ODUM, E. P. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 434 p. 5. PINTO-COELHO, R. M. Fundamentos em ecologia. Porto Alegre: ArtMed. 2000. 252 p.		

Nome:		Tipo:
Matemática para o Ensino de Ciências		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
Equações do 1º e do 2º graus; Funções Elementares e suas aplicações; Estatística elementar e suas aplicações.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. BARBANTI, L.; MALACRIDA JUNIOR, S. A. (Colab.). Matemática superior: um primeiro curso de cálculo. São Paulo: Pioneira, 1999. 247 p. 2. MORGADO, A. C.; CESAR, B. (Colab.). Matemática básica: teoria e mais de 750 questões resolvidas. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 180 p. 3. SCHEINERMAN, E. R. Matemática discreta: uma introdução. São Paulo: Thomson, 2006. 532 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. BOLDRINI, J. L.; COSTA, S. I. R. (Colab.). Álgebra linear. 3. ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1980. 411 p. 2. CARACA, B. J. Conceitos fundamentais da matemática. 5. ed. Lisboa: Gradiva, 2003. 324 p. 3. CONTADOR, P. R. M. Matemática: uma breve história. 3. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2008. 4. DIENES, Z. P. Seis etapas do processo de aprendizagem em matemática. São Paulo: EPU, 1986. 72 p. 5. SPIVAK, M. Cálculo em variedades. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2003. 168 p.		

4º PERÍODO

Nome:		Tipo:
ACEX IV - Educação do Campo e Ciências da Natureza: aprendizagem e aspectos didático-pedagógicos		Atividade Curricular de Extensão
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
0.0.0.3	45h	ACEX III
EMENTA:		
Gestão e organização da escola do e no campo. Aspectos didático-pedagógicos do ensino de ciências na educação básica. Metodologias do ensino de ciências em escolas do e no campo. Avaliação da aprendizagem em ciências em escolas do e no campo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		

<ol style="list-style-type: none"> 1. AUED, B.; VENDRAMINI, Célia Regina (orgs). Educação do Campo: desafios teóricos e práticos. Florianópolis: Ed. Insular, 2009. 2. BRASIL. CNE. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (Parecer nº36 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação) Brasília: 2002. 3. UNIÃO DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DO BRASIL - UNEFAB. Pedagogia da Alternância: formação em alternância e desenvolvimento sustentável. Brasília, 2002.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1991. 2. CUNHA, M. I. O bom professor e sua prática. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004. 3. FERNANDES, Bernardo Mançano. Prefácio. In: SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006. 4. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 65. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018. 5. PERRENOUD, P. A Pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Nome:		Tipo:
Metodologia do Ensino de Ciências		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
2.2.0	60h	Didática Geral
EMENTA:		
Aspectos históricos e tendências atuais do ensino de Ciências. Métodos e técnicas adequadas ao ensino de Ciências. Abordagem dos conteúdos no ensino de Ciências: seleção, sequência e metodologia. Materiais didáticos e paradidáticos para o ensino de Ciências. Construção de materiais didáticos para o ensino de Ciências. Avaliação da aprendizagem em Ciências.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CACHAPUZ, A. et al. Necessária renovação do ensino das ciências. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 264 p. 2. CARVALHO, A. M. P.; GIL-PEREZ, D. (Colab.). Formação de professores de ciências: tendências e inovações. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 120 p. 3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. Metodologia do ensino de ciências. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 207 p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BELTRAN, M. H. R.; TRINDADE, L. S. P. (Org.). Histórias da ciência e ensino: abordagens interdisciplinares. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017. Série Temas em História da Ciência. 2. BYNUM, William. Uma breve história da ciência. Porto Alegre: L&PM, 2018. 5 ex 3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de ciências: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 364 p. 4. MENDES SOBRINHO, J. A. C. (Org.). Ensino de ciências naturais: saberes e práticas docentes. Teresina: EDUFPI, 2013. 190 p. 5. POZO, J. I. Aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 296 p. 		

Nome:		Tipo:
Química Orgânica		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Química Básica
EMENTA:		
Conceitos fundamentais. Funções orgânicas. Estereoquímica. Lipídios. Carboidratos. Proteínas. Métodos de separação de compostos orgânicos. Alguns compostos orgânicos do metabolismo secundário dos seres vivos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALLINGER, N. L. et al. Química orgânica. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1976. 961 p. 2. MCMURRY, J. Química orgânica. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 614 p. 3. SOLOMONS, G. T. W.; FRYHLE, C. B. (Colab.). Química orgânica. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

1. BRUICE, P. Y. Química orgânica. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 641 p.
2. FERREIRA, M.; MORAES, L. (Colab.). Química orgânica. Porto Alegre: Artmed, 2007. 150 p.
3. MORRISON, R. T.; BOYD, R. N. Química orgânica. 13. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. 1510 p.
4. PAVANELLI, L. C. Química orgânica: funções e isomeria. São Paulo: Saraiva. 2014. 128 p.
5. VOLLHARDT, K. P. C.; SCHORE, N. E. (Colab.). Química orgânica: estrutura e função. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2004. 1112 p.

Nome:		Tipo:
Embriologia e Histologia Humana		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Biologia Celular
EMENTA:		
Métodos de estudo em embriologia. Formação dos gametas, processos de divisão, migração, crescimento e diferenciação celular que ocorrem durante o desenvolvimento embrionário inicial (Primeira semana de desenvolvimentos). Segunda semana de desenvolvimento. Terceira semana de desenvolvimento. Período fetal: Da quarta à oitava semana de desenvolvimento. Da nona semana de desenvolvimento ao nascimento. Morfologia e fisiologia dos tecidos básicos: Tecido Epitelial (Revestimento e Glandular), Tecido conjuntivo (Propriamente dito, Frouxo, Denso, Adiposo, Cartilaginoso, Sanguíneo, Ósseo), Tecido Muscular, Tecido Nervoso.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ROSS, M. H.; PAWLINA, W. (Colab.). Histologia: texto e atlas em correlação com biologia celular e molecular. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 987 p. 2. MOORE, K. L.; PERSAUD, T. V. N. (Colab.). Embriologia clínica. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 609 p. 3. GARTNER, L.P. Tratado de histologia. 5. ed. Grupo GEN, 2022. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DI FIORE, M. S. H. Atlas de histologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. 229 p. 2. MAIA, G. D. Embriologia humana. São Paulo: Atheneu, 2007. 115 p. 3. ROMERO, M. E. C. et al. Embriologia: biologia do desenvolvimento. São Paulo: Iatria, 2005. 190. 4. GARCIA, S. M. L.; FERNÁNDEZ, C. G. Embriologia. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. 416 p. 5. CORMACK, D. H; NARCISO, M. S. (Trad.). Fundamentos de Histologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 371 p. 		

Nome:		Tipo:
Gestão e Organização da Escola do Campo		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
Gestão de Sistemas e Unidades Educacionais. Organização e função da escola. Organização e planejamento do Trabalho Pedagógico nas escolas do campo. Coordenação Pedagógica. O currículo e a avaliação da escola do campo. O Projeto Pedagógico das escolas do campo. Formas de organização e participação democrática nas escolas do campo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BRASIL. CNE. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (Parecer N°36 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação) Brasília: CNE, 2002. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf> 2. GADOTTI, M. Organização do trabalho na escola: alguns pressupostos. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. 100 p. 3. GANDIN, D. Prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 182 p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. KUENZER, A. Z. Planejamento e educação no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993. 88 p. (Questões da Nossa Época, 21) 2. LIBANELO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 544 p. 3. MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (Org.). Currículo, cultura e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 154 p. 4. RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira: a organização escolar. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 1993. 207 p. 		

5. SAVIANI, D. Escola e democracia. 29. ed. Campinas: Autores Associados, 1995. 104 p. (Polêmica do Nosso Tempo, 5)

Nome:		Tipo:
Genética		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Biologia Celular
EMENTA:		
Bases Cromossômicas da hereditariedade. Leis de Mendel. Herança Ligada ao Sexo. Interação Gênica; Ligação, recombinação e mapeamento genético. Estrutura dos ácidos nucleicos. Replicação do DNA. Transcrição e processamento do RNA. Código genético e tradução do DNA. Controle da Expressão Gênica; Mutação e Reparo do DNA.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. BURNS, G. W.; BOTTINO, P. J. Genética. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. 381 p. 2. LEWONTIN, R. C.; GRIFFITHS, A. J. F.; WESSLER, S. Introdução à genética. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 742 p. 3. NUSSBAUM, R. L.; WILLARD, H. F.; MCINNES, R. R. (Colab.). Thompson & Thompson genética médica. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. 385 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. ALBERTS, B. Biologia molecular da célula. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 1268 p. 2. BORGES-OSORIO, M. R.; ROBINSON, W. M. Genética humana. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. 459 p. 3. BRAY, D.; ALBERTS, B.; HOPKIN, K. (Colab.). Fundamentos da biologia celular. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 843 p. 4. MALUF, S. W.; RIEGEL, M. Citogenética humana. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 334 p. 5. VIEIRA, E. C.; GAZZINELLI, G.; MARES-GUIA, M. Bioquímica celular e biologia molecular. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2002. 360 p.		

Nome:		Tipo:
Avaliação da Aprendizagem		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Didática Geral
EMENTA:		
Concepções de avaliação. Tipos, funções e características da avaliação. Avaliação na legislação educacional brasileira e documentos oficiais. Critérios e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Práticas avaliativas na Educação Básica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. LUCKESI, C. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011 2. LUCKESI, C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 3. HOFFMANN, J. Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007. 152p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. DALBEN, Â. I. L. F. Conselhos de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas, SP: Papirus, 2004. 2. DEPRESBITERIS, L. Avaliação educacional em três atos. São Paulo: Editora SENAC, 1999. 3. HOFFMANN, J. Avaliar para promover: as setas do caminho. 15. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. 160 p. 4. MELCHIOR, M. C. Sucesso escolar através da avaliação e da recuperação. Porto Alegre: Premier, 2001. 101p. 5. MORETTO, V. P. Prova – um momento privilegiado de estudo – não um acerto de contas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.		

5º PERÍODO

Nome:	Tipo:
ACEX V - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Fundamental e o ensino de Ciências	Atividade Curricular de Extensão

Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
0.0.0.3	45h	ACEX IV
EMENTA:		
Ciências da natureza nos anos finais do ensino fundamental de escolas do e no campo. Aspectos teórico-metodológicos do ensino de ciências em escolas do e no campo. Metodologia do ensino de biologia no ensino fundamental. Particularidades das escolas de ensino fundamental do e no campo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BRASIL. CNE. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (Parecer nº36 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação) Brasília: 2002. 2. CARVALHO, A. M. P. de (org.). Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 3. NARDI, R. (org.) Educação em ciências: da pesquisa à prática docente. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2001. (Coleção Educação para a ciência). 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ANTUNES-ROCHA, M.; MARTINS, A. A. (Orgs). Educação do Campo: desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 2. CACHAPUZ, A.; GIL-PEREZ, D; CARVALHO, A.M.P.; Vilches, A. A necessária renovação do Ensino de Ciências. São Paulo: Editora Cortez, 2005. 3. CARVALHO, A.M.P.; GIL-PEREZ, D. Formação de professores de ciências – tendências e inovações. São Paulo: Editora Cortez, 2003. 4. NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. Pedagogia da resistência: Alternativa de Educação para o meio rural. Guarapari: Ex Libres, 2007. 5. PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. 		

Nome:		Tipo:
Metodologia do Ensino de Biologia		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
2.2.0	60h	Didática Geral
EMENTA:		
Aspectos históricos e tendências atuais do ensino de Biologia. Temas atuais e tecnologias na prática de ensino de Biologia. Métodos e técnicas adequadas ao ensino de Biologia. Abordagem dos conteúdos no ensino de Biologia: seleção, sequência e metodologia. Materiais didáticos e paradidáticos para o ensino de Biologia. Construção de materiais didáticos para o ensino de Biologia. Avaliação da aprendizagem em Biologia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ARMSTRONG, D. L. P.; BARBOZA, L. M. V. Metodologia do ensino de ciências biológicas e da natureza. Curitiba: InterSaberes. 2012. 232 p. 2. CALDEIRA, A. M. A.; ARAUJO, E. S. N. N. (Orgs.). Introdução à didática da Biologia. São Paulo: Escrituras, 2009. 3. KRASILCHIK, M. Prática de ensino de biologia. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. 199 p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BELTRAN, M. H. R.; TRINDADE, L. S. P. (Org.). Histórias da ciência e ensino: abordagens interdisciplinares. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017. Série Temas em História da Ciência. 2. BIZZO, N. Metodologia do Ensino de Biologia e Estágio Supervisionado. São Paulo: Ática Educadores, 2012. 3. FRIGOTTO, G. (Org.) Ensino médio: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC/SEMTEC. 2004. 4. MARIOTTO, L.M; VAZ, G.D. Teoria e Prática: Diferentes Abordagens no Ensino de Biologia. Ribeirão Preto: JLM, 2017. 226 p. 5. MARANDINO, M.; SELLES, S. E.; FERREIRA, M. S. Ensino de Biologia: histórias e práticas em diferentes espaços educativos. São Paulo: Cortez, 2009. 		

Nome:		Tipo:
Anatomia e Fisiologia Humana		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Biologia Celular; Embriologia e Histologia Humana.
EMENTA:		

Introdução ao estudo de anatomia e fisiologia humana. Organização do corpo humano: anatomia e fisiologia dos sistemas orgânicos esquelético, articular, muscular, nervoso, endócrino, circulatório, respiratório, digestório, urinário, genital masculino e genital feminino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. TORTORA, G. J.; GRABOWSKI, S. R. Corpo humano: fundamentos da anatomia e fisiologia. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 684 p.
2. DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. (Colab.). Anatomia humana básica. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. 757 p.
3. SILVERTHORN, D.U. Fisiologia humana. 7. ed. Grupo A, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. CASTRO, S. V. Anatomia fundamental. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2005. 586 p.
2. GARDNER, E.; GRAY, D. J. (Colab.). Anatomia: estudo regional do corpo humano. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. 815 p.
3. SOBBOTA, J.; PUTZ, R.; PABST, R. (Ed.). Sobotta: atlas de anatomia humana. 22. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 416 p.
4. SPENCE, A. P. Anatomia humana básica. 2. ed. Barueri: Manole, 1991. 713 p.
5. VAN DE GRAAFF, K. M. Anatomia humana. 6. ed. Barueri: Manole, 2003. 840 p.

Nome:		Tipo:
Biologia Vegetal		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
<p>Importância dos estudos na botânica; Diversidade e reprodução das plantas: Criptogamas e Fanerogamas; Desenvolvimento e morfologia de fanerógamas; formação de tecidos e principais órgãos - folha, caule, raiz, flor, fruto e semente. Conceitos e métodos taxonômicos. Código internacional de nomenclatura botânica. Categorias taxonômicas. Relações filogenéticas de ordens e famílias de plantas vasculares. Sistemas de classificação. Coleta e identificação.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. APPEZZATO-DA-GLORIA, B.; CARMELLO-GUERREIRO, S. M. (Colab.). Anatomia vegetal. 3. ed. Viçosa: UFV, 2012. 404 p. 2. DONOGHUE, M. J. et al. (Colab.). Sistemática vegetal: um enfoque filogenético. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2009. 623 p. 3. RAVEN, P. H.; EICHHORN, S. E.; EVERT, R. F. Biologia vegetal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 830 p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ESAU, K. Anatomia das plantas com sementes. São Paulo: Blucher, 1974. 293 p. 2. GIULIETTI, A.M. et al. Diagnóstico da vegetação nativa do Bioma Caatinga. In: SILVA, J. D. et al. Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para conservação. Brasília: MMA, 2014. p 48-90. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/18267/1/Biodiversidade_Caatinga_parte2.pdf> 3. GUREVITCH, J. Ecologia vegetal. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 592 p. 4. NABORS, M. W. Introdução à botânica. 4. ed. São Paulo: Rocca, 2012. 646 p. 5. VIDAL, W. N.; VIDAL, M. R. R. (Colab.). Botânica - organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos. 4. ed. Viçosa: UFV, 2003. 124p. 		

Nome:		Tipo:
Evolução		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Genética
EMENTA:		
<p>Teorias da evolução. Métodos de estudo da evolução. Sistemas adaptativos. Seleção natural e artificial. Fontes de variação. Processo de especiação. Mecanismo de isolamento. Modos de especiação. Tendências evolutivas. Evolução molecular.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. FREEMAN, S.; HERRON, J. C. Análise evolutiva. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 848 p. 2. FUTUYMA, D. J. Biologia evolutiva. 2. ed. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2002. 631 p. 3. RIDLEY, M. Evolução. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 752 p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

1. DAWKINS, R. Gene egoísta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 544 p.
2. DAWKINS, R. A grande história da evolução: na trilha dos nossos ancestrais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 760 p.
3. LEWIN, R. Evolução humana. São Paulo: Atheneu Editora, 1999. 526 p.
4. MATIOLI, S. R. (Ed.). Biologia molecular e evolução. Ribeirão Preto: Holos Editora, 2012. 256 p.
5. MEYER, D. Evolução. O Sentido da Biologia. São Paulo: UNESP. 2005. 132 p.

Nome:		Tipo:
Estágio Supervisionado I		Estágio Supervisionado Obrigatório
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
0.0.9	135h	---
EMENTA:		
Estágio de observação e regência (coparticipação, autônoma e/ou com pesquisa) no Ensino Fundamental, com carga horária distribuída da seguinte maneira: observação do funcionamento escolar (35h) e dos processos didáticos pedagógicos utilizados por professores de Ciências do Ensino Fundamental (35h), regência na área de Ciências (65h).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. BRASIL. Ministério da Educação. Lei que regulamenta o Estágio Supervisionado – 11. 788/2008. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil >.		
2. PIMENTA, S. G. Estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p.		
3. UFPI. Resolução CEPEX ° 177\12. Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí, de 05 de novembro de 2013. Disponível em: http://ufpi.br/arquivos/normas/CEPEX .		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. BIANCHI, A. C. M.; BIANCHI, R.; ALVARENGA, M. (Colab.). Estágio supervisionado: manual de orientação. 3. ed. São Paulo: Thomson, 2003. 98 p.		
2. CARVALHO, A.M.P. Os estágios nos cursos de licenciatura. Coleção Ideias em Ação. São Paulo: Cengage Learning, 2012.		
3. CARVALHO, A. M. P. Práticas de ensino: os estágios na formação do professor. São Paulo: Pioneira, 1985. 106 p.		
4. PICONEZ, S. C. B. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas: Papyrus, 2012. 128 p.		
5. PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Colab.). Professor reflexivo no Brasil: gene e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 224 p.		

6º PERÍODO

Nome:		Tipo:
ACEX VI - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Médio e o ensino de Biologia e Química		Atividade Curricular de Extensão
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
0.0.0.3	45h	ACEX V
EMENTA:		
Ciências da natureza no ensino médio de escolas do e no campo. Aspectos teórico-metodológicos do ensino de biologia e do ensino de química em escolas do e no campo. Particularidades das escolas de ensino médio do e no campo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. BRASIL. CNE. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (Parecer nº36 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação) Brasília: 2002.		
2. CALDART, Roseli Salette. Licenciatura em Educação do Campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área? In: MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão (Orgs.). Licenciaturas em Educação do Campo: Registros e Reflexões a partir das Experiências-Piloto. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. (Coleção Caminhos da Educação do Campo).		
3. CARVALHO, A. M. P. de (org.). Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

1. BORGES, A. Tarciso. Novos rumos para o laboratório escolar de Ciências. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, Florianópolis, v.19, n.3, p.291-312, dezembro, 2002.
2. CALDART, Roseli Salete. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2012.
3. CUNHA, M. I. O bom professor e sua prática. 16. ed. Campinas: Papirus, 2004.
4. DELIZOICOV, D. ANGOTTI, J. A. Metodologia do Ensino de Ciências. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.
5. MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. (Orgs.). Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional, 2004.

Nome:		Tipo:
Metodologia do Ensino de Química		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
2.2.0	60h	Didática Geral
EMENTA:		
Contextualização histórica do ensino de Química. Tendências do ensino de Química. Organização do trabalho pedagógico em Química. Técnicas em ensino de Química s. Diretrizes curriculares para o ensino de Química. Materiais didáticos e paradidáticos de ensino de Química. Conteúdos e metodologias de Química para o Ensino Fundamental e Médio: seleção, sequência e abordagens. Avaliação da aprendizagem em Química.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais. Brasília: MEC/SEF, 1998.		
2. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. P. Metodologia do ensino de ciências. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.		
3. CARVALHO, A. M. P. de (org.) et al. Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. FROTA-PESSOA, O.; GEVERTZ, R.; SILVA, A. G. Como ensinar ciências. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1985.		
2. NARDI, R. (org.) Educação em ciências: da pesquisa à prática docente. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2001. (Coleção Educação para a ciência).		
3. CADERNO BRASILEIRO DE ENSINO DE FÍSICA. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984- Quadrimestral. Textos escolhidos.		
4. INVESTIGAÇÕES EM ENSINO DE CIÊNCIAS. Porto Alegre: IF-UFRGS. Quadrimestral. Textos escolhidos.		
5. REVISTA BRASILEIRA DE ENSINO DE FÍSICA. São Paulo: SBF, 1979- . Trimestral. Textos escolhidos		

Nome:		Tipo:
Termodinâmica e Óptica		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Matemática para o Ensino de Ciências
EMENTA:		
Medições de temperatura. Calor. Dilatação térmica. Gás ideal. Leis da Termodinâmica. Ondas. Reflexão. Refração. Natureza da Luz.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K.S., Física. 5. ed. v. 2, 4. Rio de Janeiro: LTC Ltda, 2013.		
2. OKUNO, E; CALDAS, I. L; CHOW, C. Física para ciências biológicas e biomédicas. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1982.		
3. YOUNGH. D.; FREEDMAN R.A. Física. 14. ed. v. 2, 4. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. NEWTON, V. B.; HELOU, D.; GUALTER, J. B. Tópicos de Física. 2. ed. v. 2. São Paulo, Editora Saraiva, 2008.		
2. RAMALHO, F.; NICOLAU, G. F.; TOLEDO, P. A. Os Fundamentos da Física. 8. ed. v. 2. São Paulo, Editora Moderna, 2003.		
3. ALBERTO, G. Física. 1. ed. v. 1, 2, 3. São Paulo: Ática, 2007.		
4. PENTEADO, P. C. M.; TORRES, C. M. Física – Ciência e Tecnologia. 1. ed. v. 2. São Paulo, Editora Moderna, 2005.		
5. DURÁN, J.E.R. Biofísica: Fundamentos e Aplicações. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2003.		

Nome:		Tipo:
Biologia Animal		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
<p>Importância da Zoologia. Características da Zoologia. Regras de nomenclatura zoológica. Características gerais, classificação e fisiologia dos filos: Porifera, Cnidaria, Platyhelminthes, Nematoda, Mollusca, Annelida, Arthropoda e Chinodermata. Hipóteses de relacionamento entre os grupos “basais” de invertebrados. Relacionamento entre os principais de grupos de artrópodes (Hipótese Ecdysozoa vs. Articulata).</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>1. BARNES, R. S. K. et al. (Colab.). Invertebrados: uma síntese. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 495 p. 2. BRUSCA, R. C.; BRUSCA, G. J. Invertebrados. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 1092 p. 3. RUPPERT, E. E.; FOX, R. S.; BARNES, R. D. (Colab.). Zoologia dos invertebrados: uma abordagem funcional-evolutiva. 7. ed. Sao Paulo: Roca, 2005. 1145 p.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>1. AZEVEDO, A. C. P; HENNIG, G. J. Zoologia. 6. ed. Porto Alegre: Sagra, 1983. 318 p. 2. FRANSOZO, A.; NEGREIROS-FRANSOZO, M.L. Zoologia dos invertebrados. São Paulo: Roca. 2016. 716p. 3. PAPAVERO, N. Fundamentos Práticos de Taxonomia Zoológica. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. 285 p. 4. RIBEIRO-COSTA, C. S.; ROCHA, R. M. (Colab.). Invertebrados: manual de aulas práticas. 2. ed. Ribeirão Preto: Holos, 2006. 271 p. 5. STORER, T. I. et al. Zoologia geral. 6. ed. São Paulo: Nacional, 2000. 816 p.</p>		

Nome:		Tipo:
Eletromagnetismo		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Matemática para o Ensino de Ciências
EMENTA:		
<p>Carga elétrica. Potencial elétrico. Corrente elétrica. Circuito elétrico. Magnetismo. Eletromagnetismo. Campo elétrico</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>1. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; KRANE, K.S. Física. 5. ed. v. 3. Rio de Janeiro: LTC Ltda, 2012. 2. YOUNG H. D.; FREEDMAN R.A. FÍSICA III - ELETROMAGNETISMO. 14. ed. v. 2. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016. 3. RAMALHO, F.; NICOLAU, G. F.; TOLEDO, P. A. Os Fundamentos da Física. 8 ed. v. 3. São Paulo, Editora Moderna, 2003.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>1. GUALTER, J. B.; NEWTON, V. B.; HELOU, D. Tópicos de Física. 1. ed. v. 3. São Paulo, Editora Saraiva, 2007. 2. RAMALHO, F.; NICOLAU, G. F.; TOLEDO, P. A. Os Fundamentos da Física. 8 ed. v. 3. São Paulo, Editora Moderna, 2003. 3. ALBERTO, G. Física. 1. ed. v. 1, 2, 3. São Paulo: Ática, 2007. 4. GONÇALVES, D. Física: Eletricidade, Eletromagnetismo, Corrente alternada. 3. ed. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1978. 5. PENTEADO, P. C. M.; TORRES, C. M. Física – Ciência e Tecnologia. 1. ed. v. 3. São Paulo, Editora Moderna, 2005.</p>		

Nome:		Tipo:
Estágio Supervisionado II		Estágio Supervisionado Obrigatório
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
0.0.9	135h	Estágio Supervisionado I
EMENTA:		
<p>Estágio de observação e regência (coparticipação, autônoma e/ou com pesquisa) no Ensino Médio, com carga horária distribuída da seguinte maneira: observação dos processos didáticos pedagógicos utilizados por professores de Biologia (15h) e Química (30h), regência na área de Biologia (30h) e regência na Área de Química (60h).</p>		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais (Ensino Médio): Parte III – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEF, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencian.pdf></p> <p>2. CARVALHO, A. M. P. Práticas de ensino: os estágios na formação do professor. São Paulo: Pioneira, 1985. 106 p.</p> <p>3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. Metodologia do Ensino de Ciências. 2. ed. São Paulo. Cortez, 1997.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais + (PCN+) - Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEF, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf.</p> <p>2. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file></p> <p>3. CUNHA, M. I. Bom professor e sua prática. Campinas: Papyrus, 1997. 182 p.</p> <p>4. MENDES SOBRINHO, J.A.C. (Org.). Formação e prática pedagógica: diferentes contextos de análises. Teresina: EDUFPI, 2007. 255 p.</p> <p>5. PIMENTA, S. G. Estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p.</p>

7º PERÍODO

Nome:	ACEX VII - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Médio e o ensino de Biologia e Física		Tipo:	Atividade Curricular de Extensão
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:		
0.0.0.3	45h	ACEX VI		
EMENTA:				
Ciências da natureza no ensino médio de escolas do e no campo. Aspectos teórico-metodológicos do ensino de biologia e do ensino de física em escolas do e no campo. Particularidades das escolas de ensino médio do e no campo.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
<p>1. BRASIL. CNE. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (Parecer nº36 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação) Brasília: 2002.</p> <p>2. CALDART, Roseli Salete. Licenciatura em Educação do Campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área? In: MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão (Orgs.). Licenciaturas em Educação do Campo: Registros e Reflexões a partir das Experiências-Piloto. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. (Coleção Caminhos da Educação do Campo).</p> <p>3. CARVALHO, A. M. P. de (org.). Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
<p>1. BORGES, A. Tarciso. Novos rumos para o laboratório escolar de Ciências. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, Florianópolis, v.19, n.3, p.291-312, dezembro, 2002.</p> <p>2. CALDART, Roseli Salete. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2012.</p> <p>3. CUNHA, M. I. O bom professor e sua prática. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.</p> <p>4. DELIZOICOV, D. ANGOTTI, J. A. Metodologia do Ensino de Ciências. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>5. MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. (Orgs.). Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional, 2004.</p>				

Nome:	Metodologia do Ensino de Física		Tipo:	Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:		

2.2.0	60h	Didática Geral
EMENTA:		
Laboratório e oficinas de planejamento da ação docente; construção de materiais didáticos; utilização das Novas Tecnologias em Educação (Internet/TV Escola). Estratégias do ensino de Física. Organização do trabalho pedagógico no ensino de Física. Diretrizes curriculares para o ensino de Física. Avaliação da aprendizagem em Física.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. CARVALHO, A. M. P. Prática de ensino: os estágios na formação do professor. São Paulo: Pioneira, 1985. 106 p. 2. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. (Coord.). Metodologia do ensino de ciências. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 207 p. 3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. (Colab.). Ensino de ciências: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 364 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. BORGES, O. Formação inicial de professores de Física: Formar mais! Formar melhor! Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 28, n. 2, p. 135-142, 2006. Disponível em: < https://www.google.com.br/#q=forma%C3%A7%C3%A3o+inicial+de+professores+de+f%C3%ADsica+formar+mais+formar+melhor > 2. KAWAMURA, M. R. D.; HOSOUME, Y. A Contribuição da Física para um Novo Ensino Médio. Física na Escola, v. 4, n. 2, 2003. Disponível em: < http://www.sbfisica.org.br/fne/Vol4/Num2/v4n2a09.pdf > 3. MENDES SOBRINHO, J. A. C.; RODRIGUES, C. A. F. O ensino de física na escola média: tendências contemporâneas. In: III Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI, 2004, Teresina. Atas do III Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI. Teresina: EDUFPI, 2004. p. 1-12. Disponível em: < http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT14/GT8.PDF > 4. ROSA, C. W.; DARROZ, M. L.; MARCANTE, T. E. A avaliação no ensino de Física: práticas e concepções dos professores. Revista Electrónica de Investigación em Educación em Ciencias, v. 7, n. 2, dez. 2012. Disponível em: < http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-66662012000200005 > 5. SOUZA, N. A.; BORUCHOVITCH, E. Mapas conceituais: estratégia de ensino. Educação em Revista, v. 26, n. 3, p. 195-218, dez. 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000300010 >		

Nome:		Tipo:
Libras		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
2.2.0	60h	---
EMENTA:		
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: Conceituação. História da educação dos surdos. Abordagens educacionais, legislação, identidades e cultura da comunidade surda. Aspectos Linguísticos da Libras e o uso da língua. Pedagogia surda.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo dos surdos em libras. São Paulo: Vitae: Fapesp: Capes: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. 2. GESSER, A. Libras?: Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Párbola Editorial, 2009. 88 p. 3. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. 221 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. BOTELHO, P. Segredos e Silêncios na Educação dos Surdos. Editora Autentica. Minas Gerais. 712. 1998 2. FERNANDES, E. (Org.). Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005. 103 p. 3. LIMA, M. S. C. Surdez, bilinguismo e inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito. Campinas: IEL/UNICAMP, 2004. 261 p. (Tese de Doutorado). 4. SACKS, O. W. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 200 p. 5. SKLIAR, C. (ORG). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2010.		

Nome:		Tipo:
Mecânica		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:

3.1.0	60h	Matemática para o Ensino de Ciências
EMENTA:		
Medições. Cinemática. Leis de Newton. Gravitação. Trabalho e Energia. Estática dos Fluidos. Conservação do Movimento Linear.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K.S. Física. 5. ed. v. 1. Rio de Janeiro: LTC Ltda, 2013. 2. OKUNO, E.; CALDAS, I. L.; CHOW, C. Física para ciências biológicas e biomédicas. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1982. 3. YOUNGH. D.; FREEDMAN R.A. FÍSICA I - MECÂNICA. 14. ed. v. 1. São Paulo: <i>Pearson Education</i> do Brasil, 2016.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. HELOU, D.; GUALTER, J. B.; NEWTON, V. B. Tópicos de Física. 2. ed. v 1. São Paulo, Editora Saraiva, 2008. 2. RAMALHO, F.; NICOLAU, G. F.; TOLEDO, P. A. Os Fundamentos da Física. 8. ed. v. 1. São Paulo, Editora Moderna, 2003. 3. ALBERTO, G. Física. 1. ed. v. 1, 2, 3. São Paulo: Ática, 2007. 4. PENTEADO, P. C. M.; TORRES, C. M. Física – Ciência e Tecnologia. 1ª edição, v. 1. São Paulo, Editora Moderna, 2005. 5. DURÁN, J.E.R. Biofísica: Fundamentos e Aplicações. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2003.		

Nome:		Tipo:
Trabalho de Conclusão de Curso I		TCC
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do Campo
EMENTA:		
A pesquisa em educação do campo e ensino de ciências. Pesquisas bibliográficas. Projetos de pesquisa: elaboração e desenvolvimento. Elaboração de instrumentos de pesquisa. Elaboração e aprovação do projeto relativo ao Trabalho de Conclusão de Curso.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 174 p. 2. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p. 3. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011. 225 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 127 p. 2. KOCHÉ, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 182 p. 3. MARCANTONIO, A. T.; LEHFELD, N. A. S.; SANTOS, M. M. (Colab.). Elaboração e divulgação do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1993. 92 p. 4. MARTINS, G. A.; LINTZ, A. (Colab.). Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 118 p. OLIVEIRA, S. L. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 2001. 320 p.		

Nome:		Tipo:
Estágio Supervisionado III		TCC
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
0.0.9	135h	Estágio Supervisionado II
EMENTA:		
Estágio de observação e regência (coparticipação, autônoma e/ou com pesquisa) no Ensino Médio, com carga horária distribuída da seguinte maneira: observação dos processos didáticos pedagógicos utilizados por professores de Biologia (15h) e Física (30h), regência na área de Biologia (30h) e regência na Área de Física (60h).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		

<p>1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais. Brasília: MEC/SEF, 1997. 138 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencias.pdf></p> <p>2. CARVALHO, A. M. P. Práticas de ensino: os estágios na formação do professor. São Paulo: Pioneira, 1985. 106 p.</p> <p>3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. Metodologia do Ensino de Ciências. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 207</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais (Meio Ambiente). Brasília: MEC/SEF, 1997. 76 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf></p> <p>2. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais (Pluralidade Cultural). Brasília: MEC/SEF, 1997. 52 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf></p> <p>3. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais (Saúde). Brasília: MEC/SEF, 1997. 42 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/saude.pdf></p> <p>4. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais (Orientação Sexual). Brasília: MEC/SEF, 1997. 52 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf></p> <p>5. PIMENTA, S.G. Estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p.</p>

8º PERÍODO

Nome:	Tipo:
ACEX VIII - Pesquisa como Princípio Educativo na Educação do Campo	Atividade Curricular de Extensão
Créditos:	Carga Horária:
0.0.0.3	45h
EMENTA:	Pré-Requisitos:
Possibilidades educativas da pesquisa no ensino de ciências da natureza nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. A pesquisa em escolas do e no campo.	ACEX VII
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
<p>1. CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez. 2006.</p> <p>2. EMBRAPA. Revista Formação por Alternância. Brasília: Ed. CEFFAs. 2009-.</p> <p>3. SOUZA, E. L.; MOURA, A. da S. Diálogos sobre a educação do campo. Teresina: EDUFPI, 2011.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
<p>1. FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaína (Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 183-191.</p> <p>2. GHEDIN, E. Educação do Campo – epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>3. MARTINS, A. A.; ROCHA, M. I. A. Educação do Campo: desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.</p> <p>4. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>5. MILL, J.S. A lógica das ciências sociais. São Paulo: Iluminuras, 2001.</p>	

Nome:	Tipo:
Química Experimental	Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:
1.3.0	60h
EMENTA:	Pré-Requisitos:
Segurança no Laboratório Químico. Materiais de laboratório. Operações com vidrarias e equipamentos. Montagem de aparelhagens. Equipamentos de segurança coletivos e individuais. Produtos químicos perigosos, classificação, manuseio e estocagem. FISPQ (Ficha de informação de segurança de produtos químicos). Simbologia de risco para produtos perigosos. Diamante de Hommel. Estocagem e descarte de resíduos de laboratório químico.	Química Básica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. GOLGHER, M. Segurança em Laboratório. Belo Horizonte: Editora Lutador (CRQ-MG), 2006.		
2. OLIVEIRA, E.A. Aulas Práticas de Química. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1993.		
3. FERRAZ, F.C.; FEITOZA, A.C. Técnicas de Segurança em Laboratórios: Regras e Práticas. Editora Hemus, 2004.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. OLIVEIRA, E.A. Aulas Práticas de Química. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1993.		
2. BESSLER, K.E; NEDER, A.V.F. Química em Tubos de Ensaio. São Paulo: Edgard Blucher, 2004.		
3. CHRISPINO, A.; FARIA, P. Manual de Química Experimental. Campinas: Editora Átomo, 2010.		
4. LEITE, F. Amostragem Fora e Dentro do Laboratório. Campinas: Editora Átomo, 2005.		
5. ZUBRICK, J.W. Manual de Sobrevivência no Laboratório de Química Orgânica. 6ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.		

Nome:		Tipo:
Ética e Educação		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
1.1.0	30h	---
EMENTA:		
Conceito de ética. Noções sobre Ética, Moral e Direito. Ética e Cidadania. Formação do sujeito moral. Teorias éticas. Ética na profissão docente. Formação ética e política do educador. Conceito e Princípios filosóficos da Bioética. Temas atuais da bioética. Ética do cuidar e da solidariedade do campo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. GOERGEN, P. Pós-modernidade, ética e educação. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 95 p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 79)		
2. PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. P. (Colab.). Problemas atuais de bioética. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2005. 584 p.		
3. RIOS, T. A. Ética e competência. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 86 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. BOFF, L. Ética e moral: a busca dos fundamentos. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 134 p.		
2. IMBERT, F. Questão da ética no campo educativo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 142 p.		
3. INCONTRI, D. Pestalozzi: educação e ética. São Paulo: Scipione, 1996. 183 p.		
4. RIBEIRO, R. M. B. et al. (Org.). Ética, sociabilidade e educação. 1. ed. Fortaleza: EDUECE, 2015. 238 p.		
5. VÁSQUEZ, A. S. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 304 p.		

Nome:		Tipo:
Agroecologia e Campesinato		Disciplina Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
1.1.0	30h	---
EMENTA:		
Campesinato, agricultura familiar, aquicultores e pescadores artesanais. Persistência ou desaparecimento das formas campestinas no capitalismo. Agroecologia, princípios e experiências. Campesinato, conhecimento local e desenvolvimento rural sustentável. Tecnologias socioambientais para agricultura familiar e sistemas agroflorestais. Produção de conhecimento e identificação do conhecimento local. Agroecologia como estratégia de desenvolvimento dentro da dimensão política. Transição da agricultura/aquicultura/pesca convencional para a sustentável ou agroecológica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2009.		
2. AQUINO, Adriana Maria de, ASSIS, Renato Linhares de Assis. Agroecologia: princípios, técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. EMBRAPA, 2005.		
3. LOVATO, Paulo Emílio, SCHMIDT, Wilson (orgs.). Agroecologia e sustentabilidade no meio rural. São Paulo: Argos, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: NDA/SAF,DATER-IICA, 2007.,		
2. DIEGUES, Carlos. Povos e mares: leituras em sócio – antropologia marítima. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.		
3. EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Marco referencial da agroecologia brasileira de pesquisa agropecuária. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.		
4. GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (1992): “Agroecologia: Bases Teóricas para una Historia Agraria		

Alternativa”. en: Rev. Agroecología y Desarrollo, nº 4, Diciembre, 1992. pp. 22-31.
 5. SOUZA, F.C.S. Repensando a Agricultura: o enfoque da sustentabilidade como padrão alternativo à agricultura moderna. Natal: HOLOS UFRRJ, ano 20, out. 2004.

Nome:		Tipo:
Trabalho de Conclusão de Curso II		TCC
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
1.3.0	60h	TCC I
EMENTA:		
Coleta de dados de pesquisa. Tratamento e análise de dados. Desenvolvimento do projeto do Trabalho de Conclusão de Curso. Elaboração e apresentação de monografia relativa ao Trabalho de Conclusão de Curso.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. ALVEZ, M. Como escrever teses e monografias: um roteiro passo-a-passo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 114 p.		
2. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011. 225 p.		
3. MARTINS, G. A. Manual para elaboração de monografias. São Paulo: Atlas, 1992. 90 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. KOICHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 182 p.		
2. MARCANTONIO, A. T.; LEHFELD, N. A. S.; SANTOS, M. M. (Colab.). Elaboração e divulgação do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1993. 92 p.		
3. MARTINS, G. A.; LINTZ, A. (Colab.). Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 118 p.		
4. OLIVEIRA, S. L. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 2001. 320 p.		
5. SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 425 p.		

6.1 Disciplinas Optativas

Nome:		Tipo:
Física para o Ensino Médio		Disciplina Optativa
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Didática Geral; Matemática para o Ensino de Ciências
EMENTA:		
Teoria e Prática do Ensino de Física no Ensino Médio. A Física como Ciência Experimental. Evolução e Importância da Química. Física Elementar. Cinemática. Força e Movimento. Energia e Potência. Introdução e Aplicações da Física Moderna. Termometria e Termodinâmica. Óptica. Eletricidade e Eletrostática. Teoria da Relatividade. Teoria Quântica. Particular Elementares.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física. 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 3.		
2. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física. 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 4.		
3. TIPLER, P. A.; MOSCA, G. (Colab.) Física. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. Vol. 1.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. BORJORNO, J. R.; BORJORNO, R. F. S. A. (Coord.). Física. São Paulo: FTD, s.d.		
2. NUSSENZVEIG, H. M. Curso de física básica. São Paulo: Edgard Blücher, 1981. Vol. 1.		
3. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física. 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 1.		
4. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física. 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 2.		
5. SCHAUM, D. Física geral. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1979. 430p.		

Nome:	Tipo:
--------------	--------------

Química para o Ensino Médio		Disciplina Optativa
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Matemática para o Ensino de Ciências; Química Básica
EMENTA:		
Teoria e Prática do Ensino de Química no Ensino Médio. Matéria e Sua Natureza: estrutura da matéria, substância, mistura, métodos de separação, fenômenos físicos, estrutura atômica, distribuição eletrônica, tabela periódica, ligações químicas, funções químicas, reações químicas, eletroquímica e radioatividade. Química Sintética: química do carbono e hidrocarbonetos. Biogeoquímica: soluções, estudo dos gases, termoquímica, cinética química e equilíbrio químico.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. BROWN, T. L. Química, a ciência central. 9 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 972 p. 2. LEMBO, A.; SARDELLA, A. (Coord.). Química. 12. ed. São Paulo: Ática, 1992. Vol. 3. 3. MAIA, D. J. Química geral: fundamentos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 436 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. BAIRD, C. Química ambiental. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. 622 p. 2. KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. M. Química geral e reações químicas. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2005. 672 p. 3. LEMBO, A.; SARDELLA, A. (Coord.). Química. 12. ed. São Paulo: Ática, 1992. Vol. 1. 4. ROZENBERG, I. M. Química Geral. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1981. s.p. 5. SOLOMONS, G. T.W.; FRYHLE, C. B. (Colab.). Química Orgânica. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.		

Nome:		Tipo:
Educação e Cultura Popular		Disciplina Optativa
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Sociologia da Educação
EMENTA:		
Educação Escolar e Não Escolar: os espaços de Educação. Educação de qualidade e a qualidade da educação das classes populares. Relação entre a ausência de Educação e crescimento das desigualdades sociais. Educação e Cultura Popular e Movimentos Sociais. A luta pela Educação no Brasil. A luta pelo direito da educação no campo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. BRANDÃO, C.R. O que é Educação Popular. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos). 2. OLIVEIRA, A.C. Educação Popular: Prática Plural. São Paulo: Nova, 2000. 3. PALUDO, C. Educação Popular: em busca de alternativas. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. ALMEIDA, A.W.B. A segurança e o Revigoramento do Poder Regional. Reforma Agrária, Campinas, vol.11, n. 02, março/abril, 1981, p. 4-41. 2. ARROYO, M.G. (Org.). Da Escola Carente à Escola Possível. 4.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997. 3. AYALA, M.I.N.; AYALA, M. A cultura popular no Brasil. 2.ed. São Paulo: Ática, 1995. 4. FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 5. MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.		

Nome:		Tipo:
Sociologia Rural		Disciplina Optativa
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Sociologia da Educação
EMENTA:		
Objeto da sociologia rural, contexto histórico e principais abordagens. As relações entre o rural e o urbano. Capitalismo e agricultura. Relações de trabalho no campo. Histórico da questão agrária, agrícola e social no Brasil. Estrutura fundiária e estrutura de classes. Os movimentos sociais no campo. Agricultura familiar. Novas ruralidades e a reconstrução dos espaços rurais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. FREYRE, G. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 891 p. 2. FROELICH, J. M.; DIESEL, V. (Org.). Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos. Ijuí: UNIJUÍ, 2006. 192 p.		

3. MARTINS, J. S. (Org). Introdução crítica à sociologia rural. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 224 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: Hucitec/ANPOCS/ UNICAMP, 1992. 275 p.
2. CAVALCANTI, C. (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 429 p.
3. DEMO, P. Introdução a sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2010. 382 p.
4. DUARTE, R. Emprego rural e migração na América Latina. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1986. 204 p.
5. VEIGA, J. E. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados. 2002. 304 p.

Nome:		Tipo:
Aspectos Teórico- Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos		Disciplina Optativa
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação do Campo
EMENTA:		
A educação de jovens e adultos como direito. Concepções teórico-metodológicas de educação de jovens e adultos. A diversidade da educação de jovens e adultos. Os fundamentos legais da educação de jovens e adultos como modalidade de educação. A história da Educação de Jovens e Adultos. As diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. As políticas e programas de educação de jovens e adultos no Brasil e Piauí no campo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. BARRETO, V. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, MEC/SEF/COEJA, 2000. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf > Consulta em: 15-abr-2016.		
2. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 184 p.		
3. PAIVA, V. P. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Edições Loyola, 1987. 368 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 149 p.		
2. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 158 p.		
3. GADOTTI, M; ROMÃO, E. J. (Org.). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 2. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2000.		
4. PINTO, A. V. Sete lições sobre educação de adultos. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 118 p.		
5. SANTO ANDRÉ. Secretaria Municipal de Educação e Formação Profissional. Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: SEFP, 2000.		

Nome:		Tipo:
Educação Especial		Disciplina Optativa
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Psicologia da Educação; Didática Geral
EMENTA:		
Educação Especial: aspectos históricos e legais. LDB e Educação Especial. Políticas Públicas para a Educação Especial. Atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais. Educação especial: integração e inclusão. Educação Especial na escola do campo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. JANNUZZI, G. S. M. Educação do deficiente no Brasil: dos promórdios ao início do século XXI. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. 243 p. (Coleção Educação Contemporânea)		
2. MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005. 208 p.		
3. NERI, M.; COSTILLA, H.; PINTO, A.; SOARES, W. (Colab.). Retratos da deficiência no Brasil. Rio de		

Janeiro: FGV, 2003. 200 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. BRASIL. Ministério da Educação. Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física. Brasília: MEC, 2007.
2. CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCACAO ESPECIAL. Terceiro congresso ibero-americano de educacao especial: anais do congresso. Curitiba, 1998.
3. EDLER, R. C. A nova LDB e a educação especial. Rio de Janeiro: WWA, 1997. 136 p.
4. MANTOAN, M. T. E.. Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1989. 167 p.
5. MOTA, L. A.; SANTOS, G. C. S. Inclusão Social das Pessoas com Deficiência: aspectos históricos e filosóficos. ID on line. Revista de Psicologia, v. 1, p. 61-71, 2010. Disponível em: <<http://www.idonline.no.comunidades.net/index.php?pagina=1368019070>>.

Nome:		Tipo:
Educação, Estado e Direitos Humanos		Disciplina Optativa
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Sociologia da Educação; Filosofia da Educação
EMENTA:		
Teorias Políticas do Estado. As circunstâncias da Modernidade. Os direitos fundamentais do homem. Os direitos humanos no plano das relações internacionais. Educação, Estado e Direitos humanos no Brasil. Educação no Campo enquanto direito humano fundamental.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ADORNO, T. W. Educação e emancipação. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 190 p. 2. GOERGEN, P. Pós-modernidade, ética e educação. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 95 p. 3. SAVIANI, D. Escola e democracia. 29. ed. Campinas: Autores Associados, 1995. 104 p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. (Colab.). Juventude, juventudes: o que une e o que separa. Brasília: UNESCO, 2006. 744 p. 2. BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 173 p. 3. CRANSTON, M. Que são os direitos humanos? São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979. 173 p. 4. DEMO, P. Política social, educação e cidadania. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1996. 124 p. 5. MARX, K.; ENGELS, F. (Colab.). Manifesto do partido comunista. São Paulo: Global, 2006. 123 p. 		

Nome:		Tipo:
Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade		Disciplina Optativa
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Sociologia da Educação; Filosofia da Educação
EMENTA:		
Educação e Diversidade Cultural. O racismo, o preconceito e a discriminação racial e suas manifestações no currículo da escola. As diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais. Diferenças de gênero e Diversidade na sala de aula.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ABRAMOVAY, Miriam; GARCIA, Mary Castro (Coord.). Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília-DF: UNESCO; INEP; Observatório de Violências nas Escolas, 2006. 370 p. 2. BRASIL. Ministério da Educação. SEPPIR. INEP. Diretrizes Curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afrobrasileira e africana. Brasília-DF, 2004. 3. BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Ministério da Educação. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

1. AQUINO, J. G. (Org.). Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. 2ª edição. São Paulo: Summus. 2000.
2. BHABHA, H. O local da cultura. Trad.: Ávila, Myriam e outros. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2001.
3. GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. e (Organizadoras). Experiências étnico-culturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica. 2002.
4. PERRRENOUD, P. A Pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso. 2ª edição. Trad.: Schilling, Cláudia. Porto Alegre: Artmed. 2001.
5. SANTOS, Isabel Aparecida dos Santos. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial. In: CAVALLEIRO, E. (org.). Racismo e anti-racismo. Repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. pp.97-114.

Nome:		Tipo:
Informática na Educação		Disciplina Optativa
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	-
EMENTA:		
Importância da informática na educação. Utilização da Informática na Escola. A utilização de aplicativos e base de dados para pesquisa e ensino em Educação e Ciências. Ambientes de Aprendizagem Informatizados.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BARRETO, R. G. (Coord.). Educação e tecnologia (1996-2002). Brasília: MEC, 2006. (Série Estado do Conhecimento, 9) 2. NORTON, P. Introdução à informática. São Paulo: Pearson Makron Books, 1996. 619 p. 3. SANMYA, F. T. Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade. São Paulo: Érica, 2002. 143 p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. COSTA, R. M. E. M. A nova demanda das licenciaturas: informática 10 na educação. In: WORKSHOP DE INFORMÁTICA NA ESCOLA, 1999, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: SBC, 1999. p 645-654. 2. LUCENA, C.; FUKS, H. A educação na era da internet. Rio de Janeiro: Clube do Futuro, 2000. 160 p. 3. PAPERT, S. LOGO: computadores e educação. São Paulo: Brasiliense, 1988. 4. SANCHO, J. (Org.). Para uma tecnologia educacional. Porto Alegre: Artmed, 1998. 5. TAJRA, S. F. Projeto em sala de aula: Windows 98, Word 97 e Excel 97, São Paulo, Editora Érica, 2001. 		

Nome:		Tipo:
Educação Ambiental		Disciplina Optativa
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	-
EMENTA:		
Conceito de meio ambiente. Histórico da Educação Ambiental. Correntes da Educação Ambiental. Legislação sobre Educação Ambiental no Brasil. Educação Ambiental formal e não formal. Pesquisas e projetos em Educação Ambiental.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ABÍLIO, F. J. P. (Org.). Educação ambiental: do currículo da Educação Básica às vivências educativas no contexto do semiárido paraibano. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. 492 p. 2. GUIMARÃES, M. Dimensão ambiental na educação. 11. ed. Campinas: Papirus, 2012. 128 p. 3. MENESES, L. S. B. S. Educação ambiental na escola: a construção do cidadão ecológico nos anos iniciais do ensino fundamental. Picos: s.n., 2011. 49 p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 255 p. 2. DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004. 551 p. 3. DIAS, G. F. Atividades interdisciplinares de educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Gaia, 2006. 224 p. 4. LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). Repensar a educação ambiental: um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009. 5. LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. 		

Nome:		Tipo:
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável		Disciplina Optativa
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	-
EMENTA:		
Introdução à questão ambiental. A Questão Ambiental - Problemas (As Ações Impactantes da Atividade Humana; Atividades agropecuárias (agrotóxicos) e florestais. Centros Urbanos; Atividades Industrial, Comercial e de Serviços; Residências, Clubes, Áreas Públicas); Consequências da Atividade Humana (Lixo; Poluição do Solo, da Água, do Ar; Redução da Diversidade Biológica; Degradação do Solo; Esgotos Doméstico, Hospitalar e Industrial); Soluções e Alternativas Existentes (Ações Específicas; Educação; Educação Ambiental; Gestão Ambiental; Tecnologias sociais para a convivência com o semiárido, Agroecologia). Desenvolvimento Sustentável: Conceitos Básicos. A Relação Meio Ambiente X Desenvolvimento Sustentável e a integração de conhecimentos de diferentes áreas profissionais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. CAVALCANTI, C. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 429 p.		
2. LOPES, W. G. R. (Org.). Sustentabilidade do semiárido. Teresina: EDUFPI, 2009. 436 p.		
3. VERNIER, J. Meio ambiente. 7. ed. Campinas: Papirus, 2005. 132 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Encontros e caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores. Brasília: Marco Zero, 2005. 359 p.		
2. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Inter-relações entre biodiversidade e mudanças climáticas - recomendações para a integração das considerações sobre a biodiversidade na implementação da Convenção-Quadro..... Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007. 219 p.		
3. LEMOS, G. N.; MARANHÃO, R. R. (Colab.). Viveiros educadores: plantando vida. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008. 88 p.		
4. PHILIPPI-JUNIOR, A. (Ed.). Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole, 2005. 842 p.		
5. SEIFFERT, M. E. B. Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 310 p.		

Nome:		Tipo:
Ensino de Ciências por Investigação		Disciplina Optativa
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	-
EMENTA:		
As contribuições da Experimentação para o Ensino de Ciências. Teoria da Aprendizagem Significativa (TAS) x Epistemologia de Thomas Kuhn (EKT). A atividade experimental problematizadora (AEP).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. CARVALHO, A. M. P. Ensino de Ciências Por Investigação - Condições Para Implementação em Sala de Aula; São Paulo: Cengage Learning, 2013		
2. SILVA, A. L. MOURA, P.R.G. Ensino experimental de Ciências-uma proposta: ATIVIDADE EXPERIMENTAL PROBLEMATIZADORA (AEP). 1ed. Livraria da Física, 2018.		
3. SILVA, A. L. NOGARA, P. A. Atividade Experimental problematizadora (AEP). 1ed. Curitiba: Appris, 2018.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. BORGES, A. T. Novos Rumos para o laboratório escolar de ciências, Caderno Brasileiro de Ensino de Física v. 19, n. 3, pp. 291-313; sl: sed, 2012.		
2. GALIAZZI, M.C. [et al.]. Objetivos das atividades experimentais no ensino médio: a pesquisa coletiva como modo de formação de professores de ciências. Ciência & Educação v.7, n.2, p.249-263; sl: sed, 2001.		
3. ZÔMPERO, A. F. LABURÚ, C. E. Atividades Investigativas No Ensino De Ciências: Aspectos Históricos E Diferentes Abordagens. Rev. Ensaio. Belo Horizonte. v.13. n.03. p.67-80. set-dez 2011.		
4. JÚNIOR, W. E. F; FERREIRA, L. H; HARTWI, D. R. Experimentação Problematizadora: Fundamentos Teóricos e Práticos para a Aplicação em Salas de Aula de Ciências. QNesc. N° 30, NOVEMBRO 2008.		
5. GONÇALVES, F. P. A problematização das atividades experimentais no desenvolvimento profissional e na docência dos formadores de professores de Química. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica. Florianópolis, 2009.		

Nome:		Tipo:
Biofísica		Disciplina Optativa
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Matemática para o Ensino de Ciências
EMENTA:		
Introdução à Biofísica; Biofísica celular e molecular; Biofísica das radiações e radiologia; Métodos biofísicos de investigações.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. OKUNO, E; CALDAS, I. L; CHOW, C. Física para ciências biológicas e biomédicas. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1982.		
2. DURAN, J. H. R. Biofísica: Fundamentos e Aplicações. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003. 318p.		
3. HENEINE, I. F. Biofísica Básica. São Paulo: Atheneu, 2010. 391p		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. BORJORNO, J. R.; BORJORNO, R. F. S. A. (Coord.). Física. São Paulo: FTD, s.d.		
2. NUSSENZVEIG, H. M. Curso de física básica. São Paulo: Edgard Blücher, 1981. Vol. 1.		
3. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física. 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 3.		
4. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física. 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 4.		
5. SCHAUUM, D. Física geral. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1979. 430 p.		

Nome:		Tipo:
Físico-Química Básica		Disciplina Optativa
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
Propriedades dos gases. A primeira lei da termodinâmica. A segunda lei da termodinâmica. Transformações físicas. Misturas simples. Diagramas de fases. Equilíbrio químico. Movimento das moléculas. Velocidade das reações químicas. Processos nas superfícies sólidas. Experimentos relacionados com os seguintes temas: propriedades físico-químicas das substâncias; termoquímica; cinética química; equilíbrio químico; eletroquímica e físico-química das superfícies.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. ATKINS, P.W.; DE PAULA, J. Físico-Química, v. 1 e 2. 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2008.		
2. CASTELLAN, G.W. Físico-Química, v. 1. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1984.		
3. SOUZA, E. Fundamentos de Termodinâmica e Cinética Química. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. ATKINS, P.W.; DE PAULA, J. Físico-Química Biológica. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2008.		
2. NETZ, P.A.; ORTEGA, G.G. Fundamentos de Físico-Química: uma abordagem conceitual para as Ciências Farmacêuticas. Porto Alegre: Artmed Ed., 2002.		
3. CASTELLAN, G.W. Fundamentos de Físico-Química. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.		
4. MOORE, W.J. Físico-Química. 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.		
5. CHAGAS, A.P. Termodinâmica Química. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.		

Nome:		Tipo:
Atividades Produtivas do Campo		Disciplina Optativa
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	
EMENTA:		
Origem e evolução da agricultura familiar. Aquicultura familiar e ecológica, a pesca artesanal responsável. Sistemas agrários, agroflorestais e permaculturais. Unidades de produção, cadeias produtivas. O papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural sustentável, o envolvimento da pesca e aquicultura em águas interiores e litorâneas. Pluriatividade e multifuncionalidade e enfoque na realidade agrária. Comunidades tradicionais e suas contribuições no turismo de base ecológica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		

1. BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR). Plano nacional de turismo: diretrizes metas e programas 2003-2007. Brasília, 2003.
2. CARON, P & SABOURIN, E (eds), Camponeses do Sertão. As mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. Brasília Montpellier: Embrapa Cirad, 2003.
3. TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Editora UPF, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. AFFONSO, E.G; ONO, E.A.; PORTO, S.M.A. Piscicultura familiar no Amazonas. Manaus, AM: Universidade Nilton Lins e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2014.
2. FENNELL, David. Ecoturismo: uma Introdução. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Turismo Contexto).
3. JOSÉ NETO, Joaquim. Agricultura familiar: processos educativos e perspectivas de reprodução social. São Paulo: Appris, 2018.
4. SALVATI, S. S. (Org). Turismo Responsável – Manual para políticas públicas. Brasília-DF, WWF-Brasil, 2004.
5. KINKER, Sônia. Ecoturismo e conservação da natureza em Parques Nacionais. Campinas: Papirus, 2002. (Coleção Turismo).

7 INFRAESTRURA FÍSICA

7.1 Instalações e equipamentos

As instalações da UFDPAr estão distribuídas instalações da administração superior, coordenações de cursos, centros acadêmicos, diretório estudantil, auditórios, biblioteca, escola de aplicação, empresas juniores, gabinetes de docentes, salas de aulas, laboratórios, salas de conferência e de videoconferências, área de convivência, lanchonete, vestiários, banheiros, quadra de esportes e uma caixa d'água com capacidade para 60 mil litros; além do Restaurante Universitário.

A IES conta, atualmente, com 25 salas de aula, com área de 70 m² cada uma, com capacidade para 60 alunos. As salas são climatizadas e possuem quadros de acrílico e Datashow fixo para reprodução de conteúdos. Atendem aos requisitos de conservação, limpeza, iluminação e acústica. Existe elevador para acesso ao andar das salas, permitindo a mobilidade adequada até as respectivas salas. Os elevadores são liberados permanentemente para pessoas com deficiência e o piso dos corredores estão adequados a mobilidade de cadeirantes, conforme normas de acessibilidade. Existem nos corredores de acesso a todas as alas da universidade, bebedouros adequados aos padrões sanitários e de fácil acesso e sinalização. Existem espaços externos para o convívio de entre os alunos.

A UFDPAr possui ainda 40 (quarenta) salas de trabalho (gabinetes) climatizadas para uso docente, cada uma com área de 12 m². Estas salas possuem ponto de acesso à internet com e sem fio, mesas, cadeiras e armários individuais. Os docentes de dedicação exclusiva contam com salas próprias, com cadeiras, mesas, armários e conexão cabeada com a internet. A

coordenação de cada curso de graduação e pós-graduação conta com espaço adequado as necessidades acadêmicas, com disponibilização de computador, notebook, mesas, cadeiras, armários, sala de reunião e secretaria.

Existem, atualmente, 16 (dezesesseis) laboratórios para a realização de atividades didáticas, de pesquisa ou extensão. São eles: Laboratórios de Anatomia, Microscopia, Limnologia, Zoologia, Botânica, Ecologia, Tecnologia do Pescado, Ciências Fisiológicas, Histologia, Bioquímica (Biotec), Genética e Biologia Molecular, Microbiologia, Parasitologia e Urinálise, Células e Moléculas, todos climatizados e equipados de forma a atender às necessidades. Além destes, a UFDPAr conta com laboratórios específicos das Licenciaturas em Pedagogia, Ciências Biológicas e Matemática. Sua estrutura dispõe ainda de três Laboratórios de Informática os quais atendem a todos os cursos de graduação do Campus.

A UFDPAr possui instalações administrativas próprias e pertinentes à ministração dos todos seus cursos de graduação, incluindo um auditório moderno de 120 lugares e outros dois auditórios menores. O Restaurante Universitário atende aos princípios básicos de atendimento ao corpo estudantil e acadêmico, servindo diariamente duas refeições principais subsidiadas aos alunos, de segunda-feira a sexta-feira; e uma refeição principal subsidiada no sábado. No espaço existem sanitários adequados (femininos, masculinos e especiais para cadeirantes - mobilidades reduzidas), além de banheiros exclusivos para docentes.

Imagem 3 – Mapa da UFDPAR



Fonte: ufdpar.edu.br

A imagem acima apresenta a distribuição de toda essa estrutura em três grandes setores: Norte, Oeste e Leste. Nos itens a seguir são apresentados espaços formativos de grande relevância para a oferta do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências da Natureza.

7.1.1 Laboratórios da Área de Ciências

Dentre os diversos laboratórios disponíveis na área de ciências, estão os de Genética e Biologia Molecular, Microscopia, Histologia, Botânica, Zoologia, Ecologia Geral, Química,

Biofísica, o Laboratório de Células e Moléculas, e os laboratórios da Estação de Piscicultura da UFDPAr.

Os laboratórios estão equipados com agitadores magnéticos com aquecimento, agitadores de Kline, analisador hematológico de 19 parâmetros, balanças analíticas, banhos-maria, cabines de segurança biológica, chapa aquecedora, espectrofotômetros UV/VIS, estufa bacteriológica, fontes e cubas de eletroforese (verticais e horizontais), microscópios e lupas, pHmetros, refrigeradores e freezers, sistema de fotodocumentação, termocicladores, microscópios ópticos e estereoscópicos, micrótomos, e vidrarias e reagentes variados. A sala de lavagem e esterilização é composta por autoclaves, cabine de segurança biológica, estufa de secagem e esterilização e destilador de água.

O Laboratório de Bioecologia Pesqueira dispõe de estufas, autoclaves, balanças analíticas, microscópios, câmaras assépticas, aquários e tanques, aeradores, termômetros, pHmetros, oxímetros, filtros, destiladores, tanques, amostradores bentônicos e planctônicos, dentre outros equipamentos necessários para a coleta e análise de organismos e habitats aquáticos. Na Estação de Piscicultura são mantidos cultivos de microalgas, zooplâncton e peixes. Além disso, a UFDPAr conta com um barco disponível para expedições em rios ou em mar aberto.

7.1.2 O Laboratório de Ensino de Biologia

O Laboratório de Ensino de Biologia dispõe de carteiras individuais, bem como mesas redondas, quadro branco e projetor de slides, e uma bancada de granito com pia, permitindo configurar a sala para diversas atividades didáticas, além de possuir um acervo de livros didáticos do ensino básico para consulta e análise. O Laboratório de Ensino de Biologia abriga ainda diversos modelos e jogos didáticos para a área de ciências biológicas.

7.1.3 O Laboratório de Anatomia

Utilizado para realização de monitorias, aulas práticas e pesquisa científica dos cursos de Ciências Biológicas, Biomedicina, Psicologia, Medicina e Fisioterapia nos turnos: manhã, tarde e noite. São realizadas as seguintes atividades práticas de ensino: aulas de Sistema Respiratório; Sistema Cardiovascular; Sistema esquelético; Sistema articular; Sistema muscular; Sistema nervoso; Sistema digestório; Sistema tegumentar; Sistema urinário; Sistema gênito-urinário masculino e feminino; Sistema endócrino.

7.1.4 As Coleções Biológicas

A UFDPAr disponibiliza ainda o Herbário HDELTA e a Coleção Zoológica do Delta do Parnaíba (CZDP) para arquivar os testemunhos dos trabalhos científicos. O HDELTA dispõe de da Coleção de Angiospermas, Algas e Fungos e da Carpoteca. Além disso, a CZDP e o HDELTA possuem também acervos de didáticos, de exemplares que podem ser emprestados para atividades escolares. O HDELTA mantém ainda o Horto de Plantas Medicinais, Alimentícias e Ornamentais. O acervo do Herbário HDELTA e da CZDP estão ambos cadastrados na rede *SpecieLink*.

7.2 Biblioteca

Com a criação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, a biblioteca passou de Biblioteca Setorial a uma Biblioteca Central. Com isso, a biblioteca pôde administrar os recursos, tendo mais autonomia Administrativa. Atualmente conta com quatro (4) processos de compras em andamento, são eles: plataforma digital da área da saúde – *Dynamed/EBSCO*, Minha Biblioteca (plataforma de e-books), EDS/EBSCO (uma ferramenta de busca que irá integrar todas as bases de dados da Biblioteca, facilitando as pesquisas acadêmicas), Solução Tecnológica RFID de antifurto e equipamento de autoatendimento.

Buscando uma forma de dinamizar ainda mais o espaço da biblioteca, foram adquiridos armários inteligentes com acesso digital. Atualmente possui um acervo de aproximadamente 32.000 itens divididos em livros, CD's, DVD's e Trabalhos de Conclusão de Cursos. Disponibilizando acesso online ao acervo com consultas, reservas entre outros serviços, foi adotado o método de classificação CDD (Classificação Decimal de Dewey), que possibilita a organização do acervo por área de conhecimento. A catalogação é baseada no Código de Catalogação Anglo Americano (AACR2), podendo outros códigos e normas ser adotados, quando forem convenientes à melhoria e aperfeiçoamento dos serviços técnicos e tabela de CUTTER é utilizada para classificar o autor.

A infraestrutura conta com salão geral de estudos com 78 cabines individuais, 5 salas de estudo em grupo, 1 sala para pesquisas das publicações e Trabalhos de Conclusão de Cursos e 1 salão do acervo, setor administrativo: processamento técnico, referência, restauração, atendimento ao usuário e diretoria. Além disso, dispõe de computadores com acesso à internet para consulta do acervo e acesso aos TCC's digitais.

REFERÊNCIAS

- ÁLVAREZ-MÉNDEZ, Juan Manuel. Avaliar para conhecer, examinar para excluir. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Formação de educadores do campo. (verbete). In: CALDART, Roseli Salete. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 359-367.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- AZEVEDO, James Ribeiro de; DANTAS, Jussara Silva; FARIAS, Maryzélia Furtado de (Orgs.). Análise sobre a política territorial no Baixo Parnaíba-MA. São Luís: EDUFMA, 2016.
- BEZERRA, Moisés de Jesus Prazeres dos Santos; FOSTER, Eugénia da Luz Silva; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. A formação de professores em perspectiva afrorreferenciada: Análise teórica e epistemológica. In: COELHO, Wilma de Nazaré Baía [et al.] (Orgs.). Formação inicial e continuada de professores/as: 1.ed. diálogos sobre relações étnico-raciais e escola [livro eletrônico] 1. ed. – Curitiba-PR, Editora Bagai, 2022, p. 44-53.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN). Brasília, DF, 20 dez 1996.
- _____. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun. 2014.
- _____. Ministério da Educação. Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNCFormação). Brasília, DF: 20 dez. 2019.
- _____. Ministério da Educação. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: 17 jun. 2004.
- _____. Ministério da Educação. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: 30 maio 2012.
- _____. Ministério da Educação. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, DF: 15 jun. 2012.
- _____. Ministério da Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: 18 dez. 2018.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 86 de 1º de fevereiro de 2013. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. Brasília/DF: Gabinete do Ministro. Disponível http://www.lex.com.br/legis_24140877_PORTARIA_N_86_DE_1_DE_FEVEREIRO_DE_2013.aspx. Acesso em: 20 de out. de 2023.

BRASIL. Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília, DF: 13 abr. 2002.

_____. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de maio de 2008.

_____. Decreto nº 7.352, de 04 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-novembro-de-2010/file>>. Acesso em: 15 out. 2023.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010. Diário Oficial da União, 20 jul. 2010.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Orgs.). Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4, 2002. p. 25-36.

CALDART, Roseli Salete. Licenciatura em Educação do Campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área? In: MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão (Orgs.). Licenciaturas em Educação do Campo: Registros e Reflexões a partir das Experiências 291 Piloto. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. - (Coleção Caminhos da Educação do Campo).

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo (verbetes). In: CALDART, Roseli Salete. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.269-266.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. (Orgs.). Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional, 2004, p. 13-49.

CEPRO/SEPLAN. Produto Interno Bruto dos territórios do Piauí no ano de 2019. Disponível: http://www.cepro.pi.gov.br/download/202206/CEPRO07_c34ded3336.pdf. Acesso: 12/06/2023.

CRUZ, Priscila de Fátima Savedra da; BINDA, Nilson. Contribuições da pedagogia da alternância para a educação do campo no vale do Rio Pardo. Artigo (Especialização em Educação do Campo). Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em:<
https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 15 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LISBOA, Amanda de Oliveira; SOUSA, Joyce Érica Amaral; SANTOS, Luana Appel dos; MIRANDA, Aurora Amélia de. Territórios vivos: a política de assistência social e os conflitos socioambientais no Baixo Parnaíba/MA. In: X Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2021. Disponível:
https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_941_941612bf2931e706.pdf. Acesso: 10/04/2023.

LIMA, Maria de Jesus Gomes de. Análise das condições de vida no território rural planície litorânea. 2014.

MACEDO, Flávio Xavier de; AMORIM, Lívia dos Reis; SILVA, Luciana Alexandre do Nascimento. Educação do campo: contribuições do educador Paulo Freire. Anais, Congresso Nacional da Educação, 7. Educação como (re)existência: mudanças, conscientização e conhecimentos. Maceió, AL: 2020.

MARTI, José. O campo da educação do campo. In: Por uma educação do Campo. PACHECO, José Augusto. Escritos Curriculares. São Paulo: Cortez, 2005.

MOLINA, Mônica Castagna; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Educação do campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores: reflexões sobre o Pronea e o Procampo. Reflexão e Ação. Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.220-253, jul./dez.2014. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>>. Acesso em: 12 de out. de 2014.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão. Licenciatura em Educação do Campo (verbete). In: CALDART, Roseli Salete et al (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo. Escola Politécnica Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012. p. 467-474.

NOSELLA, P. As origens da Pedagogia da Alternância. UNEFAB: Brasília, 2007.

OLIVEIRA, M. C. A.; BRITO, L. D. Por entre as Palmas deste Lugar. a Prática como Componente Curricular nos Cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas de Duas Universidades Estaduais do Nordeste. In: MOHR, A.; WIELEWICKI, H. G. Prática como componente curricular: que novidade é essa 15 anos depois?. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 99 2017. p. 19-38.

SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que avaliar: critérios e instrumentos. Petrópolis (RJ): Vozes, 2014.

SANTANA, Jullyane Frazão; MEDEIROS, Lucineide Barros; GONÇALVES, Marli Clementino. O Direito à Educação do Campo no estado do Piauí no contexto do FUNDEB. In: FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação, v. 10, n. 29, 2020. Disponível: <http://dx.doi.org/10.22491/fineduca-2236-5907-v10-103676>. Acesso: 20/05/2023.

SANTOS, Ramofly Bicalho. História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. Teias v. 18, n. 51, 2017, out/dez. Micropolítica, democracia e educação.

SANTOS, Ramofly Bicalho; SILVA, Marizete Andrade da. Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. Revista Eletrônica de Educação, v. 10, n. 2, p. 135-144, 2016. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Seropédica-RJ, Brasil.

SEBRAE/ PROGRAMA LIDER/Planície Litorânea. Agenda de desenvolvimento econômico regional, 2020. Disponível: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PI/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/Agenda%20de%20Desenvolvimento%20Economico%20Regional.pdf>. Acesso: 10/07/2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SILVA FILHO, Luiz Gomes da. Educação do campo e pedagogia Paulo Freire na atualidade: um olhar sobre o currículo do curso de Pedagogia da Terra da UFRN. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

TORRES, Denise Xavier. Tensões entre avaliações e educação do campo: disputas nas fronteiras da validação do currículo / Denise Xavier Torres. – Recife, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA. Guia da curricularização das ações de extensão nos cursos de graduação da UFDPAr. Francilene Leonel Campos, Luciana Matias Cavalcante. Academia Editorial: Parnaíba, 2023.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 93, de 14 de julho de 2022, em seu Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE),.....

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2021-2024. Parnaíba (PI): UFDPAr, 2021.

_____. PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS - PRAE. Assistência Estudantil. PRAE/UFDPAr, 2022. Disponível em: Assistência Estudantil (ufpi.br). Acesso em: 23 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Resolução Nº 177/2012. Regulamento Geral da Graduação. Organizado pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), 2018.